



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Thayse Sena Gonçalves Negreiros

Crianças em risco!
Formação docente e estratégias de mobilização para prevenção à
violência sexual em escolas de Duque de Caxias-RJ

Duque de Caxias

2023

Thayse Sena Gonçalves Negreiros

Crianças risco!

Formação docente e estratégias de mobilização para prevenção à violência sexual em escolas de Duque de Caxias-RJ

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Educação.

Orientador: Prof. Dr. Ivanildo Amaro de Araújo

Duque de Caxias

2023

Thayse Sena Gonçalves Negreiros

Crianças risco!

Formação docente e estratégias de mobilização para prevenção à violência sexual em escolas de Duque de Caxias-RJ

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Educação.

Aprovada em 30 de março de 2023.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ivanildo Amaro de Araújo (Orientador)
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense – UERJ

Prof. Dr. Dilton Ribeiro Couto Junior
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Prof.^a Dra. Jane Felipe
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dra. Ebe Campinha dos Santos
Universidade Federal Fluminense

Duque de Caxias

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/C

N385 Negreiros, Thayse Sena Gonçalves
Tese Crianças em risco! Formação docente e estratégias de mobilização para prevenção
à violência sexual em escolas de Duque de Caxias-RJ/ Thayse Sena Gonçalves
Negreiros - 2023.
153 f.

Orientador: Ivanildo Amaro de Araújo.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense,
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

1. Abuso sexual na infância - Teses. 2. Defesa da criança e do adolescente –
Teses. 3. Formação docente – Teses. I. Araújo, Ivanildo Amaro de. II. Universidade
do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. III.
Título.

CDU 37.014:343.541(815.3)

Bibliotecária: Karla Belchior – CRB7/6126

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

DEDICATÓRIA

A Deus, razão de tudo, força que me conduz;
Ao meu marido Francisco Negreiros pelo companheirismo e pelas contribuições para
que a pesquisa se tornasse possível.
Nossa filha Ariel Sena e nosso filho do coração Yago Rocha (Joenir e Wellington).
Aos meus pais José Ondino Gonçalves e Jucemi Gonçalves pelo cuidado e amor
incondicional.
Às famílias Sena e Gonçalves, meus irmãos e irmãs: Helvio, Cyntia, Téssia, Tássia e
Marcele.
Minhas cunhadas: Déia e Luziana; Cunhados: Ismael, Walter, André e Edson.
Sobrinhos e sobrinhas, tios, tias, primos e primas, pelo incentivo e carinho de
sempre.
Ao meu querido irmão mais novo, Marvio Sena (in memorian), uma vítima da
Pandemia Covid-19, meu amado, meu amigo, meu motivador de boas práticas,
estará eternamente vivo em meu coração: minha inspiração para prosseguir a
caminhada na (re)existência.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo bem da vida e renovo diário.

A minha família querida pelo carinho, aconchego e troca de afetos.

Ao meu Orientador queridíssimo Professor Dr. Ivan Amaro.

À banca examinadora pelo aceite do convite: Professor Dr. Dilton Couto; Professora Dra. Ebe Campinha e Professora Dra. Jane Felipe.

A Coordenação, o corpo docente e a todos/as profissionais do PPGECC/FEBF/UERJ.

À Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias: Secretária de Educação Prof.^a Iracema Medeiros, Subsecretária Pedagógica; Prof.^a Arlene Cavallini, Departamento de Acompanhamento às Instituições do Sistema de Ensino (DAISE) Prof.^a Denise Massad, Núcleo Multiprofissional (NUMP); Centro de Pesquisa e Formação Continuada Paulo Freire (CPFPPF); Prof.^a Glacione Arruda, Prof. Fábio Trajano e Prof.^a Luciana Melo, pela viabilização do acesso para realização da pesquisa nas escolas municipais; Aos participantes da pesquisa.

As Professoras da Rede Municipal de Ensino: Rossana Quiroga, Ana Lúcia Pereira, Suzana Oliveira de Jesus, Magnólia Magalhães, Elizete Melo, Roseclair Site, Leide Jane Silva de Almeida, Rosemeri Bitencourt da Silva, Elizabeth Miranda de Vasconcelos Moraes, Elisandra Dias Pereira, Fabiana Assis da Cruz, Roseli Duarte, Myrian Medeiros, Claudia Viana, Tatiana Várzea, Denise Ana Oliveira, Janine Melo, Judith Cortez (CEI), Vilma Soares (CEF), Mirian de França (CEJA), Renata Vogas (CEE), Penélope Monteiro (DEB), Mariza Reis Almeida e Gisele Nascimento.

Ao querido Grupo de Suporte (GS) do Acesso Mais Seguro (AMS) para serviços públicos essenciais.

As queridas Psicólogas Marcela Giro, Inês Cruz, Jociete Peçanha, Beatriz Lino da Silva e Izete Barros.

À Prof.^a Dra.^a Alba Lúcia Castelo Branco, do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com Seres Humanos da UERJ - Plataforma Brasil, que assina o parecer consubstanciado pela aprovação da pesquisa, em consenso com a comissão de ética responsável por avaliar a relevância da investigação proposta.

Aos Professores Doutores Pesquisadores e a todos os/as componentes do nosso Grupo de Pesquisa NuDES (Núcleo de Estudos e Pesquisas: Diferenças,

Educação, Gênero e Sexualidade), pela grande contribuição no processo de investigação, desconstrução e construção da pesquisa em educação.

Aos presentes humanos que atravessaram minha existência na FEBF/UERJ e se tornaram parceiras/os potentes na caminhada acadêmica, aprendendo, ensinando, tecendo redes de apoio que consolidam trajetórias de investigação coletiva nas quais, ninguém larga a mão de ninguém. Gente linda! Tesouros de muito valor: Doutoranda/o Vanessa Matos e Bruno Ganem, gratidão pela parceria nas disciplinas, suporte teórico e compartilhamento de saberes outros que contribuíram de forma expressiva durante a caminhada investigativa; Mestres/as: Roseclair Site, Reginaldo Soares, Marcelle Medeiros, Letícia Aires e Bruna Almeida, companheiros da mesma turma, dos grupos de trabalho, nos deslocamentos e perspectivas outras de existir e produzir pesquisa acadêmica.

As queridas Lyzia Toscano e Michele Paulo, pela presença que acolhe e movimenta o campo do saber.

Às queridas amigas: Ângela Gama, Nilce Maria, Marcela Giro, Maria Aparecida Serafim, Doralina Hilário, Filomena Farias e Wladimir Farias, pessoas lindas que aprendi a amar.

A todos e todas que contribuíram direta ou indiretamente para realização da investigação do tema que me move, em solo caxiense.

Os governos precisam entender que a situação é efetivamente emergencial. Sem serem vistas ou ouvidas, crianças vêm sofrendo há séculos nas mãos dos adultos. No entanto, como a intensidade e o impacto da violência contra criança estão se tornando visíveis, não podemos mais deixá-las esperando pela proteção efetiva à qual elas têm um direito ainda não efetivado.

Paulo Sérgio Pinheiro

RESUMO

NEGREIROS, Thayse Sena Gonçalves. **Crianças em risco! Formação docente e estratégias de mobilização para prevenção à violência sexual em escolas de Duque de Caxias-RJ**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2023.

A violência/abuso sexual tem sido um tema que afeta, de forma contundente, alunos e alunas da Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias. Dessa forma, questões se colocam para melhor adentrar nesta temática: Como o conhecimento produzido em pesquisas realizadas no campo podem contribuir para o fortalecimento de ações de prevenção da violência sexual contra crianças nas escolas municipais? Assim, como objetivo geral, investigar de que forma a formação docente tem contribuído para ações de prevenção da violência/abuso sexual na escola, bem como analisar procedimentos e medidas tomadas para esta prevenção. Como objetivos mais específicos, pretendeu-se identificar como professoras e gestoras têm participado de formações específicas; investigar as ações desencadeadas para a identificação dos casos de violência/abuso sexual e investigar as ações desenvolvidas nas escolas. Na caminhada investigativa, foi perceptível a lacuna na formação de docentes que atuam na educação infantil e nos anos iniciais. Como metodologia, inicialmente, para uma melhor aproximação com o campo e para auxiliar nas análises, foi realizado levantamento inspirado nas pesquisas denominadas Estado do Conhecimento. A base de referência foi a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD/IBICT) com o intuito de identificar a produção acadêmica no período de 2010 a 2022 acerca da violência sexual de crianças nos programas de pós-graduação brasileiros. Realizamos conversas individuais com docentes e gestoras para acessarmos as informações relativas à formação e as ações que vêm desenvolvendo em suas escolas. Os achados indicam que todas as profissionais que participaram da conversa não se sentiam preparadas para lidar com o problema e afirmam que não tiveram acesso ao tema no período de formação, tanto na graduação, quanto na pós-graduação. Outra questão importante identificada nas rodas de conversa com crianças, aponta para violência/abuso sexual doméstico, agravado no período da pandemia quando crianças estiveram mais próximas de seus agressores dentro de suas casas, lugar que deveria ser de proteção, porém, alguns núcleos familiares transformaram-se em lugar de violação de direitos humanos fundamentais na infância. A perspectiva filosófica é pós-estruturalista e como principais referenciais teóricos: Foucault (1988), contribuindo com reflexões importantes sobre a história da sexualidade, Felipe (2002), tratando de infância, violência/abuso sexual, pedofilia, pedofilização, scripts de gênero e sexualidade, Romanowski e Ens (2006), considerando o Estado da Arte e Estado do Conhecimento nas pesquisas em Educação, Sanderson (2005), dialogando sobre abuso sexual em crianças, fortalecendo pais e professores para proteger as crianças contra abusos sexuais e pedofilia. Contribuem, também, Ribeiro, Souza e Sampaio (2018), com referências importantes sobre o uso da conversa como metodologia, bem como contamos com as contribuições de Amaro, Couto Junior, Ganem (2021) e

Couto Junior *et al.* (2020) explorando o uso da conversa que tem se constituído como um dos eixos de nossas pesquisas no NUDES/FEBF/UERJ, assim como a Lei 8.069/90, que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, em diálogo com Campinha, Simas e Lima (2022), através da coletânea 30 anos do ECA.

Palavras-chave: Gênero e sexualidade. Infâncias e educação Infantil. Violência sexual.

RESUMEN

NEGREIROS, Thayse Sena Gonçalves. **¡Niños en peligro! Estrategias de formación y movilización de docentes para la prevención de la violencia sexual en las escuelas de Duque de Caxias-RJ.** 2023. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2023.

La violencia/abuso sexual ha sido un tema que afecta fuertemente a los estudiantes de la Red Municipal de Educación de Duque de Caxias. De esta forma, surgen interrogantes para profundizar en este tema: ¿Cómo el conocimiento producido en investigaciones realizadas en campo puede contribuir al fortalecimiento de las acciones de prevención de la violencia sexual contra los niños en las escuelas municipales? Así, como objetivo general, pretendemos investigar cómo la formación docente ha contribuido a las acciones de prevención de la violencia/abuso sexual en la escuela, así como analizar los procedimientos y medidas adoptadas para su prevención. Como objetivos más específicos, se pretendió identificar cómo los docentes y directivos han participado en la formación específica; investigar las acciones realizadas para identificar casos de violencia/abuso sexual e investigar las acciones desarrolladas en las escuelas. En el camino investigativo se notó el desfase en la formación de los docentes que actúan en la educación infantil y en los primeros años. Como metodología, inicialmente, para una mejor aproximación con el campo y para auxiliar en el análisis, se realizó una encuesta inspirada en investigaciones denominada Estado del Conocimiento. La base de referencia fue la Biblioteca Digital de Tesis y Disertaciones del Instituto Brasileño de Información en Ciencia y Tecnología (BDTD/IBICT) para identificar la producción académica en el período de 2010 a 2022 sobre violencia sexual contra niños en programas de posgrado. graduados brasileños. Mantuvimos conversaciones individuales con docentes y directivos para acceder a información relacionada con la formación y las acciones que vienen desarrollando en sus escuelas. Los hallazgos indican que todos los profesionales que participaron de la conversación no se sintieron preparados para tratar el problema y afirman que no tuvieron acceso al tema durante su formación, tanto en los cursos de pregrado como de posgrado. Otro tema importante identificado en las conversaciones con los niños apunta a la violencia/abuso sexual intrafamiliar, agravado durante el período de la pandemia cuando los niños estaban más cerca de sus agresores en sus hogares, un lugar que debería haber sido un lugar de protección, sin embargo, algunos grupos familiares se transformaron en lugar de vulneración de los derechos humanos fundamentales en la niñez. La perspectiva filosófica es postestructuralista y como principales referentes teóricos: Foucault (1988), aportando importantes reflexiones sobre la historia de la sexualidad, Felipe (2002), que trata sobre la infancia, la violencia/abuso sexual, la pedofilia, la pedofilización, los guiones de género y la sexualidad, Romanowski y Ens (2006), considerando el Estado del Arte y Estado del Conocimiento en la investigación Educativa, Sanderson (2005), dialogando sobre el abuso sexual en niños, fortaleciendo a padres y docentes para proteger a los niños contra el abuso sexual y la pedofilia. Ribeiro, Souza y Sampaio (2018) también aportan importantes referencias sobre el uso de la conversación como metodología, así como las aportaciones de Amaro, Couto Junior, Ganem (2021) y Couto Junior et al. (2020).

explorando el uso de la conversación que se ha convertido en uno de los ejes de nuestra investigación en NUDES/FEBF/UERJ, así como la Ley 8.069/90, que establece el Estatuto del Niño y del Adolescente, en diálogo con Campinha, Simas y Lima (2022), a través de la colección 30 anos do ECA.

Palabras clave: Género y sexualidad. Educación infantil y primera infancia. Violencia sexual.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Teses - Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	45
Quadro 2 - Dissertações - Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	46
Quadro 3 - Tese - Violência Sexual Contra Crianças	53
Quadro 4 - Dissertação - Violência Sexual Contra Crianças	54
Quadro 5 - Filtro de literatura referente à violência sexual de 1993 a 2022.	57
Quadro 6- Conversa com profissionais de 5 unidades escolares	96

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Capa do livro "Pipo e Fifi - Ensinando proteção contra violência sexual" .	65
Figura 2 - Print dos vídeos da campanha "Defenda-se"	67
Figura 3 - Capa do livro "O Segredo da Tartanina"	68
Figura 4 - Print da Cartilha "Bem me quer, mal me quer"	69
Figura 5 - Print da capa do livro "Antônio"	70
Figura 6 - Print da Capa da Cartilha "Eu Me Protejo"	73
Figura 7 - Print do Processo de Formação Docente.....	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AS	Assistente Social
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CCAIC	Creche e Centro de Atendimento à Infância Caxiense
CEAM	Centro Especializado em Atendimento à Mulher
CEATA	Centro de Atenção Total ao Adolescente
CEE	Coordenadoria de Educação Especial
CEI	Coordenadoria de Educação Infantil
CEJA	Coordenadoria de Educação Jovens e Adultos
CEF	Coordenadoria de Ensino Fundamental
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
DC	Duque de Caxias
DEAM	Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher

DEB	Departamento de Educação Básica
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EE	Educação Especial
EF	Ensino Fundamental
EI	Educação Infantil
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FEBF	Faculdade de Educação da Baixada Fluminense
FIA	Fundação para a Infância e Adolescência
HIIS	Hospital Infantil Ismélia da Silveira
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
NUMP	Núcleo Multiprofissional
OE	Orientador Educacional
OP	Orientador Pedagógico
PPGECC	Programa de Pós Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROSA	Programa de Saúde do Adolescente
PSE	Programa de Saúde Escolar
RJ	Rio de Janeiro
SESO	Serviço Social
SMASDH/DC	Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos de Duque de Caxias
SME/DC	Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias

SMS/DC	Secretaria Municipal de Saúde de Duque de Caxias
SUPED	Subsecretaria Pedagógica
UBS	Unidade Básica de Saúde
UE	Unidade Escolar
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UPA	Unidade Pronto Atendimento
UPH	Unidade Pré-Hospitalar
VASA	Violência/Abuso Sexual em Adolescentes
VASC	Violência/Abuso Sexual em Crianças

SUMÁRIO

	INQUIETAÇÕES EM PROCESSO: O QUE NOS MOVIMENTA A PESQUISAR?	18
1	PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: COMO CONSTRUIMOS NOSSA CAMINHADA INVESTIGATIVA SOBRE VIOLÊNCIA/ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS	29
1.1	Contextualizando nossa investigação: as correlações teóricas e metodológicas	32
1.2	Abordagens investigativas: perspectivas teóricas que sustentam a pesquisa	37
1.3	A violência/abuso sexual de crianças na produção acadêmica: para onde caminha a produção do conhecimento científico?	40
2	A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE VIOLÊNCIA/ABUSO SEXUAL EM CRIANÇAS: UM ESTADO DO CONHECIMENTO DO PERÍODO 2010-2022.	43
2.1	Reconhecimento da produção acadêmica no período de 2010-2022	43
2.2	Produções científicas sobre violência/abuso sexual contra crianças: problemáticas, princípios teórico-metodológicos e principais contribuições	57
2.3	Materiais de Apoio para rodas de conversa	65
3	FORMAÇÃO DOCENTE E AÇÕES DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA/ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS NA ESCOLA	78
3.1	Formação Docente na Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias para prevenção à violência sexual na pandemia.	82
3.2	Roda de conversa: as vozes das crianças em movimento e a identificação de casos de violência/abuso sexual	87
3.3	As vozes de profissionais de educação em movimento: a perspectiva de professoras e gestoras sobre a formação docente	93
4	QUE EDUCAÇÃO OUTRA PODEMOS CONSTRUIR COM AS CRIANÇAS PARA AS INFÂNCIAS?	118
4.1	Algumas fragilidades na educação que temos: desafios postos para formação docente	122

CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS	132
ANEXO A – Fluxo de Atendimento SME/DC Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, Rio de Janeiro.....	145
ANEXO B – Parecer Consubstanciado do Conselho de Ética na Pesquisa - Recurso	146
ANEXO C – Parecer Consubstanciado do Conselho de Ética na Pesquisa - Aprovado.....	149

INQUIETAÇÕES EM PROCESSO: O QUE NOS MOVIMENTA A PESQUISAR?

A violência/abuso sexual contra crianças me inquieta e me movimenta, já há algum tempo a pesquisar, na perspectiva da efetivação do direito ao desenvolvimento sexual saudável nas infâncias. É por esse motivo que investigo o fenômeno da violência/abuso sexual contra crianças que acabam por refletir-se no cotidiano escolar, em especial, nos comportamentos e no desenvolvimento sociocognitivo das crianças.

Crianças necessitam de cuidados e proteção, porém, tenho a noção de que, meninos e meninas são afetados pela violação de seus direitos humanos fundamentais dentro de suas casas, no seio das suas famílias, que deveriam ser protetoras, mas ocupam o lugar de famílias abusadoras, que violentam sexualmente seus membros mais frágeis, mais vulneráveis às múltiplas formas de violência doméstica e familiar.

A violência/abuso sexual caracteriza-se pela violação do direito humano ao desenvolvimento sexual saudável. Observo a importância da sensibilização de profissionais de educação e das famílias, através da mobilização para formação continuada sobre educação sexual. Considerando os processos pedagógicos de suma importância para os profissionais que atuam no campo da educação, na perspectiva de investir esforços na prevenção, antes que a violência aconteça, sugiro que, informar profissionais de educação, estudantes e familiares pode ser uma importante estratégia para prevenção à violência sexual contra crianças.

Christiane Sanderson (2005) ao tratar do abuso sexual em crianças, tem o intuito de fortalecer os pais e professores para a proteção das crianças contra pedófilos e abusadores, que praticam violência sexual contra crianças. A autora propõe a construção de diálogos e redes de apoio, assim como, quebrar o tabu e falar sobre o Abuso Sexual em Crianças (ASC) de maneira calma e equilibrada. Desta forma dialógica, busca-se romper com o silêncio e falar de abuso sexual em casa, na escola e na comunidade.

A pesquisadora também afirma que é preciso contar com a colaboração coletiva para desarticular o silêncio e o segredo que o abusador(a) impõe às vítimas. Neste sentido, atuar na prevenção auxilia, sobretudo, para chamar a atenção de todos/as adultos, sem exceção para responsabilidade de proteger as vítimas.

A principal motivação para realizar a investigação são os casos identificados no cotidiano escolar, nas unidades escolares de Duque de Caxias, quando alunos e alunas contam suas histórias para quem confiam, geralmente para a professora, para a agente de creche, orientador/a educacional, orientador/a pedagógico/a, diretora/diretor, entre outros profissionais da escola. Observamos nos atendimentos que a maioria quase absoluta dos casos de violência sexual identificados no chão da escola, o/a abusador/a é alguém de confiança da vítima e membro da família ou alguém muito próximo que tem acesso e oportunidade de ficar só com a criança em casa, em locais desertos ou em passeios de família.

Considerando as vulnerabilidades da infância caxiense, para fins de práticas sexuais, adultos perversos se apropriaram arbitrariamente de uma criança pequena, incapaz de consentir a manipulação de seu corpo infantil, sendo esta incapaz de se defender dos violentadores/abusadores. É importante ressaltar que os muros da família protegem o agressor, em nome da manutenção e sobrevivência dos seus membros, silencia-se a vítima de violência/abuso sexual, até que a revelação acontece por gerar danos à saúde da vítima, havendo necessidade de ser socorrida em unidade de saúde.

Dito isto, é importante lembrar o marco histórico para Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias. No dia 23 de outubro de 2015, uma aluna de 3 anos devidamente matriculada numa creche da Rede Municipal de Ensino foi agredida fisicamente, abusada sexualmente, estrangulada e morta. Um crime hediondo, que chocou os profissionais de educação, transformando a dor em militância. Dor profunda pela perda de uma aluna que teve a sua vida furtada no desabrochar da infância, que transforma profissionais de educação em militantes em defesa da vida e dos direitos humanos fundamentais de crianças, alunos e alunas inseridos na educação básica.

Antes de me debruçar diretamente no desenvolvimento da pesquisa, torna-se fundamental apontar alguns elementos que me ajudem a pensar as motivações de se investigar tal temática.

Nesse sentido, é importante rememorar todo o conjunto de movimentos que produziram diversos documentos relativos aos direitos de Crianças e Adolescentes em nível mundial, nos quais o Brasil é signatário.

A Declaração dos Direitos da Criança, que antecedeu a Convenção Internacional dos Direitos da Criança em 1989, foi pactuada no dia 20 de novembro

de 1959, na Assembleia Geral das Nações Unidas, apresentando 10 princípios fundamentais. A observância deles na íntegra deveria ser compromisso de todas as nações. O princípio I preconiza que:

A criança desfrutará de todos os direitos enunciados nesta Declaração. Estes direitos serão outorgados a todas as crianças, sem qualquer exceção, distinção ou discriminação por motivos de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de outra natureza, nacionalidade ou origem social, posição econômica, nascimento ou outra condição, seja inerente à própria criança ou à sua família. (UNICEF, 1959, n.p.).

Neste princípio, já é possível observar a realidade de nossos dias, considerando as demandas atendidas nas escolas, a intersecção na violação dos direitos humanos fundamentais de crianças e adolescentes inseridos/as nas escolas públicas da Baixada Fluminense, em Duque de Caxias, nas comunidades, nos centros aglomerados, nas periferias e nas áreas rurais. Crianças e adolescentes negros e negras, pobres em condições de extrema vulnerabilidade social, de religiões afro-brasileiras, católicos e cristãos que podem estar sofrendo opressões, não só a violência sexual, mas o *bullying*, a automutilação, a ausência de cuidados e provisão de suas necessidades e direitos fundamentais para que se tenha uma infância com desenvolvimento saudável.

Fazer valer os princípios é dever de todos e todas. O princípio fundamental II aponta para o direito à proteção por parte do Estado:

A criança gozará de proteção especial e disporá de oportunidade e serviços, a serem estabelecidos em lei por outros meios, de modo que possa desenvolver-se física, mental, moral, espiritual e socialmente de forma saudável e normal, assim como em condições de liberdade e dignidade. Ao promulgar leis com este fim, a consideração fundamental a que se atenderá será o interesse superior da criança (UNICEF, 1959, n.p.).

Tem sido notório na sociedade brasileira, nos últimos anos, um esforço coletivo de profissionais engajados na luta pela efetivação dos Direitos Humanos Fundamentais, considerando as crianças como prioridade absoluta. Principalmente a partir da década de 1990, com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que marca esse período positivamente, no que diz respeito à efetivação de direitos de pequenos cidadãos.

Segundo a pesquisadora Suely Deslandes (2013), esta década:

[...] assinalou importante mobilização social em torno da defesa dos direitos de crianças e adolescentes e do combate à violência sexual. Contudo, somente no início do século XXI se deu a criação de políticas nacionais específicas para o enfrentamento da exploração sexual (DESLANDES, 2013, p.11).

Nesta direção, refletimos sobre a relevância dos cuidados com a infância para que pessoas adultas possam viabilizar o acesso e o direito ao desenvolvimento sexual saudável de crianças, protegendo-as de adultos perversos que são mantidos na prática da violência/abuso sexual, invadindo arbitrariamente os corpos infantis, pelo silêncio tanto das vítimas quanto de suas famílias.

A noção de que o abusador tem necessidade de silenciar a vítima, para seguir praticando a violência sexual, em busca de presas fragilizadas, incapazes de se defender, me inquieta. Sobre o tabu que envolve questões de gênero e sexualidade nas escolas, nas famílias e na sociedade em geral, dificultando o diálogo sobre o assunto, silenciando as vítimas. Quanto ao tabu e ao silenciamento, Sanderson (2005) afirma que:

Parece que o tabu não é o abuso sexual em crianças ou o fato de que ele acontece, mas sim, falar sobre ele. Crianças vítimas de abuso sexual invariavelmente não podem falar sobre suas experiências de abuso. Pais e adultos acham igualmente difícil falar sobre isso. Todos concordam que o ASC é terrível, mas ainda se tem medo de conversar sobre o assunto de maneira calma e equilibrada. Se os adultos acham difícil falar sobre o ASC, não é de surpreender que as crianças também o achem. A consciência sobre o ASC e o diálogo público saudável podem capacitar pais e professores para tratar desses assuntos em casa, na escola e na comunidade. Não falar sobre o ASC não o afasta, mas, sim, colabora com a necessidade de silêncio que o abusador tem (SANDERSON, 2005, p. 284).

Exatamente por isso que os autores do abuso sexual tomam força para prosseguir com a violência sexual perpetrada por longa data, pelo tabu, falta de diálogo e entendimento das vítimas e familiares sobre as estratégias de enfrentamento e responsabilização dos autores através do Sistema de Garantia de Direitos e quebra do silêncio.

Jane Felipe (2005; 2006) levanta um questionamento muito relevante para o uso do termo “abuso”, quando fala a respeito da violência sexual contra as crianças, nos fazendo pensar o quanto a expressão “abusar” se presta a considerar o fato de que é possível usar esse corpo infantil de acordo com as conveniências dos adultos. O termo “abuso” remete a uma ideia equivocada de que se passou um pouco do ponto. Além disso, entendo que esse uso pode conotar que essa criança deu

inicialmente alguma brecha, justificativa ou autorização para o criminoso violar seu corpo infantil e, assim, em algum momento, este passou dos limites impostos, o que não ocorre com crianças, as quais sequer tem consciência do que está ocorrendo e não têm como se defender/recusar o ato, submetida a uma relação de poder.

Usarei sempre a expressão violência/abuso sexual e não simplesmente abuso sexual, posto que a palavra abuso supõe que, em alguma medida, é possível fazer uso de alguma coisa. Como no caso do álcool, que tem seu uso permitido, mas se o sujeito abusa, é porque extrapolou de sua cota, passando dos limites aceitáveis para o convívio social. No caso do termo corrente “abuso sexual”, me causa certo desconforto, pois ele dá a impressão de que algum uso desse corpo infantil é aceitável, permitido. Portanto, utilizarei sempre a expressão **violência/abuso sexual** para enfatizar o primeiro termo, ou seja, abuso remete à violência, mesmo que tenha sido praticado de forma sedutora. O que está em jogo aqui, fundamentalmente, é a desigualdade de poder entre adultos e crianças (FELIPE, 2006, p. 206, grifo nosso).

Neste sentido, a violência/abuso sexual contra crianças é estabelecida pelas relações de poder entre adultos e crianças indefesas, mas, em algum momento a revelação acontece, seja de forma acidental ou proposital. A revelação acidental ocorre quando gera danos à saúde da vítima que é socorrida em unidade de saúde, quando é feita a notificação compulsória para os casos suspeitos ou confirmados de violência doméstica - Lei Federal 10.778/2003 estabelece a notificação compulsória para os casos de violência (BRASIL, 2003, n.p.). A revelação proposital ocorre quando a vítima decide contar sobre a violência/abuso sexual sofrido para uma pessoa de sua confiança. Quando a revelação da violência/ abuso sexual acontece seja acidentalmente ou propositalmente, pode contribuir para romper ciclos de violências perpetrados por longa data e liberta as vítimas de seus alcoses. Precisamos continuar falando sobre violência/abuso sexual nas escolas, para toda comunidade escolar, considerando a importância da prevenção para efetivação do direito ao desenvolvimento sexual saudável da infância caxiense.

Dito isso, o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (BRASIL, 2002), sugere que cada município contemple em suas políticas, as diretrizes orientadoras preconizadas: *1. análise da situação; 2. mobilização e articulação; 3. defesa e responsabilização; 4. atendimento e prevenção; 5. e protagonismo juvenil.*

A metodologia empregada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos para a implantação destas diretrizes visa estimular a criação de planos operativos locais. Importante ressaltar que o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do

Direito de Crianças e Adolescentes, também segue as mesmas orientações (BRASIL, 2006).

É fundamental, para entendermos mais a fundo, o cenário de violência sexual contra crianças, que tracemos uma visão geral da violência sexual no Brasil. Assim, algumas informações publicadas disponíveis no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021 (FBSP, 2021; REINACH; BURGOS, 2021) e 2022 (MUNIZ; CECCHETTO, 2022) nos ajudam a visualizar este cenário e a mobilizar profissionais da educação para construirmos ações para combater esta tipologia de violência. Conhecer e refletir sobre estes dados pode interferir na produção de Política Públicas de enfrentamento à violência sexual impetrada contra crianças e adolescentes.

De acordo com o Anuário de 2021, ocorreram 60.460 estupros. Registrou-se que 73,7% das vítimas eram vulneráveis, incapazes de consentir, 60,6% tinham até 13 anos, 86,9% do sexo feminino e, em 85,2% dos casos, o autor era conhecido da vítima (FBSP, 2021, p.15). Ainda neste ano, foram 46.289 casos de vítimas de estupro e estupro de vulnerável (de 0 a 19 anos). As crianças e pré-adolescentes (0 a 11 anos) representaram um total de 24.207 de vítimas, as vítimas adolescentes (12 a 17 anos) representaram um total de 20.280 e as vítimas jovens (18 a 19 anos) totalizaram 1.802.(REINACH; BURGOS, 2021, p.232)

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública, de 2022, em edição especial, nos chama a atenção para os dados do Rio de Janeiro, referente ao ano de 2021, que apresenta 5.105 registros de estupro e estupro de vulnerável (MUNIZ; CECCHETTO, 2022). Foram 884 registros de maus tratos contra crianças e adolescentes, representando um aumento de 45,1%, no período entre 2020 e 2021. Sobre os casos de lesão corporal dolosa, foram registrados 1.420 deles, em contexto de violência doméstica contra crianças e adolescentes (MUNIZ; CECCHETTO, 2022).

Os dados referentes aos registros de estupro e estupro de vulnerável no primeiro semestre de 2022 sofrem um aumento, se aproximando do número de casos ocorridos em 2019, porém, é importante ressaltar que a informação somente diz respeito ao período de janeiro a junho de 2022 (MUNIZ; CECCHETTO, 2022). Significa que ocorreu um estupro de menina ou mulher a cada 9 minutos no Brasil, nesse período. Observando-se os dados relativos a estupro e estupro de vulnerável, no período de 2019 a 2022 ultrapassaram, anualmente, mais de 25.000 casos,

ressaltando-se os anos de 2019 com 29.814 casos e 2022 com 29.285 casos, ou seja, os maiores índices, portanto.

A partir destas informações, é possível perceber o caráter interseccional que atravessa o campo da violência sexual, quando observamos os dados apresentados e que apresentam relações entre os marcadores etário, gênero, raça, classe, entre outros presentes na violação do direito ao desenvolvimento sexual saudável infantil. De acordo com Reinach e Burgos (2021):

Características como idade, gênero e raça/cor das crianças e adolescentes podem torná-las particularmente vulneráveis à violência, mas a compreensão de como são atingidas por diferentes experiências com a violência exige um olhar mais amplo, associando características individuais a variáveis contextuais como desigualdade e padrões de vulnerabilidade socioeconômica (REINACH; BURGOS, 2021, p.220).

Neste sentido, os números apresentados por FBSP (2021), Reinach e Burgos (2021) e Muniz e Cecchetto (2022), representam apenas uma parcela das vítimas, considerando a gravidade da situação em territórios vulneráveis e as subnotificações, pois, nem sempre as notificações chegam aos órgãos competentes, são silenciadas pelo medo que atravessa as comunidades de baixa renda. E, diante disso, é fundamental que na escola, docentes e gestores estejam preparados para identificar situações de violência/abuso sexual, bem como planejar ações para prevenção.

A formação docente, portanto, torna-se de fundamental relevância, pois permitirá o acesso de professoras, professores, gestores e gestoras aos conhecimentos pertinentes para lidar com as referidas situações de violência/abuso sexual de crianças que tem refletido no cotidiano escolar.

Dessa forma, apresento o objetivo geral, a questão central da pesquisa:

✓ De que modo a formação docente pode contribuir para o planejamento e a realização de ações que permitam prevenir a violência/abuso sexual de crianças que frequentam a rede pública de ensino?

Os objetivos específicos:

- Como a Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, em articulação com as escolas e com outros órgãos setoriais, têm promovido ações de formação com o sentido de mitigar casos de violência/abuso sexual de crianças?

- Como os conhecimentos compartilhados nas formações podem contribuir para a prevenção da violência/abuso sexual contra crianças nas escolas de Duque de Caxias?
- Que percepções sobre a formação docente são apontadas por professoras e gestoras sobre questões específicas das violências/abuso sexual?
- Que ações têm sido desencadeadas para identificação e para prevenção da violência/abuso sexual de crianças?

Diante do foco de nossa pesquisa, de sua complexidade e da sensibilidade que a envolve, não seria possível desenvolver uma pesquisa a partir dos cânones da pesquisa positivista. Neste sentido, as pesquisas pós-estruturais são nossas referências teórico-metodológicas. Dito isto, não buscamos verdades universais, mas acompanhar processos que se constituem no *'fazersaber'* de sujeitos diversos.

Como um dos procedimentos iniciais, com o objetivo de aproximar-me do campo, conhecendo como tem se configurada a produção científica sobre a temática e que possa colaborar com as análises, realizei um levantamento inspirado nas pesquisas denominadas "Estado do Conhecimento". A base de referência foi a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD/IBICT) com o intuito de identificar a produção acadêmica no período de 2010 a 2022 acerca da violência sexual de crianças nos programas de pós-graduação.

Uma das finalidades deste procedimento é me aproximar do campo de estudos da violência/abuso sexual contra crianças para inventariar o que tem sido produzido nos últimos 12 anos sobre este assunto, conversando com autores que dialogam na mesma direção da investigação proposta. Para Romanowski e Ens (2006) a necessidade destes estudos se justifica pelo interesse de pesquisadores e pesquisadoras iniciantes conhecerem, minimamente, a trajetória da produção do conhecimento sobre determinado assunto.

Neste sentido, busca-se identificar os assuntos de maior interesse para a pesquisa, o modo como têm sido focalizados, as abordagens teóricas e metodológicas utilizadas, contribuições mais proeminentes das investigações. Dessa forma, ao realizar balanços desta natureza, podemos perceber tendências, avanços e ausências nas pesquisas que podem orientar melhor investigações futuras.

Posteriormente, após mapeamento dos casos de violência/abuso sexual na Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias, selecionei seis (06) profissionais de educação que vivenciaram em sua trajetória profissional o enfrentamento à violência/abuso sexual contra crianças, totalizando cinco (05) escolas de referência no acolhimento de casos identificados para participarem da pesquisa.

Durante o processo de investigação, conversamos com professoras, diretoras, orientadoras pedagógicas e orientadoras educacionais, por um período aproximado de duas horas e meia (2:30h) a três horas (3h) de duração, atendendo a todas as exigências e trâmites de aprovação da pesquisa na Plataforma Brasil e no Comitê de Ética da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (COEP/UERJ). Um procedimento relevante e que tem direcionado as pesquisas no NuDES (Núcleo de Estudos e Pesquisas Diferenças, Educação, Gênero e Sexualidades/UERJ¹) é o uso da conversa como elemento metodológico (RIBEIRO; SOUZA; SAMPAIO, 2018) e que tem se constituído como um dos eixos de nossas pesquisas (AMARO; COUTO JUNIOR; GANEM, 2021; COUTO JUNIOR *et al.*, 2020). Nesta pesquisa, optamos por estabelecer uma relação de afeto, de acolhimento e de confiabilidade com as profissionais de educação. Dessa forma, foi possível potencializar a conversa e tornou-se fundamental para visibilizar, por meio das narrativas das crianças, o que se passa em suas vidas e suas implicações na escola. Sustenta-se, assim, que a “conversa participa, então, de redes de comunicação onde se produzem e se entrelaçam histórias” (CARVALHO, 2014). A conversa também foi essencial para acessar as percepções das professoras e gestoras sobre as contribuições da formação para a prevenção da violência/abuso sexual de crianças. Dadas as limitações de agenda e da iminência de conclusão da presente pesquisa, as conversas, antes pensadas na coletividade, foram realizadas em formato online individualmente com 6 (seis) profissionais da educação, entre professoras, orientadoras e gestoras. Importante ressaltar que a pandemia da Covid-19 nos impulsionou o uso de um maior instrumental tecnológico para fazer pesquisa de outros modos e, portanto, nos auxiliou na produção de informações acerca das impressões das professoras e equipes diretivas sobre a formação docente.

¹ O NuDES, criado em 2015, compõe os grupos de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (PPGEC/UERJ) e é coordenado pelo Prof. Dr. Ivan Amaro/UERJ. O núcleo foi chancelado pela UERJ e autenticado pelo Diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) Disponível em: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2861357598212115

Os casos do cotidiano escolar me inquietaram e me impulsionaram a investigar, a buscar maior qualificação para compreender o contexto e intervir por ele com qualidade e competência técnica profissional. A inserção no Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, assim como a participação no NuDES têm sido de grande contribuição na discussão de temas sensíveis, recorrendo a bases teóricas importantes, tais como Foucault (1988), Louro (2004) e Butler (2019) entre outros. As contribuições das reuniões do NuDES têm sido de grande relevância para minha pesquisa. Principalmente, no começo da pandemia em 2020, quando todas as atividades acadêmicas e profissionais estavam estagnadas, pois o mundo inteiro sofreu as consequências do vírus letal que ceifou muitas vidas, nesse momento fomos confinados em nossas casas, vivendo em isolamento físico e social.

O NuDES não parou. Houve um processo de adequação ao contexto e nossas reuniões continuaram em formato remoto, com auxílio de plataformas como Zoom, Meet e outras. Dessa forma, permaneceu alimentando e provocando nosso pensamento com textos, estudos e propostas de atividades internas e externas de forma online, como a participação e inserção no Projeto que articulou uma importante rede de troca de saberes e compartilhamento de boas práticas apesar da pandemia.

O Projeto da RIA40tena – Rede Internacional de Ações Coletivas de Universidades, nasceu no coração de docentes do Rio de Janeiro, preocupados com o afastamento da comunidade escolar, que vivenciou a quarentena, o isolamento social no período da pandemia, foram propostas algumas ações para que fosse possível manter vínculo acadêmico e fortalecimento mútuo apesar da pandemia.

A RIA40tena – Rede Internacional de Ações Coletivas de Universidades, ganhou dimensão internacional e uma visibilidade incrível, como possibilidade de experimentação pedagógica, que tem sido de grande contribuição, até os dias de hoje. A RIA40tena é uma REDE viva que iniciou com as Universidades do Brasil e outros países da América Latina, porém, tomou proporções inimagináveis, com a implementação de ações que ganharam o mundo pelas redes sociais e com o comprometimento de profissionais engajados no campo da educação e na disseminação de experiências exitosas.

Esta dissertação se organiza em três capítulos:

No Capítulo 1, apresentamos os principais pressupostos teórico-metodológicos que sustentam a pesquisa. Assim, fundamentamos a sua relevância, suas articulações e coerência. As justificativas para a realização do Estado do Conhecimento também estão expressas neste capítulo. Além disso, indicamos os procedimentos de produção dos dados, bem como descrevemos os procedimentos, apresentando os/as participantes da pesquisa.

No capítulo 2, apresentamos os achados relativos à produção do Estado do Conhecimento acerca das dissertações e teses produzidas no período de 2010 - 2022, focalizando como tem se constituído o processo de produção do conhecimento no país sobre a violência/abuso sexual contra crianças, identificando a incidência das principais áreas, dos principais problemas investigados, bem como das tendências teórico-metodológicas e suas contribuições mais relevantes. Nosso percurso teórico-metodológico se fez no próprio caminhar. Não se fechou numa “receita” formatada a ser seguida.

O capítulo 3 objetiva analisar as informações que foram produzidas nas conversas com as crianças, com as professoras e gestoras, à luz dos referenciais teóricos apontados, bem como com as contribuições das produções encontradas no Estado do Conhecimento produzido.

A expectativa com relação às contribuições desta pesquisa sustenta-se na ideia de que as políticas públicas de enfrentamento e prevenção da violência/abuso sexual contra crianças necessitam de ações concretas na formação docente, bem como no planejamento de ações multissetoriais coletivas no atendimento das demandas sociais que circundam o cotidiano (não) escolar. Envolver a comunidade escolar na luta, assim como a população caxiense em geral, na mobilização pela efetivação do direito ao desenvolvimento sexual saudável de meninas e meninos residentes no Município de Duque de Caxias pode ser uma estratégia relevante para mitigação dos casos de violência/abuso sexual contra crianças Duque caxienses.

1 PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: COMO CONSTRUIMOS NOSSA CAMINHADA INVESTIGATIVA SOBRE VIOLÊNCIA/ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS

Neste capítulo, trataremos de descrever e mostrar como foi nosso percurso na construção dos caminhos e dos dados analisados. Nossa caminhada investigativa foi carregada de sentimentos e emoções. Digo nossa, pois, caminhei com parceiros em potencial: o meu querido orientador Professor Dr. Ivan Amaro, as diretoras e professoras das escolas, as crianças que atravessaram a pesquisa e profissionais da rede de apoio.

Durante o processo de investigação vivenciei movimentos interessantes, que foi incluir referenciais teóricos na bagagem, mudar o percurso e retirar referencial da escrita, acrescentar outros referenciais, seguir outro caminho e mudar novamente o trajeto. Um movimento contínuo de construção, desconstrução e reconstrução, até que, percebemos que a bricolagem precisava ser concluída mesmo que parcialmente.

Dito isto, é importante ressaltar a sensação de incompletude e ausências que é um sentimento de lacuna e que aponta para a necessidade da busca constante por conhecimentos, saberes outros e respostas às inquietações inerentes ao processo de investigação do fenômeno da violência sexual contra crianças.

Nessa inquietação encontro um suporte teórico que me anima a ler, escrever, criar, montar, desmontar, articular, poetizar e analisar a correlação de forças institucionais. Neste sentido, Marlucy Paraíso (2014) considera algumas perspectivas da pesquisa:

1) Articular e 'bricolar'!; 2) Ler!; 3) Montar, desmontar e remontar o já dito!; 4) Compor, decompor e recompor; 5) Perguntar, interrogar!; 6) Descrever! 7) Analisar as relações de poder! 8) Multiplicar! 9) Poetizar! 10) Estar à espreita! (PARAÍSO, 2014, p. 33-41).

A autora também dialoga sobre a capacidade individual do pesquisador/a de ser criativo e propositivo, com imensa capacidade de inventar e pesquisar. A caminhada na busca pelos referenciais teóricos que dialogam com a pesquisa para o desenvolvimento da escrita acadêmica exige disciplina e potência na produção.

Considerando o processo de investigação carregado de emoção e deslocamentos, quando deparamos com crianças, vítimas de violência sexual, uma experiência inexplicável, frente aos corpos infantis, que foram violentados/abusados sexualmente. Crianças que deveriam ser protegidas por seus pais e familiares, porém, nem sempre as protegem. A pesquisa pode contribuir para uma sociedade mais justa e equânime, na perspectiva de mitigar, quiçá erradicar a violência sexual contra crianças no Município de Duque de Caxias.

Dito isto, é importante salientar que no período da Pandemia Covid-19, quando as famílias vivenciaram o isolamento social, crianças estavam expostas e bem próximas de violentadores/ abusadores, ficaram mais tempo dentro de suas casas. Foi possível observar no retorno presencial às aulas, o reflexo das violências sofridas por alunos e alunas evidenciados no chão das escolas.

O pós-pandemia trouxe aos profissionais de educação muitos desafios. Basta um pouquinho de atenção para compreendermos que algo está acontecendo e que a criança necessita de auxílio da rede de proteção, rede que é composta também pela educação, sendo esta uma das entradas principais para a intervenção, pois ela permite o acesso direto às crianças inseridas na rede municipal de ensino e, as crianças contam suas angústias e violações de direitos humanos fundamentais na infância, para quem confiam, geralmente na escola.

É importante ressaltar que os corpos infantis se encontram mais vulneráveis à violência sexual, conforme vem apontando o anuário brasileiro de segurança pública de 2021 e 2022. Neste sentido, temos a noção que não há nada que justifique a violência sexual contra crianças.

Na tentativa de me aproximar do foco de investigação, incluindo na caminhada investigativa alguns referenciais teóricos, como a pesquisadora Dr^a Jane Felipe e o seu conceito de pedofilização, que tem sido referenciado, nos conduzindo a uma reflexão sobre o fenômeno da violência/abuso sexual em crianças. O conceito de pedofilização foi elaborado e utilizado pela primeira vez em 2002, pela professora Jane Felipe, para se referir à prática social contemporânea de erotização dos corpos infantis, tão presente na nossa cultura (IZIDRO; FELIPE, 2018). Para Felipe (2006):

É importante mencionar que, no Brasil, a violência/abuso sexual contra crianças e adolescentes só recentemente (década de 90 do século XX) começa a ser incluída como preocupação efetiva na agenda da sociedade civil e como política pública, através da Constituição Federal Brasileira (1988) e do Estatuto da Criança e do adolescente – Lei 8069/90. (FELIPE, 2006, p.206)

De acordo com a análise da autora a partir da década de 90, se observa os esforços para incluir na agenda das políticas públicas a preocupação efetiva para proteção da infância brasileira, porém ainda são muitos os desafios. É possível encontrarmos crianças nas unidades escolares que não estão enquadradas no padrão da heteronormatividade e que também precisam da proteção dos adultos como crianças que são sujeitos de direitos. As infâncias são diversas e seus direitos, garantidos pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelecido pela Lei Federal 8.069/90.

As infâncias estão sendo violentadas de diversas formas, sem defesa, sem autonomia, sem forças, em virtude das relações de poder e desigualdade, pela correlação de forças de quem deveria proteger, porém expõe, viola direitos, agride, estigmatiza, oprime. Criança sente medo, vergonha, e sofre quando seu direito é violado. Quando suas características pessoais são negadas. Cada criança tem a sua especificidade e seu jeitinho único de ser e existir. Não respeitar a identidade e a natureza humana de uma criança pode gerar um adulto de alta complexidade para sociedade, quando seus direitos são violados na infância, quando as famílias defendem as normas, não à infância, deixando de protegê-las como prioridade absoluta. Foi dialogando com as crianças que fui impulsionada a investigar o fenômeno da violência sexual, através das rodas de conversa com escuta qualificada para suas vozes em movimento.

Desta forma, nossa pesquisa tomou a conversa com crianças e profissionais de educação como procedimento essencial de nossa metodologia. Assim como, recorreremos ao Estado da Arte na perspectiva de identificar dissertações e teses nos debruçando sobre as principais contribuições publicadas de 2010 a 2020, situando os achados iniciais da investigação com o contexto de nossa pesquisa: a necessidade de visibilizar a violência/abuso sexual de crianças matriculadas na educação básica, com foco na prevenção.

1.1 Contextualizando nossa investigação: as correlações teóricas e metodológicas

A pesquisa tem fomentado cada vez mais essa reflexão com os profissionais da equipe diretiva que fazem a notificação para o Conselho Tutelar e viabilizam o acesso as rodas de conversa com as crianças para prevenção à violência sexual nas escolas, assim como tem desenvolvido ações articuladas com outras secretarias parceiras envolvidas na prevenção a violência/abuso sexual de crianças no Município de Duque de Caxias.

Assistentes Sociais que atuam na Rede Municipal de Ensino orientam as equipes diretivas quando acionam o Núcleo Multiprofissional, sobre os direitos de alunos e alunas, baseados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90, na legislação pertinente e no regimento da educação, assim como, realizam as orientações para os encaminhamentos necessários seguindo o trâmite para prevenção às múltiplas formas de violência que refletem no cotidiano escolar, diretamente no processo de ensino aprendizagem.

Neste sentido, a UNICEF Fundo das Nações Unidas Para Infância, no Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2021, faz a seguinte publicação:

A grande maioria das vítimas de violência sexual é menina – quase 80% do total. Para elas, um número muito alto dos casos envolve vítimas entre 10 e 14 anos de idade, sendo 13 anos a idade mais frequente. Para os meninos, os casos de violência sexual concentram-se especialmente entre 3 e 9 anos de idade. Nos casos em que as vítimas são adolescentes de 15 anos ou mais, as meninas representaram mais de 90% dos casos. A maioria dos casos de violência sexual ocorre na residência da vítima e, para os casos em que há informações sobre a autoria dos crimes, 86% dos autores eram conhecidos das vítimas (UNICEF, 2021, n.p.).

A pesquisa nos conduz para análise dos dados da publicação do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021 e 2022, que apontam para um olhar atento dos marcadores que atravessam as vítimas de violência sexual. A questão da idade das vítimas é um dado importante, visto que a década de 1990 foi um marco para as crianças e adolescentes do Brasil, que deixam de ser meros objetos e passam a ser considerados sujeitos de direitos, com a implementação da Lei 8.069/90, que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, propondo romper com a doutrina da situação irregular para a doutrina da proteção integral.

E no ano 2000, foi instituída a Lei Federal 9.970/00, que estabelece o dia 18 de maio, como o Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2000). De acordo com o anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021:

A violência sexual contra crianças e adolescentes é definida como qualquer ato sexual entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente que tenha por finalidade estimular sexualmente a criança e/ou adolescente, assim como utilizá-la para obter qualquer tipo de estimulação sexual. (REINACH; BURGOS, 2021, p. 220).

Quanto à violência sexual contra crianças, observa-se a inquietação das pessoas, a mobilização do poder público, da sociedade brasileira em geral, que tem tomado força a cada ano nessa luta, e desde 2009, o “Girassol” se tornou o Símbolo Nacional de Enfrentamento ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O girassol é uma flor amarela que é associada a sensibilidade da criança e os desenhos da primeira infância, com a fragilidade da flor e nos remete ao caso da menina Araceli (ES/1973), uma vítima letal da violência sexual, com apenas oito anos. Apesar de ser uma flor, o girassol é uma flor resistente e observa-se no campo, em dias nublados, viram-se uns para os outros em busca de energia. E a cor amarela simboliza o calor e a energia positiva que emana do sol. Energia que vem do alto, que me renova a cada dia, me impulsiona a prosseguir, me inspira a aprender, construir, desconstruir, reconstruir e a produzir a escrita acadêmica, frente aos desafios postos em tempos difíceis, de pandemia, de perdas significativas, de luto! Sigo na resistência!

No processo de reconhecimento da situação de violência/abuso sexual a que está submetida a criança, é importante que professores, orientadores educacionais, gestores e profissionais de apoio da escola estejam atentos para perceber alguns sinais que podem indicar este contexto: hematomas no corpo; queimaduras com marcas de objetos; choro frequente; irritabilidade; aversão ao contato físico; dificuldades para engolir/sentar/andar; vômito e dores de cabeça com frequência; lesão e/ou sangramentos na área genital; incontinência urinária; sexualidade aflorada; transtorno no sono/ na alimentação; baixo desempenho escolar, entre outros sinais, físicos e comportamentais.

Esses são alguns sinais que já apareceram inúmeras vezes no chão da escola, porém existem outros que merecem atenção e cuidado, para isso, é muito

importante a observação frequente no comportamento das crianças que estão no nosso entorno.

Neste sentido, a pesquisadora Jane Felipe apresenta, em slides² para UFRGS, e cartilhas³ de governos, como de São Paulo, para profissionais de educação, aponta sinais de violência/abuso sexual que devem ser observados no cotidiano das crianças inseridas no ambiente escolar/não escolar. Logo, faz-se necessário observar a expressão do/a discente em relação aos sentimentos e às emoções que são manifestas diariamente no chão da escola, comprometendo o desenvolvimento de alunas e alunos.

Quanto aos sinais comportamentais, observa-se o medo de uma pessoa, quando a criança é deixada sozinha com alguém e demonstra pânico, apresenta medo dessa pessoa; mudanças no comportamento, como oscilações no humor entre retraída e extrovertida. Mudanças tais como: choro excessivo, chupar dedos, preocupação em agradar os outros, vergonha quando precisa trocar de roupa na frente de outras pessoas; ansiedade, sentimento de culpa, tensão, fadiga; comportamento agressivo, irritabilidade com os membros da família e outras pessoas do seu convívio. É possível que a vítima desenvolva transtorno na forma de personalidade múltipla (FELIPE, 2021).

Quanto à sexualidade, podemos observar crianças com interesses sobre questões sexuais; assim como manifestações de afeto erotizada, sensualizada, comportamento inapropriado para faixa etária. Crianças que desenvolvem brincadeiras sexuais com amigos, brinquedos e animais. Desenham os órgãos genitais com detalhes para além da capacidade de uma criança, observada por parentes e profissionais. Masturbação compulsiva.

Quanto aos hábitos, cuidados corporais e higiênicos observa-se: perda de apetite ou excesso de alimentação, perturbação no sono, pesadelos, agitação, pavor de adormecer e sofrer violência/abuso sexual, aparência descuidada, resistência em participar das atividades físicas entre outros sinais (FELIPE, 2021).

² Para visualizar acesse o link: <<https://www.ufrgs.br/einaroda/wp-content/uploads/2018/12/sinais-de-abuso-como-identificar.pdf>> Acesso em 25 fev 2023.

³ Para visualizar acesse o link: <<https://efape.educacao.sp.gov.br/convivasp/wp-content/uploads/2021/03/Cartilha-A-Escola-contra-o-Abuso-Sexualdraft-06.pdf>> Acesso em 25 fev 2023

Quanto a frequência e desempenho escolar observa-se que algumas crianças chegam cedo na escola, bem antes do horário previsto e gostam de ficar o máximo de tempo possível no ambiente escolar, demonstra pouco interesse em retornar para casa após o período de aula. É percebido pela pontualidade e assiduidade exagerada. Outro aspecto importante é a queda injustificada na frequência escolar repentinamente e no retorno à escola (FELIPE, 2021).

Quanto ao relacionamento social observa-se que a criança se isola do convívio social com as outras crianças nas interações e brincadeiras que são características peculiares na educação infantil, dificuldade nas relações com colegas da turma; relacionamentos sigilosos com determinadas pessoas e recusa aproximar-se de outras, não confiando nas pessoas do próprio convívio, não apresenta interesse em participar das atividades propostas, desconfiança de todos a sua volta e aversão ao contato físico (FELIPE, 2021).

Observados os sinais é fundamental no processo de proteção à infância estarmos atentos ao perfil do agressor / abusador. Geralmente, é alguém conhecido e de confiança da família (vizinho, tio, primo, avô, pai, irmão, padrasto, cuidador e etc.). Esta situação cria um cenário, de certa maneira, confortável para o abusador agir, já que tem conhecimento das rotinas da família e age de forma silenciosa para criar momentos de ficar a sós com a vítima em casa, em local isolado, deserto, ou em passeios de família.

Em muitos casos, tais indivíduos assim o fazem por uma questão de oportunidade e machismo, entendendo que o corpo infantil, em especial o corpo feminino, pode ser utilizado a seus serviços. São sujeitos que se relacionam sexualmente com pessoas adultas, mas também se aproveitam da fragilidade infantil para obter favores sexuais. Cabe lembrar que a maioria dos abusos sexuais contra crianças ocorre dentro de casa, ou por pessoas próximas à família. (IZIDRO; FELIPE, 2018, p. 32).

Neste sentido, refletindo sobre a questão do acesso e oportunidade para abusar dos corpos infantis, lembrando relatos que ouvimos de alunas e alunos no chão das escolas, assim como, o acompanhamento de casos, juntamente com as equipes diretivas. Na mesma direção somos atravessadas pelo desafio de pesquisar, nos mobilizamos a caminhar na investigação do fenômeno do enfrentamento à violência sexual contra crianças inseridas na Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias.

Uma triste realidade, pois, temos a noção do perfil do abusador, que geralmente é o mantenedor das despesas da família, é aquele cidadão que paga as contas. Essa é uma peculiaridade nos casos de violência/abuso sexual contra crianças na localidade. Por esse motivo, famílias se aliam na manutenção do segredo, em nome das necessidades básicas de seus membros, e/ou benefícios outros, que ofereçam algum tipo de vantagem ou lucro, caracterizando a violência/abuso sexual incestuoso, com o peso de uma exploração sexual doméstica.

Diante dessa reflexão sobre a temática de nossa pesquisa, percebe-se que não seria possível, frente a uma situação tão complexa e com diversos desdobramentos, construir um caminho teórico-metodológico que fosse forjado sobre dados estatísticos e quantitativos como processo para a produção de conhecimento científico. Diante do cenário descrito acima, não caberia a crença na neutralidade como pesquisadora, já que eu estava e ainda me encontro envolta emocional, social, profissional e pessoalmente em cada caso que encontramos nas escolas. Não foi possível me ver e me colocar fora deste contexto de estudo.

Assim, esta pesquisa se coloca no terreno do imprevisível, do subjetivo, das relações entre pesquisadora e participantes da pesquisa. Se coloca no terreno do incerto, do improvável. Conforme Dagmar Meyer e Marlucy Paraíso (2014), uma metodologia se coloca sempre como pedagógica, pois se relaciona aos modos do como fazemos nossas pesquisas e como trilhas de aprendizagem: “uma metodologia de pesquisa é pedagógica, portanto porque se trata de uma condução: como conduzo ou conduzimos nossa pesquisa” (MEYER; PARAÍSO, 2014, p. 15). Dessa forma, a sua função pedagógica:

[...] produz estranhamentos quando adjetivamos essas metodologias de pesquisas como ‘pós-críticas’. Afinal, a maior parte das correntes teóricas-denominadas como pós-críticas não se referem a um método de pesquisa, no sentido usual do termo (MEYER; PARAÍSO, 2014, p. 15).

Nas próximas seções, buscamos desdobrar as características de nossa pesquisa dentro deste referencial, apresentar o campo, os participantes e os principais procedimentos que fomos construindo no caminhar.

1.2 Abordagens investigativas: perspectivas teóricas que sustentam a pesquisa

No início desta dissertação, foi apresentado como foi se delineando a pesquisa, informando alguns aspectos norteadores da investigação. Prossigo informando aos leitores sobre os primeiros passos que antecederam a pesquisa, pois antes de iniciarmos a busca pelo referencial teórico que dialoga com o foco de investigação que me move, foi necessário solicitar a autorização da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias e do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (UERJ/Plataforma Brasil - Resolução CNS, N466/2012).

A solicitação foi atendida com sucesso e a pesquisa foi aprovada no dia 13 de novembro de 2020, quando iniciou oficialmente o processo de trabalho no campo da educação básica. Um grande desafio foi a apropriação da perspectiva filosófica, focalizar a discussão teórica sobre o caráter da pesquisa pós-estruturalista na educação e trazer o foco das discussões de gênero e sexualidade para o campo da educação. Segundo Paraíso (2004, p. 284), “as pesquisas educacionais pós-críticas constituem sistemas abertos, compostos por linhas variadas e também compõem linhas, tomam emprestado algumas e criam outras”.

Assim, pesquisas com o viés pós-crítico, como os estudos culturais, os estudos *queer*, o pós-feminismo, os estudos de gênero e sexualidade, apontam que o percurso metodológico se faz no caminhar, se constrói no processo de investigação e conforme as necessidades impostas pela problemática e pelos questionamento formulados (MEYER; PARAÍSO, 2014).

Como pesquisadora, fui desafiada a realizar uma investigação séria e extremamente complexa, no campo da educação, abordando o tema da violência sexual, da violação de direitos humanos fundamentais na infância, que reflete diretamente no cotidiano escolar, no processo de ensino- aprendizagem e que se coloca de forma tão sensível. Percebe-se que há décadas, se tornou um problema de alta complexidade, porém, o período da Pandemia COVID-19, de isolamento social, descortinou problemas estruturais, que foram evidenciados pelo poder público e pela sociedade em geral, que tenta responder às demandas com a implementação de políticas públicas.

O primeiro eixo teórico a ser pensado neste processo recai sobre a categoria “infância”, aliás, preferi utilizar no plural, “infâncias”, por entender que estas são

múltiplas, diversas e não homogêneas como se tenta passar pelas concepções essencialistas. Para embasar a pesquisa referente ao modo de ser criança, com os desafios e perigos que ela proporciona, recorri aos autores Meyer (2017), Felipe (2021), Preciado (2013) Salgado e Martins-Garcia (2018), Bello e Felipe (2010), Guizzo e Beck (2014), Peixoto (2013), Preciado (2002) e o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelecido pela Lei Federal 8.069/90 (BRASIL, 1990).

Quanto ao segundo eixo a ser focalizado, diz respeito à questão da violência sexual sofrida por crianças. Refletimos sobre a afirmação Foucault (1988, p. 28): “Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram. O mesmo ocorre com o sexo das crianças”. Temos a noção de que isso ocorre quando as crianças são tomadas à força e violentadas sexualmente, por um membro de sua família ou alguém de confiança dessa família, que tenha proximidade e intimidade com a vítima, tornando mais difícil a identificação do delito. Quanto à violência sexual contra criança, Sanderson (2005) afirma que:

Não está claro quão difundido é na verdade o abuso sexual em crianças. Isso ocorre basicamente porque, por sua própria natureza, o ASC é encoberto. Acredita-se que apenas 10% dos casos são, na verdade, relatados ou chegam ao sistema judiciário criminal, o que significa que nosso conhecimento é extremamente limitado e fundamentado apenas naqueles casos denunciados. Esse conhecimento limitado tem um impacto na coleta de dados para os propósitos de pesquisa e análises estatísticas (SANDERSON, 2005, p. 16-17).

No ano de 2005, Sanderson afirma que o abuso sexual é encoberto e acredita-se que apenas 10% dos casos são notificados. Muitos são os fatores que apontam para essa reflexão da autora, porém, nos últimos anos a publicação do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021; REINACH; BURGOS, 2021; MUNIZ; CECCHETTO, 2022), tem dado mais visibilidade ao problema, porém, a subnotificação ainda é um fator preocupante. A investigação tem nos apontado, que na maioria das vezes o abusador é o mantenedor da casa. O silenciamento dos membros da família, a manutenção do segredo, em troca de benefícios financeiros tornou-se uma característica dos casos identificados, que já haviam sido perpetrados por longa data, até chegar o momento da revelação da violência sexual que pode ocorrer de forma acidental ou proposital.

Quando gera danos à saúde da vítima que necessita utilizar os serviços de saúde, ou quando a vítima decide contar sobre a violência sexual para quem confia. A violência sexual deve ser notificada, conforme determina a Lei Federal 10.778/03, que estabelece a notificação compulsória para os casos suspeitos ou confirmados de violência (BRASIL, 2003). Quanto ao mecanismo da notificação compulsória, as pesquisadoras Lima & Deslandes (2011) afirmam que:

A notificação compulsória, encaminhada para o Conselho Tutelar, das situações de violência contra crianças e adolescentes atenderia ao primordial propósito de acionar a rede de proteção social, a fim de cessar as formas de abuso e restituir seus direitos. (LIMA; DESLANDES, 2011, n.p.).

Na disputa do poder familiar, crianças encontram-se em lugar de subordinação e sujeição aos adultos, que podem ser perversos. Foram identificados no processo de investigação, casos de exploração sexual doméstica, quando um membro da família é levado ao sacrifício da violência sexual, como um cordeiro ao holocausto, para garantir que a comida será posta na mesa, o remédio será comprado, a reforma da casa será realizada, o carro que a família utiliza para passear não será negado, a provisão financeira para realização da festa tão desejada, o celular que a criança deseja receber para passar o dia conectada nos jogos infantis. Precisamos estar atentos ao que diz o ECA - Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo Art. 245:

Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (BRASIL, 1990, n.p.).

O silenciamento da violência sexual contra criança pode trazer consequências graves em virtude da omissão. As vítimas gritam por socorro no cotidiano escolar: agredindo os colegas, se recusando a realizar as atividades propostas pelas professoras, aversão ao contato físico, distúrbio no sono, compulsão alimentar, perda de apetite, isolamento social, choro frequente, irritabilidade, ansiedade relacionada aos temas sexuais, tensão, ganho ou perda de peso, incontinência urinária, dificuldades para engolir, sentar, andar entre outros sinais que podem

indicar violência contra criança, que foram observados no cotidiano de crianças inseridas na educação básica.

Na próxima seção, apresentaremos um primeiro procedimento metodológico que utilizamos no sentido de ir construindo a presente pesquisa. O “Estado da Arte” colabora com uma aproximação do campo, identificando como vem se dando a produção acadêmica sobre a violência/abuso sexual de crianças e, ao mesmo tempo, ao identificarmos esta produção, buscamos dialogar com ela no sentido de fazer as nossas análises.

1.3 A violência/abuso sexual de crianças na produção acadêmica: para onde caminha a produção do conhecimento científico?

Conhecer o itinerário da produção do conhecimento contribui para melhor traçarmos os caminhos desta pesquisa, bem como contribui para que estabeleçamos um diálogo com esta produção.

Neste sentido, nos aproximamos dos inventários designados como “Estado do Conhecimento”, pois nosso objetivo foi identificar o que já foi produzido sobre violência sexual na infância nas teses e dissertações produzidas no período de 2010-2020. Desta forma, queremos produzir uma sistematização do acervo encontrado, inventariando as produções existentes que, de alguma forma, possam contribuir com a investigação em curso. Como há algumas diferenças entre “estado do conhecimento” e “estado da arte”, foi necessário acessar as contribuições de pesquisadoras que já possuem grande trajetória na área. Para Romanowski e Ens (2006, p.39) os “Estados da Arte”:

[...] podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procuram identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada.

O objetivo de delinear o que tem sido produzido no contexto das discussões relativas aos conceitos de gênero, sexualidade e educação, especificando o foco na violência sexual contra crianças, nos movimenta a investigar. Ao procedermos ao levantamento dessa produção, buscamos localizar as

principais contribuições teóricas no sentido de melhor analisar o material empírico disponível em nossa investigação.

Conforme aponta Ferreira (2002) há uma relevância grandiosa em considerar e analisar produções anteriores que colaboram com o avanço da pesquisa e do conhecimento sobre determinada problemática. Assim, inventariar o conhecimento já produzido ajuda a perceber não só a trajetória de determinado campo de pesquisa, bem como a emergência de referenciais teórico-metodológicos atualizados que permitam melhor apreender aspectos relativos às nossas pesquisas. Neste sentido, o pesquisador Ernane Alexandre Pereira (2022), afirma que:

O desenvolvimento do “estado da arte” exige um trabalho mais aprofundado, mais detalhado e mais amplo. Os levantamentos que tomam apenas um setor das publicações sobre o tema estudado – nosso recorte - vêm sendo denominado de “estado do conhecimento”, não tão extenso e ampliado como se denomina o estado da arte, mas igualmente relevante para situarmos determinado campo de conhecimento. (PEREIRA, 2022, p.77).

Refletindo sobre a diversidade de possibilidades no enfrentamento à violência sexual no Brasil, produzida nos últimos anos por pesquisadores, optamos por realizar um “estado do conhecimento” na perspectiva de ampliar nosso repertório de acervo, que possibilite contribuir com o campo da educação. Como já informado, há diferenças entre o “Estado da Arte” e o “Estado do Conhecimento”, bem como há pontos semelhantes. Neste sentido, Romanowski&Ens (2006) afirmam que:

Os estudos realizados a partir de uma sistematização de dados, denominada “estado da arte”, recebem esta denominação quando abrangem toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções. Por exemplo: para realizar um “estado da arte” sobre “Formação de Professores no Brasil” não basta apenas estudar os resumos de dissertações e teses, são necessários estudos sobre as produções em congressos na área, estudos sobre as publicações em periódicos da área. O estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado vem sendo denominado de estado do conhecimento. (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p.39-40)

De acordo com Romanowski e Ens (2006), temos a noção de que a dimensão da pesquisa que se debruça sobre o Estado da Arte, apresenta um material bem mais robusto em seus achados no processo de investigação, já o Estado do Conhecimento é mais restrito, considerando a busca em apenas um setor de publicação a ser investigado, mas é importante considerar que o fato observado não torna um caminho mais importante que o outro, dada a relevância de ambos os

percursos, para o desenvolvimento das pesquisas no campo da educação. Dito isto, pensamos:

Se estamos pensando em utilizar como objeto de estudo e como fonte de pesquisa – os resumos – nos trabalhos intitulados “estado da arte” ou “estado do conhecimento”, se estamos entendendo que os resumos que constam nos catálogos estão atendendo a outras funções e necessidades; se estamos aceitando a heterogeneidade de marcas textuais e tipográficas constatadas nos resumos; podemos considerar possível tecer um discurso que analise, interroge, explique convenientemente cada conjunto de trabalhos produzidos em uma determinada área do conhecimento, a partir apenas de resumos, ignorando a leitura das pesquisas, na íntegra? (FERREIRA, 2002, p. 265-266).

Hoje, com o tempo cada vez mais restrito na realização dos cursos de Mestrado, que levam em média, dois anos, há uma dificuldade de que a realização do “estado da arte” se materialize, ficando a cargo de pesquisadores e pesquisadoras mais experientes e com maior disponibilidade de tempo para a realização da pesquisa.

2 A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE VIOLÊNCIA/ABUSO SEXUAL EM CRIANÇAS: UM ESTADO DO CONHECIMENTO DO PERÍODO 2010-2022.

Um dos grandes desafios apontados por Ferreira (2002) é justamente o desafio da leitura na íntegra, de cada produção encontrada. O desejo de mergulhar na leitura completa de todo o material encontrado que foi publicado e dialoga com a pesquisa é imenso, porém, temos um grande adversário que é o tempo, para dar conta dos prazos estabelecidos. Momento de acelerar a leitura, a escrita acadêmica, pois a pesquisa é dinâmica, realizada em pleno movimento, juntamente com todas as outras demandas da vida do pesquisador/a, que não tem a possibilidade de parar nenhuma das tarefas do cotidiano profissional e acadêmico para dedicar exclusividade aos estudos dadas as condições inóspitas das redes de educação que não permitem afastamento de seus funcionários para realização da formação, bem como as condições de financiamento de bolsas de estudo por parte do governo federal.

Para delinear esta trajetória, optamos, inicialmente, por realizarmos uma pesquisa na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD/Ibict), que objetiva a integração, em um único portal, dos sistemas de informação de teses e dissertações que existem no Brasil. Ademais, tem a finalidade de disponibilizar um catálogo de teses e dissertações em texto integral, proporcionando a otimização das buscas e do acesso a estes documentos em uma única base. Neste capítulo, descrevemos todo o processo de investigação no Banco de Dados e apresentamos os achados empreendidos. Neste sentido, como já anunciado anteriormente, realizamos um estado do conhecimento, tendo em vista lançarmos nosso olhar para um tipo de produção e para uma base de informações.

2.1 Reconhecimento da produção acadêmica no período de 2010-2022

Como base de nossa pesquisa, recorreremos ao site do IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia), onde podemos acessar livremente a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) que integra e dissemina, no portal de busca, textos completos das teses e dissertações

defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa. A BDTD colabora extensamente no aumento de conteúdo das produções científicas em formato de teses e dissertações defendidas em Universidades brasileiras disponíveis na rede mundial de computadores.

Isso representa o aumento da visibilidade e alcance da produção científica nacional e a divulgação de informações de interesse científico e tecnológico para a sociedade em geral. Dessa forma, a escolha desta base de dados se justifica por sua história e ampla contribuição para a visibilidade e difusão da produção do conhecimento realizada no país.

Inicialmente, fizemos uma seleção dos principais descritores que nos auxiliassem na busca.

Como já afirmamos anteriormente, o “Estado do Conhecimento” constitui um levantamento que tem a finalidade de auxiliar na identificação das possíveis contribuições de outros pesquisadores para o campo de estudos sobre o qual estamos nos debruçando. As produções anteriores a minha pesquisa e os achados relevantes no contexto da violência sexual contra crianças fizeram-me refletir ainda mais sobre a urgência de realizarmos a investigação e se possível ampliarmos a intervenção profissional com ações efetivas, somando forças entre o poder público e a sociedade em geral, assim como, mobilizar e informar as famílias e a comunidade, pois é dever de todos, assegurar com absoluta prioridade a garantia de primazia de socorro e proteção em qualquer circunstância, como afirma o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A pesquisa procurou identificar as temáticas centrais, os principais problemas investigados, os principais pressupostos teórico-metodológicos e as principais contribuições. A leitura dos achados da pesquisa exige disciplina e compromisso com a agenda, assim como, atenção aos prazos a serem cumpridos e a escrita acadêmica atenta a perspectiva filosófica que transitamos, sem perder o foco da investigação.

Numa primeira busca, de caráter mais exploratório, indicamos os seguintes descritores “violência sexual, crianças e adolescentes”, considerando na busca todos os componentes: título, autor, assunto. Ao selecionarmos em ordem ascendente, encontramos 329 registros. Desta forma, encontramos produções na BDTD, desde o ano de 1996, porém, como o nosso filtro de pesquisa foi direcionado para o período de 2010 a 2022, reduzindo razoavelmente, o número de registros.

Para embasar a sistematização das produções investigadas recorreremos às contribuições, de modo simplificado, de Romanovski&Ens (2006). Na sequência, definimos como filtro os descritores “violência sexual contra crianças e adolescentes”, sem determinar um período específico. Neste sentido, a partir das contribuições de Romanowski (2002), seguimos o primeiro passo: definição dos descritores para realizar as buscas.

Na sequência, seguimos os passos:

- Localização das teses e dissertações na BDTD Biblioteca Digital de Teses e Dissertações a partir dos descritores dados;
- Separação dos títulos em um quadro para realização da leitura dos resumos, das palavras chave e da bibliografia utilizada pelos autores;
- Classificação das produções por área de conhecimento e período das publicações, organizando as informações em quadros para facilitar a compreensão, bem como a sistematização das informações.

A seguir, nas tabelas 1 e 2, apresentamos as Teses e Dissertações encontradas nesta busca.

Quadro 1 - Teses - Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

nº	Ano	Programa/IES	Título/Palavras-Chave	Autor/a
01	2016	Programa de Pós-Graduação em Educação/UFGA	<i>A participação da escola no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes em municípios impactados por grandes projetos minero-metalúrgicos: um estudo de caso em Juruti (PA)</i> Palavras-chave: escolas. ação de enfrentamento. exploração sexual. crianças e adolescentes	Marilene Maria Aquino Castro de Barros
02	2020	Programa de PósGraduação em Educação, História, Política, Sociedade/ PUC/SP	<i>A violência sexual contra crianças e seus desdobramentos no ambiente escolar</i> Palavras-chave: crime sexual contra crianças. ambiente escolar. violência sexual	Edna Ferreira

Fonte: A autora, 2022.

Quadro 2 - Dissertações - Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

nº	Ano	Programa/IES	Título/ Palavras-Chave	Autor(a)
01	2013	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social /UFRN	<i>O sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente: análise da trajetória e do processo de resolubilidade dos casos de violência doméstica sexual em Recife PE (2007-2011)</i> Palavras-chave: Crianças e adolescentes. Sistema de garantia de direitos. Violência sexual.	Raquel Maira dos Santos Alves Militão
02	2013	Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPA	<i>Violência Sexual contra crianças e adolescentes: a participação das escolas públicas municipais na cidade de Imperatriz do Maranhão na rede de enfrentamento</i> <i>Abuso e exploração sexual.</i> Palavras-chave: crianças e adolescentes. Políticas públicas. Currículo escolar. Formação de educadores.	Aricelma Costa Ibiapina
03	2017	Programa de Pós-Graduação em Educação/UNI OESTE	<i>Os direitos de crianças e adolescentes contra a violência sexual: um estudo dos documentos nacionais (2000-2013)</i> Palavras-chave: Violência sexual. Abuso sexual. Exploração sexual. Crianças e adolescentes.	Indianara dos Santos Meurer
04	2019	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRN	<i>Intersetorialidade de políticas Públicas para garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no município de Dois Vizinhos-PR.</i> Palavras-chave: Intersetorialidade. Rede de Proteção. Criança e Adolescente. Violência sexual.	Lucélia Almeida Rocha de Góes
05	2019	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional/ UnB	<i>Violências invisibilizadas: estudo sobre o Programa Jasmim de Assistência à Violência (PAV) do Distrito Federal</i> Palavras-chave: violências sexuais contra crianças e adolescentes. racismo institucional. interseccionalidade. colonialidade do poder	Clementina Araújo Bagno da Silva
06	2021	Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Escola de Enfermagem. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	<i>O enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes: um estudo sobre os repertórios interpretativos das políticas de proteção à infância em Porto Alegre (RS)</i> Palavras-chave: Violência Sexual. Infância. Políticas públicas.	Bruna de Almada Ghiorzi
07	2022	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário - Mestrado Interdisciplinar - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati-PR.	<i>Violência sexual contra crianças e adolescentes em tempo de pandemia.</i> Palavras-chave: Violência sexual. Criança. Adolescente. Subnotificação. Pandemia da COVID-19.	Eliane Freire Rodrigues de Souza de Carli

Fonte: A autora, 2022.

A partir destes primeiros achados que dialogam com a nossa investigação, é possível perceber que há um quantitativo bastante restritivo em termos de produções ao longo de 10 anos. Localizamos 02 Teses de Doutorado e 07 Dissertações de Mestrado. Observa-se, também, que as produções se concentram na área de Educação, seguida por duas produções na área do Serviço Social, uma de Saúde Coletiva e uma na área de Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.

Marilene Maria Aquino Castro de Barros (2016), com a tese *“A participação da escola no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes em municípios impactados por grandes projetos minero-metalúrgicos: um estudo em Juruti (PA)”* elabora uma meticulosa pesquisa que focaliza o tema da violência sexual contra crianças e adolescentes, tomando como subtema a exploração sexual. Seu objetivo foi analisar as ações de enfrentamento implementadas por escolas do município de Juruti, no Pará, com a perspectiva de combate à exploração sexual contra crianças e adolescentes. A justificativa do município se colocar por considerar que o mesmo, no início dos anos 2000, foi impactado com a instalação de um grande projeto de mineração de bauxita - ALCOA. Como pressuposto teórico-metodológico, a autora lançou mão das contribuições do Materialismo Histórico e Dialético, buscando analisar historicamente o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes no panorama nacional, regional e local; analisar as políticas públicas voltadas ao enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes em nível local e o papel da escola nesse processo e; analisar as ações de enfrentamento elaboradas pelas escolas públicas no combate da exploração sexual contra crianças e adolescentes. A pesquisa aconteceu em cinco (05) escolas públicas municipais urbanas. A instalação da mineradora provocou mudanças sociais, econômicas, ambientais e culturais e, nesse contexto, a violência sexual contra crianças e adolescentes (abuso e exploração sexual) também se aprofundou. Foram entrevistados 13 profissionais da educação (11 docentes, 01 gestor escolar e 01 coordenador pedagógico). Participaram, também, 02 Conselheiros Tutelares do município. Como procedimentos metodológicos para produzir os dados, a autora realizou levantamento bibliográfico e documental; aplicou questionário semiestruturado e realizou entrevista semiestruturada com os profissionais da educação. Como achados, a pesquisa identificou que as escolas não possuem projetos de ação para enfrentar o problema da violência /abuso sexual contra

crianças e adolescentes. As ações são desencadeadas a partir de outros setores, acontecendo de forma isolada.

A tese *“A violência sexual contra crianças e seus desdobramentos no ambiente escolar”*, de autoria de Edna Ferreira (2020), objetivou identificar e analisar sistematicamente os desdobramentos e as ações desenvolvidas por três escolas da Rede Municipal de Ensino de São Paulo que foram o campo da investigação da autora.

A pesquisadora observou três meninas do 1º, 2º e 3º anos do ciclo de alfabetização do Ensino Fundamental que haviam sido vítimas de violência/abuso sexual. As alunas foram observadas no desempenho escolar, na interação com os colegas da turma e com os/as educadores/as, nos desenhos produzidos sobre a família, na análise dos boletins, teste sociométrico, assim como, a conversa com professores e coordenadores pedagógicos das três escolas envolvidas na pesquisa. O método da análise foi orientado pela Teoria Crítica da Sociedade, com a noção de: coisificação da consciência, desumanização, barbárie, não identificação com o outro e frieza nas relações humanas.

A análise minuciosa possibilitou identificar quão difícil é observar os seus desdobramentos no chão das escolas, visto que os sinais e as consequências da violência/abuso sexual nos casos identificados estavam camuflados e quase imperceptíveis no primeiro momento. Neste sentido, a autora alerta para a importância da sensibilidade profissional para identificar os casos e direcioná-los de forma assertiva. Ressalta ainda a relevância da formação docente para que seja possível atuar de forma segura no cotidiano escolar no enfrentamento e prevenção à violência/abuso sexual contra alunos e alunas da Rede Municipal de Ensino de São Paulo.

Como podemos observar no Quadro 2, foram encontradas cinco (05) dissertações entre 2013 e 2022. A dissertação *“O sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente: análise da trajetória e do processo de resolubilidade dos casos de violência doméstica sexual em Recife PE (2007-2011)”*, de Raquel Maira dos Santos Alves Militão (2013). A investigação tem como foco o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente no atendimento dos casos de violência/abuso sexual doméstico infanto-juvenil na cidade do Recife. A pesquisadora investiga desde a identificação dos casos seguindo o trâmite legal até a resolução do problema, apontando os limites e possibilidades para efetivação de

direitos das crianças e adolescentes através do Sistema de Garantia de Direitos e suas contradições e limitações. A metodologia utilizada foi pesquisa quanti-qualitativa, observação participante, entrevista dirigida e análise documental. As instituições que se tornaram campo de investigação foram: o Juizado da Infância e Adolescência, Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente, Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social, Hospital da Restauração e os Três Conselhos Tutelares. Os participantes que contribuíram com a investigação foram sete profissionais que compõem o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes. A teoria foi pautada na discussão sobre os direitos infanto-juvenis, quanto à violência sexual e o processo de construção e institucionalização desse sistema.

As principais contribuições encontradas na dissertação de Raquel Maira dos Santos Alves Militão apontam para a importância dos conselheiros tutelares nesse processo de articulação do sistema de garantia direitos de crianças e adolescentes. A autora circulou por diversas instituições e conversou com sete profissionais da área que se prontificaram a colaborar com a investigação. Ela fez uma reflexão sobre os desafios para efetivar de fato os direitos de nossas crianças e adolescentes vítimas de violência/abuso sexual, que são residentes em Recife/Pernambuco. Desafios e dificuldades encontradas também no Estado do Rio de Janeiro, pois, a violência representa um problema grave de saúde pública que tem afetado uma parcela expressiva da infância não só no Brasil, mas no mundo todo conforme aponta o relatório mundial de violência contra crianças. A autora sinaliza sobre a precariedade na distribuição de recursos para a infância e para formação profissional continuada para quem atua nessa frente de trabalho.

A dissertação *“Violência sexual contra crianças e adolescentes: a participação das escolas públicas municipais da cidade de Imperatriz do Maranhão na rede de enfrentamento”*. De Aricelma Costa Ibiapina (2013). O problema que impulsionou a pesquisa foi o questionamento sobre a participação das escolas públicas no enfrentamento à violência sexual no Município de Imperatriz- Maranhão. O objetivo da investigação foi analisar a participação efetiva das escolas de ensino fundamental nos anos de 2006 a 2012. A metodologia da pesquisa foi bibliográfica, análise documental e estudo de casos. A pesquisadora utilizou os questionários com perguntas abertas e fechadas, assim como as entrevistas estruturadas e semiestruturadas como instrumentos de coleta de dados. A perspectiva filosófica é

marxista e as principais contribuições da pesquisa apontam para importância da mobilização dos profissionais de educação para prevenção à violência/abuso sexual nas unidades públicas de ensino. A autora teve como campo de observação as escolas do Município de Imperatriz no Maranhão no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no período de 2006 a 2012. Neste sentido é importante ressaltar que de 119 escolas de ensino fundamental que foram selecionadas, somente três escolas trabalham o tema da violência/abuso sexual e fizeram a inclusão da temática nos seus respectivos currículos. Trabalhar o tema na escola esbarra na formação docente e dificuldades para lidar com o tema no cotidiano escolar.

Indianara dos Santos Meurer (2017) dissertou sobre: *“Os direitos de crianças e adolescentes contra a violência sexual: um estudo dos documentos nacionais (2000-2013)”*.

A autora afirma que a violência no Brasil nos atravessa desde o período da colonização, e a violência sexual está atrelada as relações históricas, sociais, políticas, culturais, econômicas e ideológicas. Diz que a violência é produzida socialmente nas interações e relações sociais. A pesquisadora utilizou como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental. O foco da investigação está na análise de seis documentos baseados na legislação nacional e nos tratados internacionais, são eles: Direitos negados, Escola que protege, Os planos nacionais de enfrentamento ao abuso e à exploração contra crianças e adolescentes, plano decenal e o Guia escolar. Ela chama a atenção para a legislação vigente no país publicada entre os anos 2000 e 2013, com vistas a efetivar os direitos das crianças e adolescentes como prioridade absoluta ao desenvolvimento saudável de meninas e meninos. Um dos seus objetivos é orientar educadores para o enfrentamento à violência/abuso sexual, compreendendo que é circular e fluida e nos atravessa no chão da escola. Considera um fenômeno biopsicossocial complexo e dinâmico, que integra fatores biológicos, psicológicos e sociais e foi desenvolvida na sociedade com os seus diversos problemas políticos, institucionais, morais, econômicos, psicológicos, legais e nas relações individuais.

A dissertação *“Intersetorialidade de políticas públicas para a garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no município de Dois Vizinhos-PR”*, de Lucélia Almeida Rocha de Góes (2019). A pesquisadora percorre o caminho realizando entrevistas semiestruturadas e análise documental. Ela aponta

para importância da articulação intersetorial com as redes de apoio e proteção à infância vítima de violência/abuso sexual. Teve como campo de investigação para busca documental o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, de 2013 e o Plano Municipal de Prevenção e de Combate à Violência Contra Criança e Adolescente de 2014. A análise dessa documentação foi o caminho metodológico percorrido na investigação, sendo possível identificar através da análise documental as potencialidades, dificuldades e os desafios para articular a rede de proteção. A autora sinaliza a relevância da construção de protocolos de atendimento e a formação profissional continuada para os atores sociais envolvidos nesse enfrentamento e prevenção. É importante ressaltar que a criação do fluxo de atendimento possibilitou a visibilidade para carência de profissionais no município, culminando na realização de concurso para ampliar o quadro técnico.

Clementina Araújo Bagno da Silva (2019), em sua dissertação de mestrado intitulada: *“Violências invisibilizadas: estudo sobre o Programa Jasmim de Assistência à Violência (PAV) do Distrito Federal”*. A pesquisadora informa que o Brasil com relação a violência sexual contra crianças, o país encontra-se na posição de vigésimo colocado entre os países da América Latina. A autora tem como foco da a violência/abuso sexual infantil e aborda a problemática da invisibilidade fazendo o recorte de gênero, raça, classe e geração, investigando o fenômeno da violência sexual de forma interseccional ampliando as possibilidades dos achados da pesquisa contextualizando com a violência histórica e a produção acadêmica com relação ao sistema opressor que enxuga os gastos públicos que deveriam ser transformados em políticas públicas para infância, com vistas à prevenção às violências, porém, as pesquisas encontradas tem evidenciado a violação dos direitos humanos fundamentais na infância apesar do Estatuto da Crianças e do Adolescente, Lei 8.069/90 que estabelece a proteção integral para nossas crianças e adolescentes. A pesquisa da Clementina dialoga diretamente com o campo, que é o Programa Jasmim de Assistência à Violência (PAV), e aponta a metodologia desenvolvida como devolutiva ao campo.

A investigação de Bruna de Almeida Ghiorzi, realizada em Porto Alegre, defendida no período da pandemia em 2021, intitulada *“O enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes: um estudo sobre os repertórios interpretativos das políticas de proteção à infância em Porto Alegre (RS)”*. A autora

conversa com 14 profissionais das seguintes áreas: saúde, assistência social e direitos humanos, segurança pública e justiça, com foco nas ações desencadeadas no atendimento de casos de abuso sexual incestuoso, pedofilia, estupro, exploração sexual, pornografia infantil, assédio sexual, entre outras violências que vitimam no Brasil majoritariamente as meninas. O resultado da pesquisa aponta para três principais achados como repertórios: o repertório do **encaminhamento** que apresenta uma rede de proteção fragilizada e fragmentada. O repertório do **medo** e **impotência** que enfatiza a relação das equipes que compõem a rede de proteção e a relação com o cotidiano da violência sexual contra crianças nos territórios onde atuam. O repertório da **culpa da mãe** pela lógica da responsabilização materna por parte dos profissionais que acolhem os casos.

Em 2022, encontramos a pesquisadora Eliane Freire Rodrigues de Souza de Carli, dissertando sobre *“Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes em tempos de Pandemia”*. A autora nos conduz a uma reflexão sobre os casos identificados no período da pandemia covid-19 e o quadro de notificação oficial parece que não expressa o que realmente acontece no cotidiano do nosso país, considerando a possibilidade de subnotificação de casos relacionada ao fechamento dos equipamentos públicos e/ou a redução dos horários de atendimentos das vítimas. A autora reafirma a importância da articulação com a rede de proteção, com as contribuições das universidades, conversa com as famílias e a sociedade em geral.

Abaixo apresentaremos o recorte mais específico do tema investigado, pois na tomada de decisão fizemos o recorte para o campo da infância, iniciamos uma nova busca com um filtro específico para infâncias, com período entre 2010 a 2020 com os seguintes termos combinados: “Violência sexual contra crianças”. Segue abaixo os achados da pesquisa na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações(BDTD), como um dos caminhos trilhados em que optamos pelo Estado da Arte, que tornou-se uma etapa significativa na escolha da metodologia da pesquisa sobre violência sexual contra crianças e a relevante contribuição de pesquisadores que antecederam a nossa investigação e que agregaram à escrita acadêmica.

Quadro 3 - Tese - Violência Sexual Contra Crianças

nº	Ano	Programa/IES	Título/Palavras-Chave	Autor/a
01	2012	Unesp/Araraquara, Universidade Estadual Paulista Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras	<i>O saber e o não revelar da violência sexual doméstica infantil na dinâmica do profissional escolar</i> <i>Psicanálise, Crime sexual contra as crianças, Educação sexual</i>	Mayra Rocha Vollet

Fonte: A autora, 2022.

Mayra Rocha Vollet (2012), em sua tese de doutorado intitulada “*O saber e o não revelar da violência sexual doméstica infantil na dinâmica do profissional escolar*”. A pesquisadora investiga a violência sexual doméstica contra crianças e suas as manifestações no cotidiano escolar. A caminhada metodológica seguiu realizando entrevistas semiestruturadas, com cinco profissionais que atuam no chão da escola. Mayra partiu do conceito de violência na percepção dos profissionais de educação, assim como a identificação dos casos acolhidos por elas/es e ações desenvolvidas posteriormente a revelação dos casos (suspeitos e/ou auto declarados) de violência/abuso sexual contra alunos e alunas. A pesquisadora aponta para o silenciamento frente aos casos de violência/abuso sexual contra crianças apesar da obrigatoriedade da notificação (artigo 245 ECA – BRASIL, 1990), nos conduzindo a uma reflexão sobre os aspectos subjetivos que dificultam a tomada de decisão dos profissionais apesar da imposição da notificação compulsória, porém, a correlação de forças institucional pode dificultar a articulação intersetorial, silenciando a equipe. E dependendo do contexto do território onde a escola está inserida, essa escola silencia e o silenciamento mantém a dinâmica das múltiplas formas de violência que reflete no cotidiano escolar, sendo a violência sexual uma das formas mais graves de violência contra a infância.

Quadro 4 - Dissertação - Violência Sexual Contra Crianças

nº	Ano	Programa/IES	Título/Palavras- Chave	Autor(a)
01	2010	Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife.	Retratos da violência contra a criança: as produções discursivas de cuidadoras que frequentam uma instituição de atendimento. Psicologia social discursiva, <i>Violência contra criança, Abuso sexual infantil, Violência doméstica</i>	Pedro Paulo Viana Figueiredo
02	2013	Programa de pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)	<i>Violência sexual infantil: compreensão de professoras sobre conceito e prevenção.</i> <i>Violência sexual infantil; Professoras; Prevenção; Educação para a sexualidade.</i>	Raquel Baptista Spaziani
03	2017	Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista (UNESP/Araraquara)	<i>O que é privacidade? Uma ferramenta de prevenção da violência sexual para crianças.</i> <i>Violência sexual Educação sexual Prevenção primária Enfrentamento</i>	Caroline Arcari Meyer

Fonte: A autora, 2022.

Apresento aqui um conteúdo ínfimo de uma tese e três dissertações que atravessam a nossa pesquisa mais diretamente, considerando o filtro da infância e por interesse de área realizado na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Ainda há muito que ler e escrever, porém torna-se desafiador, refletir apenas utilizando os títulos, resumos, palavras chave e as referências bibliográficas, quando o tema nos atravessa e nos move a uma busca mais aprofundada das produções na área, que dialogam com o nosso foco de investigação. Neste sentido, com relação a leitura dos resumos, das teses e dissertações, é possível perceber que:

Essa leitura possível dos resumos não se constrói linearmente ou em uma simples cadeia. Cada resumo, mais do que ligado àqueles que o antecedem e o sucedem, traz no interior de si mesmo vozes de outros enunciados. A imagem que melhor pode explicar é a de rede e não de cadeia. Rede de vários fios que se cruzam, que se rompem, que se unem, que se questionam dependendo do ponto que se estabelece como partida em cada texto. (FERREIRA, 2002, p. 270).

De acordo com Ferreira, os fios que se cruzam, se unem, se questionam, fios que constroem redes vivas com muitas vozes que foram afetadas pela questão da violência sexual e que atravessa o cotidiano escolar. Dito isso, ressalto a importância de cada obra identificada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, como parte desses fios que venho tecendo e agregando conhecimentos outros em

minha investigação. Assim como precisei descosturar algumas vezes, fios que retirei da bagagem durante a caminhada, algo que considere não mais fazer sentido no desafio da tessitura, dessa construção dinâmica e de extrema responsabilidade, digo responsabilidade com a vida, com a infância caxiense.

Dito isso, Pedro Paulo Viana Figueiredo (2010), em sua dissertação intitulada: *“Retratos da violência contra a criança: as produções discursivas de cuidadoras que frequentam uma instituição de atendimento”*. A pesquisa é qualitativa e foi realizada em uma ONG que atende crianças vítimas de violência doméstica no Recife. O pesquisador tem como foco de investigação cinco cuidadoras de crianças que sofreram violência doméstica. Ele analisa os seus discursos e aborda a questão da naturalização da violência contra crianças e o não reconhecimento da violência como algo danoso à saúde da criança. Ressalta ainda que a partir da conversa com mulheres mães beneficiárias da ONG organização não governamental, dialogando sobre violência doméstica, foi possível identificar os ciclos de violência intrafamiliar perpetrados por longa data, tendo como principais vítimas as crianças e as mulheres. As conversas ocorreram com apenas dois grupos focais que geraram material empírico totalizando duas horas e quinze minutos para sistematização da conversa com cada um. A análise foi desenvolvida a partir da psicologia social de natureza discursiva tendo muitos pesquisadores como referenciais que enfatizam o caráter retórico do discurso. O diálogo sobre o tema na ONG, possibilitou que as mulheres olhassem para suas experiências, inclusive as que foram vivenciadas na infância e aprendessem a nomear a violência doméstica contra as crianças e contra as mulheres.

Raquel Baptista Spaziani (2013) dissertou sobre: *“Violência sexual infantil: compreensões de professoras sobre conceito e prevenção”*. A pesquisadora aborda a importância da formação do corpo docente para contribuir com a quebra do silêncio, visto que de um quantitativo de 16 professores que participaram da conversa, somente um(a) sinalizou a relevância da prevenção na escola. Para quebrar o sigilo e agir, quando alunos e alunas se pronunciam autodeclarando a violência sofrida, os profissionais precisam estar preparados para o acolhimento dessa demanda. A pesquisa é qualitativa descritiva e o foco principal foi investigar sobre o tema e o conceito dos profissionais da primeira etapa da educação básica, assim como, descobrir o que eles/as pensam sobre a prevenção à violência sexual na educação infantil. A mestranda, agora mestre, fez o trâmite legal com a devida

aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, para que a pesquisa fosse iniciada devidamente autorizada no campo de investigação. A autora afirma que a escola é um lugar privilegiado para trabalhar a prevenção, porém, faz necessária a formação profissional inicial e contínua para dar conta de uma demanda tão complexa que pode ser detectada no chão da escola. Nesse contexto, os profissionais de educação engajados fortalecem a tessitura das redes de apoio e prevenção à violência sexual que reflete no cotidiano escolar.

Caroline Arcari Meyer (2017), um achado que contribuiu para a pesquisa e para as conversas com as crianças nas escolas. Sua dissertação intitulada: *Livro "O que é privacidade?": uma ferramenta de prevenção da violência sexual para crianças*. A autora apresenta o passo a passo para produção do recurso educativo que possibilita trabalhar a educação sexual com crianças que é uma ferramenta de prevenção à violência sexual para crianças de três a oito anos. A pesquisadora ressalta que o manual da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (2002), aponta a educação sexual na infância como uma potente ferramenta de proteção primária na prevenção à violência sexual contra as crianças. O caminho metodológico percorrido foi a análise documental do arcabouço teórico que pudesse fundamentar o processo de elaboração da dissertação/livro. Neste sentido, Caroline Arcari Meyer, afirma que:

É possível considerar que a literatura atual é clara ao estabelecer que a educação sexual é uma das formas mais eficazes de promover a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes. É por meio da educação sexual que se cria um ambiente seguro e de liberdade para que os alunos se comuniquem com familiares, educadores e outros profissionais da rede de proteção, caso estejam enfrentando esse tipo de violência. (MEYER, 2017, n.p.).

Caroline Arcari Meyer (2017) traz contribuições à investigação em curso e aos profissionais de educação que utilizam suas obras no cotidiano profissional como facilitador nas rodas de conversa para prevenir antes que a violência aconteça. Um achado de relevância social com diversas obras disponíveis gratuitamente em PDF, democratizando o acesso à informação para todos e todas que foram atravessados por este desafio no campo da educação.

2.2 Produções científicas sobre violência/abuso sexual contra crianças: problemáticas, princípios teórico-metodológicos e principais contribuições

O caminhar da investigação me proporcionou um encontro com autores diversos, através das publicações de quem investigou o mesmo tema que eu, porém faz-se necessário filtrar o conteúdo que agrega conhecimento na caminhada acadêmica, de acordo com a perspectiva filosófica que transitamos, assim como, pela relevância social do estudo, que reverbera em conhecimento para sociedade, e é disponibilizado para consulta de todos os interessados no assunto exposto. Segue abaixo alguns achados que encontrei em sites e em livrarias, possibilitando acesso aos pesquisadores na área, alguns destes, encontramos gratuitamente em PDF.

Quadro 5 - Filtro de literatura referente à violência sexual de 1993 a 2022.

Ano	Tipo	Título	Autor(a)
1993	Livro	<i>Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal integrados.</i>	Tilman Furniss; traduzido por Maria Adriana Veríssimo Veronese, Porto Alegre, Artes Médicas
2004	Cartilha	<i>Guia Escolar: métodos de Identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes</i>	IPPOLITO, R. e SANTOS, B. R.
2004	Livro	<i>Abuso sexual de crianças e adolescentes: desafios na qualificação profissional</i>	Antônio Carlos de Oliveira Nova Pesquisa, RJ, 2ª Edição
2005	Livro	<i>Abuso Sexual em Crianças: Fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia</i>	Christiane Sanderson
2006	Livro	<i>Tráfico de Pessoas para fins de exploração sexual</i>	Organização Internacional do Trabalho (OIT)
2007	Relatório Mundial	<i>Violência Contra Criança</i>	Paulo Sérgio Pinheiro
2008	Livro	<i>Escola que protege enfrentando a violência contra crianças e adolescentes</i>	Vicente de Paula Faleiros e Eva Silveira Faleiros. Ministério da Educação Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade SECAD/MEC/UNESCO
2008	Livro	<i>Aprendendo a viver: violência na escola</i>	Castro, Pompeo e Barbazán Ciranda Cultural

Continua

Conclusão

Ano	Tipo	Título	Autor(a)
2018	Livro	<i>A Discussão da Pedofilia no Campo da Educação</i>	Jackson Ronie Sá-Silva, Marcus Eduardo Miranda Santos e Yuri Jorge Almeida Silva (Org)
2021	Livro	<i>Guia Covid-19 Educação e Proteção de Crianças e Adolescentes Volume I e II</i>	Campanha Nacional pelo Direito à Educação
2019, 2020, 2021	Atlas	<i>Atlas da Violência</i>	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)
2022	E-Book	<i>O que as pesquisas com e sobre crianças podem nos dizer em tempos de crise?</i>	Fernanda de Lourdes Almeida Leal Kátia Patrício Benevides Campos (Orgs). Editora da Universidade Estadual da Paraíba
2022	Livro	<i>Trinta anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: balanços e perspectivas.</i>	Ebe Campinha Fábio Simas Rodrigo Lima Lamparina/FAPERJ/NUDISS
2022	E-Book	<i>Abuso sexual contra crianças e adolescentes - Abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional</i>	Maria Leolina Couto Cunha -Diretora do Departamento de Enfrentamento de Violações aos Direitos da Criança e do Adolescente/Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – SNDCA/MMFDH

Fonte: A autora, 2022.

No processo de investigação, identificamos algumas publicações importantes que podem ser utilizadas no cotidiano escolar, como a *Cartilha Guia Escolar: métodos de Identificação de sinais de violência/abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*, publicada pelo Ministério da Educação e Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, está disponível nas unidades escolares de Duque de Caxias, edição 2004 (IPPOLITO; SANTOS, 2004). Um importante instrumento de trabalho no enfrentamento à violência sexual que reflete no cotidiano escolar.

O livro possibilita aos profissionais de educação uma percepção mais ampliada dos conceitos de violência e possibilidades de intervenção profissional mais assertivas com relação à articulação com a rede de proteção à infância.

Outro achado que foi publicado em 2004, é o livro *Escola que protege enfrentando a violência contra crianças e adolescentes*, da Coleção Educação Para Todos, lançado pelo Ministério da Educação e pela UNESCO. Vicente de Paula Faleiros e Eva Silveira Faleiros(2008) fazem um resgate histórico das formas de

agressão à infância, apresentam as principais formas de violência e apontam para a direção da rede de proteção como estratégia de enfrentamento. Escola que protege enfrentando a violência contra crianças e adolescentes, viabiliza ao profissional de educação um direcionamento frente às demandas identificadas no cotidiano escolar.

Seguindo com a pesquisa, perguntando e investigando possíveis referenciais teóricos sobre violência sexual, me foi indicado por meio do corpo docente do nosso Grupo de Pesquisa NUDES, da FEBF/UERJ, uma relevante publicação do ano 2005, que foi o Livro *Abuso Sexual em Crianças: Fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra violências/abusos sexuais e pedofilia*. Christiane Sanderson (2005) faz um alerta e chama a atenção para o diálogo sobre o abuso sexual em crianças, pois a autora informa que o silêncio contribui para a manutenção da violência sexual. É necessário abordar o assunto abertamente para combatê-lo. Contém algumas instruções importantes para pais e professores da Educação Básica, para proteger as crianças de possíveis abusadores.

No acervo dos achados iniciais, encontramos o *Relatório Mundial sobre Violência Contra Criança*, elaborado por Paulo Sérgio Pinheiro (2007), publicado pelas Nações Unidas, que nos chama a atenção para todas as formas de violência vivenciadas por meninos e meninas no mundo todo. Crianças sofrem violências nos níveis mais elevados e cruéis, nas mãos de adultos perversos que as vitimam. Diversas instituições e ONGs participaram dos debates e assumiram compromissos na perspectiva de erradicar a violência contra crianças. O relatório aponta para as legislações e as normas internacionais, assim como as violências que ocorrem no seio das famílias e nos ambientes educacionais. Uma parte da escrita do autor nesse relatório mundial atravessa a urgência de ações mais efetivas no campo da educação quando ele afirma que:

Os governos precisam entender que a situação é efetivamente emergencial. Sem serem vistas ou ouvidas, crianças vêm sofrendo há séculos nas mãos dos adultos. No entanto, como a intensidade e o impacto da violência contra criança estão se tornando visíveis, não podemos mais deixá-las esperando pela proteção efetiva à qual elas têm um direito ainda não efetivado. (PINHEIRO, 2007, p. 05).

O discurso de Pinheiro me afeta, e me chama a atenção para responsabilidade no enfrentamento à violência que reflete no cotidiano escolar. Como Assistente Social, sinto-me desafiada a pensar estratégias capazes de mitigar o impacto da violência na vida de alunos e alunos da rede pública de ensino. Neste

sentido, a possibilidade de fazer o levantamento de materiais específicos sobre a questão social da violência sexual, assim como as rodas de conversa com alunos, familiares e profissionais de educação e a socialização dos achados da pesquisa, podem contribuir significativamente com essa triste realidade no Município de Duque de Caxias.

Encontramos também o *Sumário de pesquisa publicado em 2013, com o título: “Avaliação das estratégias governamentais municipais no enfrentamento da violência sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes em quatro capitais brasileiras”*, elaborado por Suely Ferreira Deslandes (2013), através do IFF Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, pela ENSP Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, articulada com o CLAVES Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli.

Esse livro apresenta algumas estratégias de enfrentamento à violência Sexual experienciadas por 4 municípios de Porto Alegre. Observemos os cinco eixos apontados no sumário: Eixo 1. Promoção de relações familiares e comunitárias protetoras e prevenção da violência e exploração sexual, Eixo 2. Atenção a crianças e adolescentes em situação de violência e exploração sexual e seus familiares, Eixo 3. Garantia dos direitos de crianças e adolescentes em situação de violência e de exploração sexual, Eixo 4. Qualificação de registros e notificação de violência e exploração sexuais de crianças e adolescentes, Eixo 5. Responsabilização legal de autores de violência e exploração sexuais de crianças e adolescentes.

Observar a experiência de outros municípios pode ser contributivo na caminhada em busca de possibilidades de intervenções com resultados mais efetivos. É importante ressaltar que o Núcleo de Prevenção de Acidentes e Violência, assim como o Comitê Municipal Intersetorial de Enfrentamento à Violência de Duque de Caxias, são bem atuantes e participativos nesse enfrentamento, sendo parceiros potenciais das escolas do município. Com empenho e prontidão, são de grande contribuição para os casos acolhidos nas unidades escolares, que são direcionados para a rede de proteção. A articulação intersetorial é de suma importância no enfrentamento aos casos suspeitos ou confirmados de violência sexual contra crianças.

Neste sentido, observamos como as narrativas das crianças evidenciam o contexto de violência a que estão submetidas, com intuito de compreendermos da

melhor forma, as suas manifestações que, de alguma forma, atravessou o atendimento do serviço social nas instituições de ensino.

Para a análise do discurso, é essa concepção de sujeito – que vai perdendo a polaridade centrada ora no eu ora no tu e se enriquecendo com uma relação dinâmica entre identidade e alteridade – que vai ocupar o centro de suas preocupações atuais. Para ela, o centro da relação não está nem no eu nem no tu, mas no espaço discursivo criado entre ambos. O sujeito só constrói sua identidade na interação com o outro. E o espaço dessa interação é o texto. (BRANDÃO, 1996, p. 62).

No processo de investigação, analisamos o discurso de alunos e alunas, que apresentam sujeitos outros de suas relações, que afetam sua existência de forma abusiva, sua identidade como sujeito de direitos, que estão sendo violados dentro de suas casas. Discursos proferidos no chão da escola, que podem ser resultado da disseminação de diálogos em rodas de conversa sobre violência sexual, com a utilização de alguns instrumentos de trabalho como os livros, atividades lúdicas e vídeos, como material de apoio para profissionais da Educação Básica a partir da Educação Infantil.

Refletimos sobre a importância de desenvolver no campo da educação a escuta qualificada para o discurso das vítimas de violência/abuso sexual, viabilizando a credibilidade necessária ao relato da experiência que é compartilhada, sobre os discursos e a integridade de quem profere o discurso, em meio as tensões e as lutas que envolvem os sujeitos vítimas e os sujeitos agressores.

Considerando que, quando se trata da violência sexual na infância, geralmente o adulto pode levar vantagem, por ser considerado na maioria das vezes, uma pessoa íntegra e acima de qualquer suspeita. Observamos atentamente o descrédito ao discurso proferido pelas crianças, quando sofrem violação de direitos humanos fundamentais, tornando-se vítima de adultos perversos. Notamos o descrédito no discurso das crianças quando revelam a violência sexual, em detrimento da integridade dos adultos. Fitamos o texto de Fischer (2001), quando afirma que:

Ao contemplar a tensão entre o Eu e o Outro, nos discursos, Foucault traça um caminho bem diferente para a compreensão do sujeito: afasta-se desse espaço em que se relacionam sujeitos individuais e invade o espaço de uma relação mais ampla, baseada na noção de dispersão do sujeito. A heterogeneidade discursiva está diretamente ligada a essa dispersão, já que nos discursos sempre se fala de algum lugar, o qual não permanece idêntico: falo e, ao mesmo tempo, sou falado; enuncio individualmente, de forma concreta, constituindo-se provisoriamente um, ambicionando jamais cindir-me, porém a cada fala minha posiciono-me distintamente, porque estou falando ora de um lugar, ora de outro, e nesses lugares há interditos, lutas, modos de existir, dentro dos quais me situo, deixando-me ser falado e, ao mesmo tempo, afirmando de alguma forma minha integridade. (FISCHER, 2001, p 208).

Neste sentido, temos visto o lugar da criança após a revelação da violência/abuso sexual, como lugar de fantasia e mentira, pois dizem que criança inventa muitas histórias e mente sobre suas experiências. É possível que digam que pode ser fantasia, que a criança pode estar mentindo, ou pode ter sido apenas um sonho. O descrédito no discurso infantil, pode ser enfraquecido pelo protagonismo infantil quebrando o silêncio e compartilhando suas experiências, sempre com um adulto de confiança que esteja fora do ciclo de violência intrafamiliar. A intervenção de adultos comprometidos com a questão social existente, que reflete no cotidiano escolar no processo de ensino-aprendizagem, aprendendo a dar crédito ao discurso infantil. O empoderamento das crianças para uma vida livre de violência sexual, pode ser uma importante estratégia de prevenção por meio da informação, pois crianças bem informadas podem ter um desenvolvimento físico, mental e sexual mais saudável.

Segue abaixo alguns autores que contribuem significativamente e embasam teoricamente a produção de conhecimento na área. Quanto a experiência vivenciada pelas vítimas de violência sexual, dialogamos com o autor Scott (1998) que reflete sobre a experiência de forma interessante e podemos observar o discurso potente de alunos e alunas das escolas municipais, que afetam diretamente os profissionais de educação, que são conduzidos a tomar providências junto à equipe diretiva, quando são surpreendidos com a triste notícia da violência sexual, que reflete na sala de aula, no chão da escola, no processo de ensino-aprendizagem.

São experiências marcantes e que inquietam profundamente os envolvidos. Sobre as experiências vivenciadas que refletem no cotidiano escolar analisamos a afirmação de Scott (1998):

A experiência é um dos fundamentos que foram introduzidos na escrita histórica no bojo da crítica ao empirismo, diferentemente do fato bruto ou realidade em si, suas conotações são mais variadas e evasivas. Ela recentemente emergiu como termo crítico nos debates entre historiadores sobre os limites da interpretação e, particularmente, sobre os usos e limites da teoria pós-estruturalista da história (SCOTT, 1998, p.305).

Nesse sentido, temos a noção que o diálogo sobre violência sexual com as vítimas dessa triste experiência, geralmente é complexo e evasivo, carregado de sentimentos e emoções, seja a experiência contada por uma revelação proposital ou seja contada por uma revelação acidental quando gera danos à saúde da vítima. Durante a investigação, o compartilhamento das vítimas sobre a experiência da violência sexual, foi difícil, sensível e emocionante, para o transmissor e o receptor, porém após o relato da experiência, as vítimas afirmavam ser libertador falar sobre o assunto e compartilhar sua experiência.

Outro importante achado no processo de investigação, através do Grupo de Pesquisa NUDES, foi o *conceito de “pedofilização”*, cunhado por Felipe (2002), tal conceito as práticas sociais e culturais contemporâneas, que se desdobram em três eixos de análise, a saber: 1) colocar os corpos infantis, especialmente os femininos, como objetos de desejo e consumo, erotizando-os. Meninas são incentivadas a adotarem uma postura sedutora, como se fossem mini mulheres. Neste sentido o mercado de consumo produz roupas sensuais até mesmo para meninas de tenra idade; 2) mulheres adultas adotam posturas que remetem ao universo infantil com o objetivo de erotizar seus corpos (procedimentos de depilação total de suas partes íntimas, por exemplo), ou utilizam fotos sensuais que remetem às infâncias (uniformes escolares, por exemplo); 3) pedofilização como violência contra as crianças, pois os comportamentos aqui elencados naturalizam a violência/abuso sexual e a cultura do estupro. Este conceito amplia consideravelmente a visão dos profissionais de educação, levando em consideração aspectos médicos, jurídicos e culturais: “O conceito de pedofilização surge não como sinônimo de doença, mas procura analisar e entender a dinâmica dessas contradições sociais em torno da erotização dos corpos infantis em sua complexidade”. (IZIDRO; FELIPE, 2018, p. 26). Outro ponto interessante na compreensão do fenômeno da violência sexual, é que nem todo pedófilo, vai abusar sexualmente de crianças, conforme afirmam os autores:

O sujeito pode viver toda sua vida sendo pedófilo, isto é, desejando sexualmente crianças, e nunca praticar quaisquer das condutas descritas no Código Penal Brasileiro, assim como no ECA. Portanto, não necessariamente o pedófilo será um criminoso, uma vez que nem todos praticam o abuso sexual contra crianças. Relembrando que a definição de pedofilia se refere ao “adulto que sente atração sexual por uma criança. (IZIDRO; FELIPE, 2018. p. 30).

De acordo com Izidro & Felipe (2018), pessoas com diagnóstico de pedofilia, podem ser autores de violência sexual ou não. É possível que um pedófilo durante toda sua vida, nunca abuse sexualmente de nenhuma criança, apesar de desejá-las. A violência/abuso sexual tem afetado o cotidiano escolar de alunos e alunas da educação básica. E o detalhe mais cruel é que a maioria dos abusadores estão dentro de casa, onde reside a criança. Geralmente é um membro da família, que se aproveita da fragilidade da criança, para satisfazer seus desejos sexuais. A discussão sobre pedofilia, no campo da educação, é considerada uma obra relevante para atuação dos profissionais de educação, responsáveis e pessoas interessadas em compreender melhor a questão social existente. Importante leitura para professores que são surpreendidos pela revelação de violência sexual que tem afetado alunos e alunas inseridos/as na educação básica.

Na busca incessante pesquisando o estado da arte, investigando as publicações e materiais que dialogam com a pesquisa, tivemos acesso ao *Guia Covid-19, Educação e Proteção de Crianças e Adolescentes Volumes I e II*, publicado em 2021, pelo governo federal, através da Campanha Nacional Direito à Educação (CAMPANHA..., 2021, 2022). Direcionado para Profissionais de Educação e Para Gestores Municipais como instrumento de prevenção e enfrentamento às múltiplas formas de violência, inclusive a violência sexual, contra alunos e alunas da rede pública de ensino, que reflete no chão das escolas e afeta a comunidade escolar.

A recente publicação sobre os *Trinta anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: balanço e perspectivas*, organizado por Ebe Campinha, Fábio Simas e Rodrigo Lima (2022), reflete sobre a importância da implantação efetiva do ECA no cotidiano profissional, na defesa intransigente dos direitos humanos, considerando que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e muitos direitos ainda estão sendo violados. A obra é fruto das pesquisas desenvolvidas no NUDISS Núcleo de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos, Infância, Juventude e Serviço Social, da UFF Universidade Federal Fluminense.

2.3 Materiais de Apoio para rodas de conversa

Segue abaixo, algumas obras, que tem contribuído significativamente para identificação de casos de violência sexual nas unidades escolares, produções relativas ao enfrentamento à violência sexual. Usamos a literatura para incitar o aluno a falar de si, juntamente com as professoras de cada turma que participou da conversa presencial. Seleccionamos cinco escolas, cada turma 20 alunos/às, dialogando com 100 alunos aproximadamente. Realizamos uma roda de conversa com cada turma, no período de 1h e 30 minutos, sendo algumas conversas aproveitadas da atuação da pesquisadora como assistente social do Núcleo Multiprofissional em visita técnica na unidade escolar, anterior ao desenvolvimento da pesquisa que iniciou em 2020.

Figura 1–Capa do livro “Pipo e Fifi - Ensinando proteção contra violência sexual”



Fonte: MEYER, 2013

“*Pipo e Fifi – Ensinando proteção contra violência sexual*”, de Caroline Arcari Meyer (2013). Foi uma grata surpresa encontrá-la no Seminário Nacional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes, na Procuradoria Geral da República, em maio de 2017 em Brasília, quando foi possível ouvir os profissionais de diversas partes do país compartilhando as mesmas angústias e dificuldades no território onde atuam.

Nesse sentido, a autora apresenta como boas práticas, um material de grande contribuição no diálogo sobre violência/abuso sexual contra crianças. O livro é uma ferramenta que, de modo lúdico e com linguagem simples, busca mostrar para as

crianças como diferenciar toque de afeto e o carinho daqueles considerados abusivos. A autora explica às crianças a partir de 4 anos de idade conceitos básicos sobre o corpo, sentimentos e emoções. De forma simples e descomplicada, ensina a diferenciar toques de amor abusivo e toques de carinho, apontando caminhos para o diálogo sobre violência/abuso sexual.

Importante salientar que a obra tem sido distribuída gratuitamente. Assim, a obra chega aos territórios periféricos mais distantes, como acontece com algumas localidades do município de Duque de Caxias. Tal situação facilita o acesso do material às crianças e à comunidade, bem como auxilia no trabalho de educadoras e educadores. O livro contribui para o não silenciamento sobre as violações de direitos humanos fundamentais, como a violência/abuso/exploração sexual de crianças.

Geralmente, esse material é utilizado na roda de conversa com crianças pequenas e no desenvolvimento da pesquisa, percebemos com as turminhas de Educação Infantil, três palavras que estão sempre presentes: afeto, interações e brincadeiras.

As crianças aprendem brincando, interagindo, afetando e sendo afetadas, criam, inventam, constroem, destroem, reconstruem. Abaixo apresento vídeos da campanha Defenda-se, que contribuem significativamente para prevenção à violência sexual infantil. O conteúdo é claro e objetivo trazendo o tema de forma lúdica, com imagens bem coloridas que atraem a atenção das crianças. Elas aprendem algumas estratégias para se protegerem de possíveis violentadores/abusadores que geralmente estão dentro do núcleo familiar e tem intimidade, proximidade com as crianças, vitimando-as dentro de suas casas. É possível encontrar diversos vídeos dessa campanha disponíveis ao público. O diálogo com as famílias também tem sido fundamental na prevenção a violência sexual contra crianças. A estratégia da conversa com a comunidade escolar para prevenção a violência sexual tem sido de grande contribuição no campo da educação.

Figura 2 - Print dos vídeos da campanha "Defenda-se"



Fonte: Grupo Marista, 2023.

Utilizamos, nas rodas de conversa realizadas nas escolas municipais, os vídeos da campanha Defenda-se, campanha essa que promove a autodefesa de crianças contra a violência sexual, com linguagem acessível e preventiva, apropriados para meninos e meninas entre 4 e 12 anos de idade.

Na apresentação do conteúdo, a protagonista Bia e os seus amiguinhos, dão algumas dicas interessantes para as crianças: não deixar ninguém tocar nas partes íntimas, não sentar no colo dos adultos, não deixar ninguém beijar, lamber, entre outras dicas. E o mais importante é que as crianças são orientadas a contar os seus segredos para um adulto de confiança, pois, a criança não deve guardar segredo.

Recordo-me de uma exposição de livro e de um vídeo que fizemos em 2015, para uma determinada turma da educação infantil, quando de repente uma aluna interrompeu o vídeo. A criança gritava raivosa, mas não chorou naquele momento, só manifestou muita raiva e agressividade, disse que ia contar para mãe, ela afirmava com força no discurso: **"Ele disse para não contar a ninguém, mas ele mexeu na minha leleca"**. A criança falou o nome da pessoa que violou o seu direito ao desenvolvimento sexual saudável e gritou: **"Ele não mexe mais na minha leleca, eu odeio ele"**.

Uma parte do vídeo a personagem diz que ninguém deve mexer nas partes íntimas e orienta as crianças a contar sobre o abuso sexual. Nesse momento a criança se empoderou e gritou, falou sobre os seus sentimentos por aquele homem agressor. A criança foi atendida pela psicóloga e pela assistente social que fizeram a escuta qualificada, posteriormente o irmão que estudava na mesma unidade escolar também foi ouvido e relatou com detalhes a violência/abuso sexual. O conselho tutelar foi acionado, as crianças foram atendidas na unidade de saúde do território, a família foi acompanhada pelo CREAS e o padrasto fugiu.

Abaixo apresento mais um achado interessante de prevenção à violência sexual na infância que é o livro *O Segredo da Tartanina*.

Figura 3 - Capa do livro "O Segredo da Tartanina"



Fonte: SILVA; SOMA; WATARAI, 2021.

Encontramos, no livro *O segredo da Tartanina*, uma reflexão sobre violência sexual representada pela história de uma tartaruga no fundo mar. Esperávamos que, por espelhamento, assim como a Tartanina tinha um segredo a ser revelado, no momento de enunciação da leitura do texto, durante a interação na roda de conversa, as/os alunas/os contassem possíveis segredos concernentes à violência/abuso sexual e pudéssemos, assim, intervir de alguma forma.

A reflexão que faço sobre a motivação para revelação do caso de uma aluna aponta para o confronto com a palavra segredo. A Tartanina inspirou a aluna a revelar o segredo que lhe inquietava e oprimia, com um choro engasgado

com a genitora que é a pessoa que deveria lhe proteger, porém, a ameaçava e a culpava, invertendo os papéis de vítima a ré. Criança culpada pela violência sofrida dentro de casa. O caso foi encaminhado pela equipe diretiva para o conselho tutelar, a aluna foi acompanhada pela equipe de saúde e pelo CREAS. A avó materna assumiu os cuidados com a criança.

Figura 4 - Print da Cartilha "Bem me quer, mal me quer"



Fonte: CALIXTO, 2020.

Outro achado interessante de alerta e prevenção à violência sexual contra crianças é o livro *Bem me quer, mal me quer*. É mais uma obra de enfrentamento à violência sexual, de Ana Luiza Calixto (2020), uma jovem protagonista, que tem dedicado esforços na apresentação de palestras e rodas de conversa sobre violência sexual e trabalho infantil.

Tive a oportunidade de ser ouvinte da autora no *Simpósio Nacional de Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos*, em 2020, online. No calor da pandemia COVID-19, estávamos refletindo em território nacional, com um grande grupo de profissionais do sistema de garantia de direitos, sobre a prevenção à violência sexual e a proteção de nossas crianças. Na ocasião foi lançada a cartilha *bem me quer, mal me quer?* que tem sido um instrumento importante no diálogo com crianças sobre violência sexual.

A ideia do livro de que o mal existe perto daqueles que nos rodeiam, ou seja, às vezes ele “parece bem nos querer” e, às vezes, “mal nos querer” – fazer-nos mal. Identifiquei alguns supostos carinhos que eram toques abusivos, mas ainda interpretados como carinho.

Percebi o que foi mais difícil para compreender eram espelhamentos da nossa vida social, vista com mais prudência, uma vez que sabemos que o outro pode nos fazer mal.

Figura 5 - Print da capa do livro "Antônio"



Fonte: FERREIRA, 2012

Caminhando, navegando, procurando, selecionando materiais, encontramos o livro Antônio para incluir na bagagem de enfrentamento à violência sexual contra crianças e entrar no barco para uma viagem desafiadora, com caminhos diversos, com múltiplas possibilidades. Encontramos com Hugo Monteiro Ferreira e sua obra: o livro *Antônio*, que faz um alerta às famílias sobre a *violência sexual intrafamiliar* (FELIPE, 2006; OLIVEIRA, 2011), quando a criança é deixada na residência dos tios e é violentada/abusada sexualmente por aquele que é seu parente.

A mão do tio torna-se um fantasma em sua vida, até o dia que ele consegue revelar o segredo a sua família e rompe com o ciclo de violência sexual, perpetrado por longa data no seio da parentela. A contação da história de Antônio foi um dos recursos que utilizamos no acolhimento aos irmãos que eram usuários da mesma unidade escolar e vítimas do mesmo violentador/abusador: uma menina de 3 anos e um menino de 5 anos. Já havíamos trabalhado com Pipo e Fifi na turma de 3 anos, onde a aluna estudava. A menina afirmou: **“ele me cobre com um paninho e**

manda eu ficar quietinha, depois a minha leleca fica doendo". O irmão de 5 anos, relatou que ele pega os carrinhos, brinca, todos comem doce, depois ele chupa o pintinho. O aluno afirmou que gostava quando ele chupava o pintinho, mas quando chupava muito ficava vermelho e doendo.

Acredito que o aluno foi motivado a contar sua experiência pelo personagem Antônio que rompeu com o ciclo de violência sexual quando contou sobre o que estava sofrendo por longa data e o medo que sentia das mãos que o tocava. Acredito que se identificaram com a narrativa do personagem Antônio, pois suas histórias eram semelhantes, e é possível que esse tenha sido o motivo pelo qual decidiram compartilhar suas angústias da vida real. A fala potente dos irmãos, aponta para a vulnerabilidade das crianças nesse núcleo familiar. O caso foi encaminhado para o conselho tutelar, as crianças foram atendidas no serviço de pediatria da unidade básica de saúde. O Núcleo Multiprofissional realizou atendimento psicossocial com as crianças e com a genitora. As crianças foram encaminhadas para o AAF Ambulatório de Apoio à Família. O conselho tutelar esteve na creche e na residência dos alunos. Obs: A genitora se separou do companheiro.

Neste sentido, é grande a contribuição das ferramentas disponíveis para identificação dos casos de violência sexual, como exemplo: *Eumeprotejo* que é um projeto inclusivo de prevenção à violência/abuso sexual e foi criado para que crianças com e sem deficiência aprendam que seus corpos são seus e que precisam ser respeitados, pois a autodefesa é um instrumento importante na prevenção da violência/abuso sexual.

E considero inclusivo, pois além de apresentar versões das cartilhas em várias línguas, apresenta as versões para surdos (vídeo-livro em libras), cegos (áudio-livro). Além disso, oferece uma carta aos pais e aborda a parte de *"Mito x Realidade"*, na qual tenta desconstruir algumas máximas que corroboram para a desproteção da criança. Embora não fique claro em que pesquisas se baseiam essas afirmações, isto é, em que anuários de violência, por exemplo, já é um material útil para desmistificar ou, pelo menos, questionar possíveis generalizações que afastam as crianças de um cuidado maior.

E a proposta é bem contextualizada, pois trabalha com uma estrutura próxima do "fato" ou "fake" que vários programas televisivos se propõem a fazer, atualmente,

que consiste na desconstrução de “*Fake News*”, notícias falsas divulgadas como verdades.

Em suma: esse projeto ensina a criança a reconhecer e se proteger de violências/abusos; dá sugestões sobre o que fazer, uma vez que a violência/abuso sexual foi reconhecida pela criança; explica que se algo acontecer, deve contar a um adulto responsável e em quem ela confie; orienta que, desde pequenos, todos devem respeitar os corpos dos outros e não promover nenhuma forma de violência.

Propõe roda de conversa com as famílias, com as crianças, nas escolas, com educadores e educadoras, para prevenir antes que a violência aconteça. Apresenta as partes do corpo, sinalizando em cores, onde não deve ser tocado, pois crianças são incapazes de consentir a invasão de seus corpos infantis, são consideradas vulneráveis e inelegíveis para o ato sexual. As estratégias de informação para prevenção de forma colorida e bem representada pelas partes do corpo, foram pensadas, em virtude dos riscos e os excessos cometidos por adultos, que deveriam protegê-las.

O livro em questão é interessante, feito por muitas mãos, mãos de profissionais engajados nessa luta e voluntários que compartilham de muitas histórias ao longo dos anos. Essa é mais uma obra importante de prevenção à violência sexual, uma leitura simples e descomplicada.

Figura 6 - Print da Capa da Cartilha "Eu Me Protejo"⁴



Fonte: Eu Me Protejo, 2020.

Pensadores apontam para uma noção de inseparabilidade entre o conhecer e o fazer. De acordo com Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros (2015), toda pesquisa é intervenção, o que me acalenta, quando me observo permanentemente envolvida em intervenções durante o processo de investigação. O texto afirma que:

A diretriz cartográfica se faz por pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados. Das pistas do método cartográfico queremos, neste texto, discutir a inseparabilidade entre conhecer e fazer, entre pesquisar e intervir: toda pesquisa é intervenção. Mas, se assim afirmamos, precisamos ainda dar outro passo, pois a intervenção sempre se realiza por um mergulho na experiência que agencia sujeito e objeto, teoria e prática, num mesmo plano de produção ou de coemergência – o que podemos designar como plano da experiência. A cartografia como método de pesquisa é o traçado desse plano da experiência, acompanhando os efeitos (sobre o objeto, o pesquisador e a produção do conhecimento) do próprio percurso da investigação. (PASSOS; BARROS, 2015. p.17-18).

⁴ Para saber mais acesse a cartilha através do link: <<https://www.eumeprotejo.com/cartilha>>

Dito isso, a interação entre a pesquisadora e a profissional de serviço social é permanente. Por esse motivo fui atravessada pelo método cartográfico, pois esse discurso me acalenta da inquietação de um processo de pesquisa em constante movimento nas escolas e na articulação intersetorial para intervenção, uma práxis investigativa e interventiva permanentemente, onde a pesquisadora se entrelaça com a Assistente Social, fato que me preocupava em fugir do método ideal para desenvolver pesquisa no campo. A cartografia dialoga com a minha pesquisa, me libertando de um sentimento de não conseguir dialogar com um método ideal para o meu tipo de pesquisa, recheada de surpresas e interações, no processo de investigação/intervenção constante.

Ainda tenho o sentimento de incompletude e que falta muita coisa, mas transitar pelo método da cartografia como parte do procedimento metodológico me conforta, me faz sentir encontrando um caminho que acolhe algumas inquietações em foco quanto a metodologia da pesquisa, na árdua caminhada investigativa, no processo de trabalho em que a práxis profissional, aliança a pesquisadora e a profissional da intervenção, colhendo material empírico no campo e acolhendo vidas no cotidiano escolar, porque cada vida importa.

Realizei algumas rodas de conversa com profissionais, familiares, alunos e alunas, desde quando iniciei o diálogo nas escolas sobre violência sexual contra crianças, percebi a rejeição por parte de algumas pessoas, só de mencionar a palavra sexualidade, violência sexual. Em um dos encontros com familiares, no final, uma genitora pediu a palavra e disse que tinha um segredo que guardava há mais de 20 anos, mas naquele momento desejava compartilhar. Após compartilhar sua experiência na infância, afirma que se encorajou a falar sobre o assunto para que todos os responsáveis presentes tenham a noção do perigo que as crianças correm quando os adultos são desatentos e não ouvem seus filhos, quando ignoram os sentimentos e o discurso das crianças. Relata ainda, que ao falar sobre a violência/abuso sexual sofrido na infância foi libertador, pois carregava o peso do silenciamento que muito lhe afetava, mas afirma com força no discurso que com a filha dela ninguém vai mexer como fizeram com ela no passado. (notas de campo por Thayse Sena, maio/2016).

Sempre senti que é impossível se envolver direito com um lugar ou uma pessoa sem se envolver com todas as histórias daquele lugar ou daquela pessoa. A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos. (ADICHIE, 2009, n.p.).

Adichie (2009) faz uma reflexão importante sobre o nosso envolvimento com as histórias e as pessoas, pois, cada povo com as suas diferenças, cada criança com o seu jeitinho único de ser e cada família com a sua especificidade. As infâncias circulam com trajetórias de desenvolvimento bem diferentes umas das outras, com vivências inimagináveis de um território para o outro, porém, a questão da violência sexual, afeta drasticamente as infâncias, como uma das formas mais graves de violação dos direitos humanos fundamentais na infância. Essa é uma peculiaridade do tema exposto, o estrago que o violentador/abusador faz na vida de uma criança e de sua família. É importante considerar que, no desenvolvimento da pesquisa, identificamos meninas pequenas, como alvo de abusadores disfarçados de cuidadores.

Neste sentido, encontramos em PDF, a Lei 8.069/90 (BRASIL, 1990), um importante instrumento de trabalho, documento de cabeceira para quem trabalha na perspectiva da efetivação dos direitos humanos de crianças e adolescentes. O ECA em tirinhas é muito interessante produzido em linguagem simplificada e de fácil compreensão. Em uma roda de conversa, uma aluna do primeiro segmento do ensino fundamental, me pediu o livrinho que defende o direito dela. São sujeitos de direitos, mas ainda temos uma longa e árdua caminhada para efetivar os direitos de nossas crianças, repudiando toda e qualquer forma de violação de direitos humanos fundamentais nas infâncias. Fazer valer a legislação no cotidiano escolar/não escolar é um grande desafio para profissionais de educação e para pesquisadores do campo, socializar o ECA em tirinhas com as nossas crianças e o ECA para seus responsáveis é dever de todos nós. Está disponível gratuitamente em PDF, precisamos continuar socializando esse material para todos e todas as crianças das escolas, das famílias e da vizinhança. O livrinho pode ser encaminhado pelo *WhatsApp* no celular, fica a dica! Disque 100, crianças precisam saber. Elas têm acesso ao celular.

Neste sentido, uma inquietação com relação ao abuso sexual em crianças, é a invisibilização do fenômeno e a insuficiência de dados, pois o quantitativo notificado parece que, está aquém da realidade das vítimas, em virtude de inúmeros

fatores que inviabilizam a notificação de todos os casos. Um fator agravante nesse processo de silenciamento é o contexto do território onde ocorre o evento, geralmente as vítimas são silenciadas pelo risco alto de que algo mais grave possa acontecer, afetando a todas as pessoas que fazem parte da família e dessa relação.

Não está claro quão difundido é na verdade o abuso sexual em crianças. Isso ocorre basicamente porque, por sua própria natureza, o ASC é encoberto. Acredita-se que apenas 10% dos casos são, na verdade, relatados ou chegam ao sistema judiciário criminal, o que significa que nosso conhecimento é extremamente limitado e fundamentado apenas naqueles casos denunciados. Esse conhecimento limitado tem um impacto na coleta de dados para os propósitos de pesquisa e análises estatísticas.” (SANDERSON, 2005, p. 16-17).

As pesquisas na área e a prevenção à violência sexual precisam avançar nas unidades escolares, nas famílias, nas comunidades, nas instituições públicas e privadas, pois é importante prevenir antes que a violência sexual aconteça, depois de instalado o problema aumenta a complexidade.

Iniciamos uma conversa sobre violência sexual na escola de campo, com 19 alunos do primeiro segmento do ensino fundamental, com idade entre 8 e 10 anos, em 2021. Dedicamos um momento para escuta qualificada dos 9 alunos e 10 alunas da turma que se expressaram compartilhando suas vivências na conversa presencial na sala de aula. Foi realizada uma apresentação breve em PowerPoint com algumas imagens que remete múltiplas formas de violências, assim como uma reflexão sobre os conceitos de violência definidos pelos discentes da unidade escolar, de acordo com as suas vivências. Posteriormente é feita a exibição do vídeo da Campanha Defenda-se. É ministrada a Oficina do Girassol: o girassol é pintado pelos discentes que escrevem nas pétalas e/ou na folha em branco, se já sofreu algum tipo de violência. Geralmente, nessa atividade as demandas são visibilizadas, pois trata-se de uma atividade individual realizada após a roda de conversa, com abordagem do tema e exibição de um vídeo. Alguns alunos e alunas se expressam antes mesmo de iniciar a oficina, em virtude da oportunidade que encontram de romper com o silêncio que aprisiona a criança a violência doméstica. A pesquisa avança, quando no chão da escola os casos de violência sexual aparecem, gerando material empírico para ser analisado.

Conversa sobre violência sexual e apresentação de vídeos da Campanha Defenda-se e PIPO e FIFI. Oficina do Girassol e escuta qualificada para as demandas apresentadas durante a realização das atividades e nas perguntas e

comentários sobre as experiências infantis. É interessante observar como as infâncias diferem de um distrito para o outro, apesar de todos os distritos fazerem parte do mesmo município.

Como potência, a roda de conversa gera material empírico para ser analisado. “A educação, como dito, é o enclave da conversa. Por mais que façamos das escolas lugares tecnificados e de mero lucro, o que sustenta a comunidade é a potência da conversa.” (SKLIAR, 2018, p.13).

A conversa na educação caminha na direção dos afetos. A educação não deve ser enxergada como lugar de lucros e vantagens individuais, mas como potência que pode ser instrumento de transformação na vida do outro, da coletividade através de diálogos.

3 FORMAÇÃO DOCENTE E AÇÕES DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA/ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS NA ESCOLA

A violência/abuso sexual tem mobilizado profissionais de educação na busca por conhecimento específico para o desenvolvimento de ações de prevenção no cotidiano escolar. Em visita às escolas e creches municipais identificamos uma grande lacuna referente à formação docente quanto ao tema investigado que atravessa os muros da educação e nos inquieta, nos impulsionando a fazer algo em favor da vida.

No universo de 179 unidades escolares quando iniciei a pesquisa, foi difícil selecionar as escolas que fariam parte da investigação. Optamos por investir esforços em alguns profissionais das escolas municipais que vivenciaram essa experiência e se prontificaram a contribuir com a investigação proposta. Então, delimitamos o campo de investigação que teve como cenário cinco (05) escolas municipais que acolheram casos de violência sexual, com a prévia autorização da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, por meio do Centro de Pesquisa e Formação Continuada Paulo Freire que viabilizou o acesso após aprovação do Projeto de Pesquisa e análise da documentação geral, emitindo a carta de apresentação.

O DAISE (Departamento de Acompanhamento às Instituições de Ensino), o Núcleo Multiprofissional, conta com um acervo documental referente aos atendimentos realizados pela equipe. A sede da SME (Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias), situada à Rua Prefeito José Carlos Lacerda, número 1.422, Jardim 25 de Agosto, Duque de Caxias, Rio de Janeiro. Além da sede da SME, foi possível visitar algumas escolas municipais, e estabelecer diálogo com profissionais da rede.

Foi fundamental a escuta qualificada para as orientações recebidas em nossas reuniões e nas orientações específicas com o Orientador Professor Dr. Ivan Amaro, com relação à importância da aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, cumprindo a Resolução N466/2012/CNS, em virtude da complexidade do foco da investigação.

De modo a resguardarmos a exequibilidade da pesquisa e dado seu caráter ético que envolve crianças em situação de vulnerabilidade, em específico, em situação de violência sexual, encaminhamos o Projeto de Pesquisa (18 de março de 2020) para aprovação da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias. Concomitantemente, encaminhamos para o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (UERJ/Plataforma Brasil – Resolução CNS, N 466/2012).

Como toda pesquisa acontece em movimento, o projeto enviado, em março de 2020, ainda apresentava, provisoriamente, o seguinte título: “Violência no cotidiano escolar: construindo política de combate e enfrentamento na rede municipal de Educação de Duque de Caxias – RJ”. Faz-se necessário assinalar que no dia 11 de março, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-CoV-2).

No Rio de Janeiro, o Governo do Estado decreta situação de emergência na saúde pública do Estado do Rio de Janeiro em razão do contágio e adota medidas de enfrentamento à propagação do novo coronavírus (COVID-19). Em razão deste decreto, grande parte das atividades presenciais foram suspensas, gerando um quadro de grande insegurança e temor diante das mortes que se avolumavam.

Este contexto é fundamental para compreendermos o processo de tramitação do projeto. No dia 18 de março de 2020, protocolamos o pedido de autorização para nossa pesquisa na Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias - SME-DC. O processo foi autorizado no mês de setembro de 2020, o que consideramos ágil diante do contexto pandêmico. De posse da aprovação por parte da SME-DC, partimos para nos cadastrarmos na Plataforma Brasil/ Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. (Resolução CNS, Nº 466/2012). Com processo iniciado no Comitê de Ética, em outubro, foram solicitadas algumas informações ao projeto e retomado seu trâmite. O parecer favorável foi emitido em 11 de novembro de 2020, permitindo, assim, uma maior segurança para avançarmos na investigação.

Consideramos salutar o registro de alguns pontos apresentados pelo Comitê. Conforme o parecer, a pesquisa foi considerada relevante e “apresenta potência para produzir bons frutos analíticos”. Ainda, segundo o parecer, pode, também, produzir “insumos importantes para abordagens empíricas.”. Assim, a deliberação pela aprovação do projeto justificou-se por não haver implicações éticas importantes.

O trâmite para autorização da pesquisa me fez refletir a partir das palavras de Louro (2007), quando afirma que:

[...] produzimos relatos de pesquisa e teses, precisamos estar um pouco mais atentas a esses processos. O «tom» de um texto pode encerrar uma discussão ou, em vez disso, provocar polêmica ou dissenso. Isso é bom ou não? Depende. O modo como escrevemos tem tudo a ver com nossas escolhas teóricas e políticas. (LOURO, 2007, p. 214).

As considerações feitas pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos aumenta nossa responsabilidade na produção do material empírico, na apresentação dos resultados da investigação. É importante ressaltar que as construções anteriores ao ingresso no universo científico, podem ser contributivas ou não, podem direcionar ou atrapalhar a produção acadêmica que está em constante movimento de construção, desconstrução, aprendizagens outras e reconstrução.

Pesquisadores seguem em busca de novas contribuições por uma sociedade mais justa e equânime, desestabilizando as cristalizações sociais e as opressões de um sistema excludente e desigual. Unindo forças com outras secretarias parceiras que fazem parte da rede de proteção à infância no município de Duque de Caxias, compreendendo a importância da intersectorialidade e sempre que necessário realizando articulação com o sistema de garantia de direitos, sistema este que a educação faz parte é considerada um caminho vasto para identificação de violação dos direitos humanos fundamentais na infância com inúmeras possibilidades de intervenção, para efetivação de direitos, do direito ao desenvolvimento sexual saudável de nossos alunos e alunas.

Realizamos algumas reuniões intersectoriais e dialogamos sobre as importantes parcerias no caminhar da investigação, considerando que se trata de um tema muito sensível e difícil de ser trabalhado, podendo oferecer alguns riscos(emocionais) aos participantes da pesquisa.

Neste sentido, ficamos atentos aos possíveis riscos emocionais para que pudessem ser direcionados aos serviços de Saúde e Assistência Social, caso fosse necessário. Algumas parcerias relevantes: Pediatra do PSE Programa de Saúde Escolar; Conselhos Tutelares; CRAS Centro de Referência em Assistência Social; CREAS Centro de Referência Especializado em Assistência Social; CEAM Centro Especializado em Atendimento à Mulher Vítima de Violência; Centro de Referência em Atendimento ao Homem; Assistentes Sociais e Psicólogas do Núcleo Multiprofissional da SME/DC; Comunidade Escolar: Alunos, alunas, familiares e profissionais de educação.

Importantes atores no cotidiano profissional motivaram a continuidade da investigação. Outro grupo potente são os alunos e alunas da rede municipal de ensino de Duque de Caxias, discentes que compartilham suas histórias, para quem confiam no cotidiano escolar. Demandas expressivas que nos inquietaram e nos movimentaram a pesquisar gerando frutos que atravessaram os muros da educação para articulação com a rede de proteção à infância reunida no Comitê Municipal de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes.

Dessa forma, fui convidada a socializar parte da pesquisa em andamento. Na ocasião, desenvolvi um fluxo de atendimento para os casos direcionados ao Núcleo Multiprofissional, esse fluxo foi apresentado para a Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias e para o Comitê Municipal Intersetorial de Enfrentamento à Violência Contra Crianças e Adolescentes, composto majoritariamente pelas Secretarias: Educação, Saúde e Assistência Social e Direitos Humanos, sendo coordenado pela equipe de saúde.

O encontro foi potente pelas contribuições para o fortalecimento do fluxo de atendimento pensado para os profissionais de educação, mas que atravessa os muros das escolas para as articulações intersetoriais. Os equipamentos dos serviços públicos essenciais foram disponibilizados nos quatro distritos de Duque de Caxias, uma contribuição relevante na identificação dos recursos e políticas públicas setoriais locais.

No encontro intersetorial, apresentei o Fluxo de Atendimento baseado nos casos atendidos nas escolas como Assistente Social que sou, realizando o acolhimento de casos nas unidades escolares. O fluxo sistematizado ainda não é oficial, mas tenho a perspectiva de implementar efetivamente na Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias, RJ. O material foi encaminhado por e-mail aos profissionais de educação durante a formação que ocorreu em abril e maio de 2021, quando apresentamos o Fluxo de Atendimento, que ocorreu na reunião do Comitê Municipal de Enfrentamento à Violência Contra Crianças e Adolescentes e também na Formação específica para profissionais de educação lotados nas escolas municipais de Duque de Caxias.

Realizamos formação para estimuladores materno infantil e ADEBS Agentes de Desenvolvimento da Educação Básica, abordando o tema da violência sexual, pois havíamos acolhido e orientado as equipes diretivas para os encaminhamentos dos casos que afetaram os/as profissionais de educação. Na ocasião da formação

profissionais foram treinados/as para observarem os sinais que podem indicar que uma criança está sofrendo violência/ abuso sexual.

A formação de Professores é um fator relevante a ser observado no enfrentamento e na prevenção à violência/abuso sexual, que reflete no cotidiano escolar e em muitos casos é silenciada. Quando o profissional de educação depara com o problema e não sabe como agir frente a uma questão tão complexa e com tantos desdobramentos após a identificação do caso. Temos a noção que a invisibilidade esbarra na formação docente, pois inúmeras vezes no processo de investigação, os profissionais de educação relataram que não se sentem preparados para enfrentar o problema no cotidiano escolar.

3.1 Formação Docente na Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias para prevenção à violência sexual na pandemia.

Figura 7 - Print do Processo de Formação Docente

Curso

"Enfrentamento às violências no cotidiano escolar: como agir?"

FAÇA BONITO.
PROTEJA NOSSAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Secretaria de Educação **DUQUE DE CAXIAS**

Programação:	Programação:
Módulo I 14/04/2021 - 9h às 11h	Módulo II 28/04/2021 - 9h às 11h
- Abertura: Departamento de Educação Básica	- Apresentação do Comitê de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes
Profa. Roseclair Site (Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias)	Marcy Maria Gomes (Psicóloga ONG Terra dos Homens e Membro do Comitê Municipal Intersetorial de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes)
- Apresentação do Protocolo de Atendimento - NEMP/DEB/SME	- A importância da Secretaria Municipal de Saúde no acolhimento às demandas das Unidades Escolares
Thayse S. G. Negreiros (Assistente Social - NEMP/SME/DC)	Anna Paula Costa (Psicóloga SMS-DC e Presidente do Comitê Municipal Intersetorial de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes)
Marcela Teixeira Giro (Psicóloga - NEMP/SME/DC)	- O papel do Conselho Tutelar
	Morgana da Silva (Conselheira Tutelar - III Conselho-DC)

Continua

Conclusão



Legenda: Formação para professores, diretores, orientadores pedagógicos e educacionais da Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias em 2021.

Fonte: Duque de Caxias. Secretaria Municipal de Educação, 2021.

A Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, anualmente realiza um encontro de culminância das atividades de prevenção à violência/abuso sexual, que tem sido realizada nas escolas da rede desde 2015, quando a aluna de uma creche municipal com apenas 4 anos foi assassinada em decorrência desse crime hediondo.

Neste sentido, a Lei Federal 9.970/2000, estabelece o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que anualmente é realizado na SME/DC, considerado o “Dia D” Combate. Em 2021, realizamos a formação online no período de 14/04/2021 à 19/05/2021, totalizando seis encontros formativos.

No dia 14/04/21, a formação teve a participação de uma professora da Rede Municipal de Ensino que atua no chão da escola, uma assistente social e uma

psicóloga que acolhem as demandas das escolas. O trio participante da conversa online apresentou o fluxo de atendimento que foi sistematizado a partir das demandas explícitas na educação articuladas com outras secretarias do município. (Respectivamente: Professora Mestre Rosiclair Site, Assistente Social Mestranda Thayse Sena e a Pedagoga, Psicóloga e Psicopedagoga Marcela Giro).

O fluxo de atendimento da educação foi construído com o suporte do meu orientador Professor Dr. Ivan amaro e dialogado com as secretarias parceiras, pois aponta para a articulação intersetorial, compreendendo que a violência sexual atravessa os muros da educação e os demais componentes do SGD Sistema de Garantia de Direitos que precisam ser acionados sempre que for necessário. A escola pode ser um espaço potente e relevante para trabalhar a prevenção antes que a violência/abuso sexual aconteça. A escola também pode ser um espaço de convivência saudável e de proteção às crianças que já vivenciaram a triste experiência da violência/abuso sexual e conta na escola para um/uma adulto/a de confiança.

No dia 28/04/21, realizamos a formação com a participação do Comitê Municipal Intersetorial de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes. Participaram da conversa online a coordenadora do comitê municipal representando a Secretaria Municipal de Saúde, a Psicóloga da ONG representando a Sociedade Civil e uma conselheira tutelar representando os seis conselhos tutelares de Duque de Caxias. Foi um encontro de trocas e aprendizagens com as contribuições dos atores sociais que atendem na ponta, nos quatro distritos de Duque de Caxias, direcionando os casos de acordo com as demandas apresentadas em cada distrito. (Psicóloga Marcy Gomes, Psicóloga Anna Paula Costa e Conselheira Tutelar Morgana da Silva).

No dia 05/05/21, realizamos a formação apresentando estudos de casos concretos apresentados pela equipe do NUMP (Núcleo Multiprofissional) e pela ProfªDrª Ebe Campinha, uma das fundadoras do Comitê Municipal Intersetorial de Enfrentamento à Violência Contra Crianças e Adolescentes. A conversa foi elaborada para responder às solicitações das equipes diretivas, referente aos direcionamentos de casos emblemáticos que ocorrem em diversas escolas. Foi enriquecedor a troca de experiências e a fala recorrente dos/as profissionais quanto à formação que foi muito relevante para prática profissional no cotidiano escolar.

No dia 12/05/2023, foi um encontro leve e descontraído apesar do peso da temática abordada, porém de forma lúdica e prazerosa na voz do Doutorando e Professor da Rede Municipal e Estadual de Ensino Bruno Ganem, Professor de Artes, que desenvolve a conversa online através de um questionamento: como trabalhar o tema da violência/abuso sexual de forma lúdica no cotidiano escolar? Foi um encontro incrivelmente agradável e descontraído pela própria essência da profissão que exerce, pois, trabalhar um tema tão pesado e extrair da dor o sorriso largo de um público sobrecarregado de indignação, questionamentos e incertezas frente às demandas que refletem nas escolas e exigem ações assertivas em favor da vida. Foi uma formação carregada de troca de afetos, até mesmo pela representatividade de ser professor da rede municipal de ensino de Duque de Caxias e encontrou muitos pares que vivenciam as mesmas inquietações no chão das escolas.

No dia 18 de maio de 2021, considerado o dia “D”, Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Dia que as mobilizações acontecem em diversas partes do Brasil, onde encontram-se os profissionais engajados nessa luta pelo fim da violência/abuso sexual contra crianças e adolescentes do nosso país. Esse dia foi muito esperado, pois a SME/DC conseguiu fechar uma agenda que contemplou dois importantes pesquisadores do campo em um único momento. A conversa online contou com as contribuições imensuráveis da Professora Dr^a Jane Felipe, da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), uma das fundadoras do GEERGE (Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero) e o Professor Dr. Ivan Amaro, da FEBF (Faculdade de Educação da Baixada Fluminense), UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), fundador do Núcleo de Estudos Diferenças, Educação, Gênero e Sexualidade.

O encontro formativo com profissionais da Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias foi muito potente e o resultado foi gratificante, ao percebermos que geraram material empírico para o processo de investigação, principalmente, pelo reflexo da formação no cotidiano escolar. É a percepção docente dizendo que a academia e as escolas precisam caminhar com proximidade e troca de saberes práticos e teóricos, onde todos crescem mutuamente, pois, não é fácil abordar diferenças, gênero e sexualidade em tempos de conservadorismo, porém, nossas crianças estão sendo violentadas/abusadas sexualmente dentro de suas casas, refletindo nas escolas e precisamos falar desse assunto sim.

Os convidados abordaram as temáticas apontando possibilidades de como identificar e acolher as situações de violência sexual, bem como indicando procedimentos a serem desenvolvidos no cotidiano escolar. Quando a escola bebe da fonte direta dos autores, o resultado pode ser relevante no que diz respeito aos direitos humanos fundamentais das infâncias que precisam ser efetivados de fato.

No dia 19 de maio de 2021, foi o último dia de formação no auditório da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, representado por Thayse Sena, Assistente Social, Especialista em Atendimento à Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica pela PUC-Rio, Mestranda da UERJ/FEBF e Marcela Giro Psicóloga, Pedagoga e Psicopedagoga, que realizaram uma roda de conversa presencial para os profissionais de apoio tanto da SEDE/SME/DC quanto das escolas, para os profissionais que aderiram a formação realizando suas inscrições no CPFPF Centro de Pesquisa e Formação Continuada Paulo Freire. (OBS: Os participantes inscritos recebem certificados).

No ano seguinte realizamos a mobilização na SME/DC com a formação docente referente a lei federal 9970/00, o encontro aconteceu no dia 18 de maio de 2022, no Auditório Wilson Chagas, na Unigranrio Universidade do Grande Rio, como culminância do trabalho que foi realizado o ano inteiro nas unidades escolares, trabalhando a prevenção à violência sexual na Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias. Contamos com a relevante contribuição da Dr^a Fernanda Fernandes delegada da DEAM Caxias, Vanessa Saraiva Assistente Social e equipe do Instituto Fernandes Figueira (FIOCRUZ), PSE/SMSDC) Programa de Saúde Escolar Dr^a Nilce Maria Oliveira. A Subsecretária Pedagógica da SME Professora Myrian Medeiros, Subsecretária de Gestão de Pessoas Sônia Pegoral, Diretora do Departamento de Educação Básica e do Núcleo Multiprofissional Vilma Soares e equipe, Diretora do Centro de Pesquisa e Formação Continuada Paulo Freire Glacione Arruda, entre outros setores presentes.

As formações contribuíram de forma significativa para atuação profissional no chão das unidades escolares, segundo relatos de profissionais participantes, porém, afirmam que pela complexidade do tema exposto, a formação deve ser continuada com a abordagem dos temas transversais que afetam o cotidiano escolar. Neste sentido, as autoras Laura Pozzana de Barros e Virgínia Kastrup (2015), afirmam que:

A pesquisa de campo requer a habitação de um território que, em princípio, ele não habita. Nesta medida, a cartografia se aproxima da pesquisa etnográfica e lança mão da observação participante. O pesquisador mantém-se no campo em contato direto com as pessoas e seu território existencial. (POZZANA; KASTRUP, 2015, p.56).

O contato com o campo me aproximou de outras possibilidades e métodos a serem utilizados no processo de pesquisa, como a cartografia que tem me cativado, visto que compreendi que é no caminhar da investigação que construímos o percurso metodológico, mas que, nesta pesquisa em específico, não foi central.

Dito isto, reafirmo a relevância da formação profissional continuada para prevenção à violência sexual no cotidiano escolar, movimento esse que pode ser considerado como fator determinante para mitigar os impactos da violência na vida de alunos e alunas, quiçá erradicar. Esse é um objetivo perseguido por muitos profissionais engajados nessa luta: A erradicação da violência/abuso/exploração sexual contra crianças.

3.2 Roda de conversa: as vozes das crianças em movimento e a identificação de casos de violência/abuso sexual

Para embasar teoricamente as rodas de conversa com alunos e alunas do primeiro ano do ensino fundamental, na educação básica, debruçamos sobre alguns referenciais teóricos, que dialogam sobre a roda de conversa como procedimento metodológico. Compartilhamos aqui a percepção de Andréa Serpa sobre o assunto:

A conversa como metodologia de reflexão - ação - reflexão vem sendo utilizada por alguns grupos que buscam, nesta prática, criar um lugar de encontro onde os sujeitos possam reinventar a si e a suas realidades através da palavra compartilhada. (SERPA, 2018, p. 94).

A autora faz uma breve reflexão sobre o diálogo com outros sujeitos, que possibilitam aprendizagens no processo de interlocução, até mesmo no silêncio do outro. Assim como as experiências, que são compartilhadas por quem se permite ser o narrador. O encontro com o outro agrega, ensina, desloca, tece fios. Na conversa, pessoas se encontram, se perdem, se ressignificam, se compreendem melhor, se desafiam a modos outros de existir e pensar, relevante no processo de ensino-aprendizagem.

Em consonância com a Serpa (2018), refletimos com Skliar (2018), sobre a conversa como um gesto pedagógico pelo qual é possível ensinar dialogando.

Reflete sobre o projeto de vida do sujeito e sua visão de mundo que pode ser descortinada na conversa aparentemente despretensiosa.

Uma conversa é, essencialmente, um gesto pedagógico, à medida que educar pode ser compreendido como o modo de conversar a propósito do que faremos com o mundo e com a vida, o que farás de melhor com o mundo e como te tornarás responsável por tua vida. (SKLIAR, 2018, p.12)

A conversa na escola como potência na identificação de casos de violência/abuso sexual nos conduz a uma importante reflexão sobre o trâmite necessário a partir de cada situação específica. Os caminhos da intervenção são flexíveis e exigem muita cautela para que a criança tenha o seu direito efetivado de fato, para que tenha um desenvolvimento sexual saudável.

A violência/abuso sexual infantil é uma realidade ainda bastante emergente e subnotificada no Brasil e no mundo, como demonstram os dados apresentados em diversos documentos oficiais do governo. Quando as vítimas são os meninos, acredita-se que essas violações de direitos das crianças são ainda mais veladas, tendo em vista a maneira como eles têm sido educados no sentido de não demonstrarem vulnerabilidades ou mesmo suas emoções, guardando para si experiências e, por vezes, traumas (ROSA; FELIPE, 2022, p.270).

Desta forma, Rosa e Felipe (2022), aponta para uma peculiaridade dos casos de violência sexual na infância, que é a subnotificação no Brasil e no mundo. Os meninos também são alvo de abusadores, pois a curiosidade, desejo da experimentação, a criatividade, imaginação fértil, atração pelo lúdico, desejo de interagir com o outro e brincar, são características inerentes à infância, porém, podem ser afetadas por um evento traumático que inviabiliza o desenvolvimento sexual saudável dos meninos violentados/abusados sexualmente.

Crianças são potentes e cheias de habilidades, vivem protagonizando histórias lindas que merecem ser contadas. As crianças contam suas histórias, de tal forma que, ninguém sabe compartilhar como elas, mas ainda precisamos aprender a ouvi-las, sobre o que vivenciaram, geralmente dentro de suas casas, com algum membro da sua família.

Ao compartilhar suas histórias nas rodas de conversa é possível intervir por elas. As rodas de conversa como procedimento metodológico no desenvolvimento da pesquisa foram de grande contribuição, para dar visibilidade às violências perpetradas por longa data e que foram direcionadas para a rede de proteção. Neste sentido, Ferraço & Alves (2018), afirmam que:

A afirmação anterior nos força a pensar que, se de fato uma conversa acontece, então alguma coisa muda, algo se desloca em nós, fazendo com que nossas emoções sejam alteradas, ao mesmo tempo, em epígrafe deste capítulo. É a vida se fazendo em sua permanente abertura e complexidade para a novidade do mundo. (FERRAÇO; ALVES, 2018, p. 42).

De acordo com os autores, de fato, somos deslocadas quando na roda de conversa uma criança revela ter sofrido violência/abuso sexual. A pesquisa passa a fazer sentido, pela relevância do achado no campo, no chão da escola, nos fortalecendo da caminhada, que as teorias que orientam o seu modo de navegar/pesquisar, denominando-as de teorias pós-críticas, cuja tarefa principal consiste em inventar e ressignificar as questões até então propostas. O pressuposto geral assumido pela autora é a de que é possível “pesquisar em educação sem um método previamente definido a seguir”. (MEIRELES, 2013). O método foi se delineando no caminho da investigação.

Neste sentido, tenho caminhado com liberdade, porém com responsabilidade no desenvolvimento da pesquisa, por caminhos que não foram engessados, mas que possibilitam a construção e desconstrução, no processo de investigação sendo livre para criar. Lanço mão de ferramentas, abro mão delas, vou tecendo uma rede de diálogos com autores que dialogam sobre infâncias e violências, na perspectiva interseccional.

[...] transformar nossos modos de pesquisar em processos criativos individuais, a partir dos quais podemos nos posicionar, nos constituir enquanto pesquisadores e pesquisadoras. Ampliar nossos modos de ver, insistir na tarefa de desconstruir e reconhecer nossa capacidade de inventar. Eis a potência destes escritos sobre a arte de pesquisar! (MEIRELES, 2013, p. 272)

Meireles (2013), afirma que, entrar e sair do barco estão diretamente relacionadas às nossas escolhas e a nossa capacidade de sermos criativos para inventar algo novo, devemos ser propositivos, pois precisamos insistir na caminhada acrescentando o que agrega e suprimindo o que atrapalha o processo de investigação. Construir e desconstruir sempre que necessário, para investirmos esforços em pesquisas criativas, que buscam caminhos diversos, considerando que não existe apenas um único destino no processo de investigação, mas temos a liberdade de avançar em busca de novos saberes que possibilitará formas outras de pesquisar que não sejam engessadas.

Dessa forma, selecionamos diversos materiais produzidos e publicados para serem trabalhados como facilitadores nas rodas de conversa com crianças, de forma

preventiva à violência sexual. Materiais estes, que foram de grande contribuição no processo de investigação, descortinando a violência sexual silenciada, desde a educação infantil. Utilizando a roda de conversa como metodologia da pesquisa, foi possível ouvir alunos e alunas inseridos/as na Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias, que compartilharam algumas histórias interessantes. Um expressivo material empírico para ser analisado. É importante considerar a mobilização das unidades escolares no trabalho cotidiano de prevenção da violência sexual que, reflete no cotidiano escolar ea articulação com a rede de proteção para os casos instalados de forma crônica e naturalizada. “Não quero sentar no colo. Sentar no colo dói muito” (nome fictício: Caio, 4 anos).

Fui impactada por essa frase que foi pronunciada por uma criança de apenas quatro anos, inserida em uma creche municipal. Tudo começou quando a equipe diretiva da creche, juntamente com as professoras e Agentes de Desenvolvimento da Educação Básica (ADEBS), desenvolveram algumas atividades lúdicas, com vídeos, músicas e conversa com as crianças. Uma das crianças se destacou do grupo. A professora o acolheu e disse ao aluno: “pode sentar no meu colo”. O aluno respondeu: “não quero sentar no colo, tia. Sentar no colo dói muito.” A professora percebeu a angústia da criança e o conduziu para a equipe diretiva. A criança repetiu a mesma fala para diretora e orientadora educacional. Imediatamente a equipe diretiva encaminhou o caso ao Conselho Tutelar de referência do território. E foi articulada a rede de proteção, priorizando o atendimento no serviço de Pediatria da Unidade Básica de Saúde, situada ao lado da creche municipal.

A genitora foi acionada e compareceu rapidamente à unidade escolar, sendo direcionada para o atendimento pediátrico. Foram identificados os sinais de violência/abuso sexual e o Conselho Tutelar de referência do território foi acionado novamente pela unidade de saúde. A genitora retornou para casa enfurecida com a situação e se desentendeu seriamente com o companheiro. No dia seguinte a criança não retornou mais para creche, durante toda a semana esteve ausente. Houve evasão escolar e não se teve mais notícias dessa criança e da genitora.

Esse caso me inquietou pelo sentimento de impotência e frustração apesar de todos os esforços das secretarias de educação, saúde e assistência social. Me indignou e me motivou a seguir em busca de respostas e formação específica que pudesse me ampliar a visão para intervenções exitosas no atendimento às crianças em risco. Fui tomada por um sentimento de indignação, de que precisamos,

podemos e devemos fazer algo mais. E se tem algo que ainda pode ser feito, então eu quero aprender a fazer. Me fez refletir seriamente sobre as vulnerabilidades de nossas crianças quando estão expostas as perversidades de adultos que deveriam protegê-las. Quantos sinais comportamentais, físicos e emocionais são identificados? Sinais estes observados pelas professoras, agentes de creche, ADEB Agentes de Desenvolvimento da Educação Básica. Tivemos uma vítima letal em 2015 no município, uma vida ceifada no desabrochar da infância e que não pode ser esquecida, em nome das crianças que ainda gritam por socorro dentro de uma unidade de ensino. Precisamos avançar com foco na prevenção à violência/abuso sexual contra crianças investindo esforços na formação docente continuada.

A violência sexual intrafamiliar nos desafia diariamente a sair da zona de conforto, quebrar a redoma de vidro com vistas a decifrar a realidade e intervir com qualidade por um público alvo fragilizado e indefeso.

Vamos refletir sobre um discurso não dito no primeiro momento, discurso apenas sinalizado por gestos e inquietações de uma aluna, que usarei um nome fictício de MEL Campo. Mel Campo tem 10 anos, aluna do 1º segmento e vinha apresentando sinais comportamentais preocupantes. De certa forma, ela parecia gritar por socorro. Durante a apresentação, a aluna não se manifestou verbalmente, mas o olhar dela dizia muita coisa, a forma como produziu a atividade, as emoções da aluna em sala de aula durante a abordagem sobre violência sexual nos despertaram. Foi um conjunto de fatores que nos chamaram a atenção para violência sexual e outras violências.

A oficina do girassol confirmou o que já havíamos desconfiado pelo discurso não dito. “O meu pai era... Ele foi preso. Ele foi para a cadeia porque quando minha mãe saiu para ir ao mercado, ele abusou de mim. Um pai ruim e a minha mãe cuidou disso” (Mel Campo, 10 anos). Essa atividade é realizada após a roda de conversa com alunos, quando dialogamos sobre a violência sexual, utilizando os livros e vídeos como facilitadores na introdução do tema abordado.

Posteriormente realizamos a oficina do girassol, entregando as pétalas ou os desenhos do girassol. Informando o significado e símbolo de proteção à infância desde 2009, escolhido como símbolo nacional de enfrentamento à violência/abuso/exploração sexual de crianças e adolescentes. Alunos e alunas pintam a flor do girassol e escrevem nas pétalas ou na folha em branco, sobre

situações de violência sexual ou outras faces da violência sofrida, que os tem afetado, refletindo no cotidiano escolar, no processo de ensino aprendizagem.

Quando recolhemos a atividade, observamos os resultados e quais foram os alunos que sinalizaram violências, para contribuir com a pesquisa e para que a rede de proteção seja acionada. Neste sentido, roda de conversa como parte da metodologia da pesquisa tem sido um importante instrumento de investigação no chão das escolas, na identificação de casos de violência sexual. Neste sentido, Skliar (2018) faz um elogio à conversa em forma de convite à leitura.

Uma conversa é essencialmente um gesto pedagógico, à medida que educar pode ser compreendido como o modo de conversar a propósito do que faremos com o mundo e com a vida, o que farás de melhor com o mundo e como te tornarás responsável por tua vida. (SKLIAR, 2018, p. 12).

Neste sentido a roda de conversa foi importante para documentar a experiência vivenciada pela aluna da escola de campo, que discursou silenciosamente, o método foi necessário e muito significativo para desnudar o fenômeno. O sofrimento da vítima pode aumentar quando se nega a existência do fenômeno em determinados territórios que silenciam as vítimas, violando o direito de serem ouvidas (BRASIL, 1990).

Precisamos aprender a ouvir nossas crianças, que estão em fase de desenvolvimento, mas são sujeitos de direitos. A pesquisa em muitos momentos aponta um caminho árduo e solitário, mas revigorante, quando percebemos que por meio da pesquisa e levantamento de dados, torna-se possível contribuir para mitigar o impacto da violência sexual em território caxiense. O desenvolvimento da pesquisa aponta para constante sensibilização da sociedade no enfrentamento à violência sexual, não só no dia 18 de maio, mas todos os dias no chão das escolas, nas famílias, nas comunidades, e nas instituições públicas em geral.

Reafirmo que precisamos aprender a ouvir as crianças quando se pronunciam sobre suas inquietações, pois, o descrédito das infâncias tem contribuído para perpetrar ciclos de violência por longa data, invisibilizando os casos de violência/abuso sexual em crianças. Neste sentido, o ECA, Artigo 28, 1º, afirma que: “Sempre que possível, a criança deverá ser previamente ouvida e a sua opinião devidamente considerada” (BRASIL, 1990) A minha práxis profissional tem me conduzido a uma escuta qualificada para as crianças, aos responsáveis e aos

profissionais de educação que atravessam o cotidiano escolar de nossos/as alunos/as. Um campo amplo para pesquisa em educação.

3.3 As vozes de profissionais de educação em movimento: a perspectiva de professoras e gestoras sobre a formação docente

Neste tópico, teremos a oportunidade de conhecer as histórias compartilhadas por profissionais de educação nas conversas online e presencial com cinco professoras da rede municipal de ensino de Duque de Caxias. Protagonistas na educação que foram encontrando seus pares no processo de trabalho, aprendendo a fazer, algumas fazendo mesmo que intuitivamente e agora nesse momento da entrega de resultados terão a oportunidade de fazer saber o que foi construído com muita garra e determinação na perspectiva de efetivar os direitos humanos fundamentais de nossas crianças Duque caxienses.

Seguindo o caminho da investigação, decidimos realizar rodas de conversa com profissionais de educação e alunos e alunas, que são as vozes em movimento no cotidiano escolar. A sistematização do material empírico foi um desafio. Recorremos aos referenciais teóricos, refletindo sobre a qualidade da escrita acadêmica que idealizamos e observamos uma importante contribuição de Louro (2007), quando afirma que: “O modo como escrevemos tem tudo a ver com as nossas escolhas teóricas e políticas”. (LOURO, 2007, p. 214). Neste sentido, não há neutralidade em nossa escrita, pois o processo de investigação e produção de texto é um ato político e ideológico, não neutro.

O modo como escrevemos e nos comunicamos denuncia a perspectiva filosófica que transitamos. Neste sentido, Joan W. Scott afirma que “Precisamos nos referir aos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e apresentam suas experiências. Não são indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência. (SCOTT, 1998, p.304). É exatamente a experiência vivenciada por profissionais de educação nas escolas que faz sentido nessa investigação. A expertise dos/as sujeitos envolvidos/as, que estão na linha de frente, diretamente no acolhimento de alunos e alunas no cotidiano escolar.

Utilizaremos a experiência como um dos instrumentos no desenvolvimento da pesquisa. As experiências estão sendo compartilhadas no chão das escolas,

discursos estão sendo proferidos e analisados. E quanto a análise do discurso, Fischer (2001) afirma que:

Para Foucault, nada há por trás das cortinas, nem sob o chão que pisamos. Há enunciados e relações, que o próprio discurso põe em funcionamento. Analisar o discurso seria dar conta exatamente disso: de relações históricas, de práticas muito concretas, que estão vivas nos discursos. (FISCHER, 2001, p.198-199).

De acordo com Fischer (2001) sobre a análise de Foucault a respeito dos discursos, há relações históricas e práticas muito concretas. Essas práticas e enunciados que estão presentes nos discursos, podem ser associadas a questão da violência/abuso sexual contra crianças perpetradas por longa data. Foram descortinadas, principalmente no período de pandemia, que agudizou a questão social já existente, e que tem afetado diretamente as infâncias: da periferia, do Centro, da Baixada Fluminense, da Zona Sul, do Rio de Janeiro, do Brasil e mundo afora.

Neste sentido, o Conselho Tutelar deve ser notificado imediatamente após o discurso do aluno ou aluna e a revelação da violência/abuso sexual na escola. É importante observar que não é atribuição dos profissionais de educação julgar, condenar e procurar culpados, pois o objetivo prioritário, deve ser a prevenção antes que a violência/abuso sexual aconteça. E proteger os alunos e alunas após a revelação no chão da escola, porém o caso deve ser notificado para as autoridades competentes e a articulação com a rede de proteção, quando a violência está instalada, deve ser otimizada sem morosidade.

Um outro eixo que compõe minha trajetória nesta pesquisa envolve, principalmente, um problema em tempos de pandemia: como acessar as crianças em situação de violência sexual no espaço doméstico, já que as crianças não estavam na escola e, portanto, estavam mais vulneráveis à violência em casa? No NuDES, nosso investimento de estudo em 2021 foi nos pautar na perspectiva da conversa como metodologia. Mas, como conversar sem o contato direto com as pessoas? Daí, surge a possibilidade das conversas online como saída.

No entanto, com o processo de vacinação avançando, o retorno às atividades presenciais nas escolas, tomamos as rodas de conversa como possibilidade de recurso metodológico. Os encontros com alunos e alunas da rede municipal de ensino de Duque de Caxias, descortinou múltiplas formas de violências vivenciadas por eles e elas, sendo possível produzir frutos analíticos. Contribuindo também com

orientações as equipes diretivas, para produção de frutos interventivos, que contribuíram para romper ciclos de violência sexual, perpetrados por longa data. Foi possível realizar orientações sobre a articulação intersetorial, com a Rede de Proteção.

O desenvolvimento da pesquisa tem sido desafiador, pois o tema da investigação é muito caro, em todo o processo, mas, os frutos produzidos podem ser de grande relevância social, fator que me motiva a prosseguir, avançando e retrocedendo sempre que necessário.

As rodas de conversa foram importantes como divisores de águas no processo de investigação, pelos achados iniciais e pelo leque de possibilidades na caminhada. Dessa forma, a roda de conversa, como metodologia de pesquisa (SKLIAR, 2018, p.13), nos parece que foi a escolha mais assertiva na condução da proposta para a realização da pesquisa no chão das unidades escolares, no Município de Duque de Caxias.

Dito isso, nas próximas linhas apresentarei as flores da dissertação que fazem parte desse contexto no chão das unidades escolares, identificando, notificando, prevenindo e nesse momento compartilhando suas vivências no cotidiano escolar/não escolar. No encontro presencial em conversa com o meu orientador, o Professor Dr. Ivan Amaro, ele sugeriu que os sujeitos da pesquisa tivessem nome de flores, visto que o girassol é o símbolo nacional de enfrentamento ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes, então nomeamos as cinco flores do nosso jardim da escrita acadêmica que fazem parte de nossa investigação: Margarida, Crisântemo, Lírio da Paz, Begônia e Amor Perfeito. Separei sete perguntas da conversa que considere necessárias para o momento:

- 1. Você já identificou caso de violência/abuso sexual na escola? você já identificou caso de violência/abuso sexual na escola? você já identificou caso de violência/abuso sexual na escola?*
- 2. Em sua formação, você teve contato com esta temática?*
- 3. Ao identificar o caso você estava preparada para lidar como problema.*
- 4. Quais foram os encaminhamentos dados para a resolução do problema?*
- 5. A equipe diretiva desenvolve algum trabalho de prevenção a violência/abuso sexual?*

6. *Que outras ações você considera importantes no atendimento e prevenção à violência/abuso sexual na unidade escolar?*
7. *Você considera a pesquisa sobre violência/abuso sexual contra crianças relevante para o campo educação?*

Um ponto interessante das conversas online e presencial é que 100% das flores responderam que já identificaram casos de violência/abuso sexual no cotidiano escolar, mas não tiveram contato com o tema na graduação e também não tiveram na Pós-Graduação Lato Sensu, não se sentiam preparadas para lidar com o problema e desejam formação específica para trabalharem a prevenção à violência/abuso sexual nas escolas. O Jardim inteiro clama por formação específica sobre o tema para docentes da educação básica. Um desafio para a academia estar mais presente no chão das escolas atrelando teoria à prática e desenvolvendo pesquisas com seres humanos, construindo uma rede de apoio e prevenção fortalecida na educação, com a apresentação de dados e socialização dos resultados.

Quadro 6- Conversa com profissionais de 5 unidades escolares

	Margarida	Crisântemo	Lírio da Paz	Begônia	Amor Perfeito
<i>Você já identificou caso de violência/abuso sexual na escola?</i>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
<i>Em sua formação, você teve contato com esta temática?</i>	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Ao identificar o caso você estava preparada para lidar com o problema?</i>	Não	Não	Não	Não	Não
<i>Quais foram os encaminhamentos dados para a resolução do problema?</i>	SME/ NUMP/CT	SME/ NUMP/CT	SME/ NUMP/CT	SME/ NUMP/CT	SME/ NUMP/CT
<i>A equipe diretiva desenvolve algum trabalho de prevenção a violência/abuso sexual?</i>	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Continua

	Conclusão				
	Margarida	Crisântemo	Lírio da Paz	Begônia	Amor Perfeito
Que outras ações você considera importantes no atendimento e prevenção à violência/abuso sexual na unidade escolar?	Formação	Formação	Formação	Formação	Formação
Você considera a pesquisa sobre violência/abuso sexual contra crianças relevante para o campo educação?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: A autora, 2022.

Tenho refletido sobre o saber-fazer, que é o conhecimento proveniente da prática, o saber que vem da experiência no campo, da atuação profissional de qualidade, que pode contribuir para fazer-saber outros profissionais, sobre boas práticas e quais ações afetivas podemos implementar, pensar coletivamente, à partir do que já foi construído, experimentado pelas equipes diretivas com êxito no chão das unidades escolares, na perspectiva de prevenção à violência/abuso sexual contra crianças.

Apresento aqui as cinco flores do Jardim da minha pesquisa: mulheres que lutam diariamente por uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos e todas as crianças do Município de Duque de Caxias. Quem participa da conversa? Convidamos para uma conversa profissionais de educação que vivenciaram casos de violência/ abuso sexual no ambiente escolar. Situações que exigiam uma tomada de decisão assertiva para proteção das crianças vítimas. Voz de pesquisadora e de educadores em movimento:

Pesquisadora: Gostaria de saber se você já identificou em seu trabalho casos de violência/abuso sexual.

Margarida: Sim. Três Casos. O primeiro caso foi um menino de 12 anos. Nosso aluno foi violentado quando a mãe e o padrasto saíram para trabalhar. No meio da plantação foi tomado a força, tentou reagir, quebrou os ossos da face. Quando a genitora chegou o levou para o hospital, foi realizada uma cirurgia de urgência. Foram tomadas as providências legais. Foi feita a notificação compulsória pela unidade de saúde, para os casos suspeitos ou confirmados de violência. Quando recebeu alta hospitalar foi inserido com prioridade para realização de terapia psicológica, no serviço de psicologia da unidade de saúde do território. (Diário de Campo, 02/11/2022).

Esse aluno sofreu violência física e sexual, pois na tentativa de reagir ao estupro, quebrou os ossos da face. Segundo informações colhidas com a genitora, o

autor é um membro da família e residia na mesma casa que a vítima. A conversa com Margarida foi online, decidimos utilizar a plataforma otimizando o tempo para que a conversa se tornasse possível. Dito isso, o primeiro caso sinalizado por Margarida foi acompanhado de perto pela equipe diretiva que acolheu o aluno e a família, que tomou as providências cabíveis quanto ao suporte para o atendimento psicológico do aluno, uma vez por semana. É importante ressaltar o que diz o Estatuto da Criança e do Adolescente Lei 8.069/90, no Artigo. 245: “Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência. Margarida segue:

***Margarida:** O segundo caso foi descoberto após a apresentação do livro Pipo e Fifi e a oficina do girassol com a montagem das pétalas escritas. A aluna retornou o girassol denunciando a violência sexual sofrida. A genitora da aluna foi acionada e confirmou o ocorrido, informando que havia se separado do marido por esse motivo e não permitiu mais contato com ele. O Conselho Tutelar já havia sido acionado e já estava acompanhando o caso. A criança foi inserida no serviço de psicologia da unidade de saúde, foi encaminhada para o AAF Ambulatório de Apoio à Família no Hospital Infantil e no serviço de psicologia. (Diário de Campo, 02/11/2022).*

A articulação intersetorial e o fortalecimento das redes de apoio são de suma importância nos casos identificados no chão da escola, assim como, a conversa com as famílias para o fortalecimento dos vínculos entre o trinômio: aluno, família e escola, também são de grande contribuição no processo de efetivação de direitos de alunos e alunas. Os conselheiros tutelares são aliados importantes, assim como, os profissionais de saúde e assistência social e direitos humanos.

O terceiro caso foi uma aluna de oito anos, que ingressou na escola e pouco tempo depois apresentou alguns sinais que podem indicar que a criança está sofrendo violência. Acionamos o Conselho Tutelar, porém o caso já tinha prontuário no Conselho Tutelar e o violentador/abusador já havia sido preso, estava solto e proibido de se aproximar da criança. (MARGARIDA, 02/11/2022).

O terceiro caso relatado por Margarida se refere a uma aluna que havia sido abandonada pelos pais, que são usuários de substância entorpecente. A avó materna assumiu a guarda provisória da criança, mas morava com o companheiro. Segundo informações colhidas, esse homem era o autor da **violência/abuso/exploração sexual doméstica** contra a criança. E ele era o

mantenedor das despesas da casa, era o provedor da família. Sacrifica-se um membro da família pela subsistência de todos/as. *Vende-se uma criança para fins de exploração sexual dentro de sua própria casa e o segredo familiar, o silenciamento mantém a dinâmica perpetrada por longa data. “Mas ele compra comida pra gente e o remédio da vovó”.* (notas de campo, maio/2022). Percepção: A criança se encoraja a falar de sua dor no ambiente escolar, sentindo-se protegida por profissionais de educação, porém rapidamente apela para que seja mantido o sigilo considerando que se o autor for descoberto e punido, poderá faltar comida e o remédio da vovó. Da mesma forma a equipe diretiva se encorajou para acionar a rede de proteção, para efetivar o direito ao desenvolvimento sexual saudável da aluna, apesar desse direito já ter sido violado, porém o ciclo de violência precisa ser rompido, responsabilizando o violentador/abusador/agressor.

Pesquisadora: Ao identificar o(s) caso(s), você acha que estava preparada para lidar com o problema ou acha que faltou alguma coisa para que pudesse lidar melhor com o problema?

Margarida: *Sim, faltou maior preparo para enfrentar o problema. Eu não estava preparada, mas segui minha intuição, não sabia se estava fazendo certo ou errado, mas sabia que alguma coisa precisava fazer. Encaminhei os casos para o Conselho Tutelar, acionei as famílias para conversar sobre o assunto e sempre que possível trabalho o tema na escola alertando as crianças. (Diário de Campo, 02/11/2022).*

Na conversa, Margarida afirma que não se sentia preparada, mas sabia que precisava fazer alguma coisa, não podia silenciar frente a identificação de casos na unidade escolar. Seguindo o protocolo institucional encaminhou os casos para o conselho tutelar, acionou as famílias para uma conversa e trabalhou com as turmas sobre a prevenção a violência sexual infantil, utilizando os materiais de apoio que haviam sido disponibilizados na formação oferecida pela Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias.

Pesquisadora: De que maneira as atividades de formação realizadas pela SME/DC, contribuíram para sua atuação no enfrentamento e prevenção à violência/abuso sexual? Foram suficientes?

Margarida: *As formações são importantes, mas só conseguimos a participação da equipe diretiva. Nunca é suficiente, precisamos de mais formações. Sugiro mais formações sobre o tema que é fundamental para o desenvolvimento do nosso trabalho na escola com os nossos alunos, alunas, familiares e todos os profissionais de educação, não só a equipe diretiva (Diário de Campo, 02/11/2022).*

A conversa com Margarida nos conduz a uma importante reflexão sobre os casos acolhidos na escola e os desdobramentos como estratégias de prevenção. A

conversa com crianças sobre violência/abuso sexual, com escuta qualificada, utilizando o livro PIPO e FIFI como facilitador da conversa, assim como, os vídeos da campanha Defenda-se e a realização da oficina de girassol, tem sido uma importante estratégia de prevenção à violência/abuso sexual nas escolas municipais.

Explorando as conversas e parte do material empírico, vamos dialogar com o Lírio da Paz e sua experiência no campo.

Pesquisadora: *Gostaria de saber se você já identificou em seu trabalho caso de violência/abuso sexual? Pode falar um pouco como foi, como aconteceu e quais foram os encaminhamentos?*

Lírio da Paz: *Eu me recordo de um dos casos que eu procurei a família, consegui falar com a avó, levamos a criança de um ano e oito meses ao posto de saúde, juntamente com a genitora. A criança ficou internada em tratamento, teve que operar e as três irmãs ficaram com a avó, visto que após a notificação compulsória realizada pela equipe de saúde, a rede de proteção foi acionada e agiram rápido, tirando as crianças das mãos do abusador que tinha a cobertura e a convivência da mãe. (Diário de Campo, 10/11/2022)*

A conversa com Lírio da Paz me deslocou do lugar de pesquisadora para me colocar no chão da escola no lugar da assistente social, que investe energia na defesa intransigente dos direitos humanos, como um dos princípios fundamentais do serviço social, estabelecido pela lei 8.662/93, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social. Dito isso, Assistentes Sociais dos serviços públicos essenciais, das três secretarias envolvidas: educação, saúde e assistência social realizaram um trabalho importante visto que a violência já havia acontecido. A criança de um ano e oito meses e suas irmãs estavam em risco, no contexto de violência intrafamiliar. Segundo informações colhidas, o autor era o companheiro da genitora. O direito da aluna da creche, assim como, das irmãs foi efetivado pelo time da defesa que se mobilizou fortalecendo a rede de proteção. Neste sentido, a pesquisadora Irene Rizzini (2022), afirma que:

O ECA inaugura, pelo menos na letra da lei, uma ruptura de paradigmas e o estabelecimento de uma rede de atendimento inédita em nossa história, e, dessa forma, é necessário trazer elementos críticos que provoquem a mobilização dos sujeitos políticos na luta por direitos. O Brasil nunca esteve diante de uma crise tão severa e de desafios tão complexos no que diz respeito aos direitos humanos e à proteção social de crianças e adolescentes. (RIZZINI, 2022, p,9)

A autora aponta para as inúmeras violações de direitos que as crianças vêm sofrendo mais evidentemente nas últimas décadas, e em virtude das notificações que têm sido realizadas torna-se possível considerar os dados dos últimos anos. De

forma cruel e muitas vezes letal, as violências acontecem produzindo infâncias marcadas para a vida adulta. A mobilização de profissionais de educação, saúde, assistência social e direitos humanos, a participação dos sujeitos envolvidos na articulação intersetorial, para prevenção à violência sexual e proteção às crianças, implementando de fato, o Estatuto da Criança e do Adolescente no dia a dia das crianças, podem contribuir para transformar essa realidade.

Dito isso, as flores do jardim da dissertação, aqui representando uma pequena parcela dos/as profissionais de educação básica, são experientes e comprometidas com o que fazem há muitos anos, não é por acaso que fazem parte do processo de investigação. Neste sentido, os autores Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros, fazem uma reflexão sobre pesquisa intervenção e afirmam que:

O ponto de apoio é a experiência entendida como um saber-fazer, isto é, um saber que vem, que emerge do fazer. Tal primado da experiência direciona o trabalho da pesquisa do saber-fazer ao fazer-saber, do saber na experiência a experiência do saber. Eis aí o “caminho” metodológico. (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015, p.1)

Neste sentido, buscamos entrevistar profissionais com uma certa experiência a partir do saber-fazer por meio da prática cotidiana vivenciada no chão da escola. E quanto ao foco principal da investigação e a formação docente, fui impactada com 100% das profissionais entrevistadas declarando que não tiveram contato com o tema da violência/abuso sexual durante o período de formação acadêmica na graduação e apenas uma entrevistada teve contato com o tema na Pós-Graduação Stricto Sensu. Um dado que considero relevante para planejamentos futuros.

Disto isso, é importante considerar que as profissionais nas conversas afirmam que não se sentiam preparadas no momento que depararam com o problema na escola e que precisam de formação específica para trabalharem com maior propriedade a prevenção. E quando for necessário articular a Rede de Proteção. Educação, Saúde, Assistência Social e Direitos Humanos e etc. A articulação Intersectorial, associada aos estudos e pesquisas comprometidas com a questão social podem contribuir de forma significativa conforme a afirmação da pesquisadora Deslandes (2013):

As análises situacionais sobre a violação de direitos de crianças e adolescentes em geral, da situação de violência e de exploração sexual, em particular, constituem conhecimentos estratégicos para a ação do Sistema de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Tais estudos precisam ser empreendidos, sejam realizados pelo corpo técnico das secretarias ou, preferencialmente, em parceria com universidades e outras instituições de ensino e pesquisa. (DESLANDES, 2013, p. 97).

De acordo com a afirmação de Deslandes (2013), desenvolver atividades pedagógicas com foco na prevenção à violência sexual é importante, da mesma forma as pesquisas acadêmicas que apresentam dados qualitativos e quantitativos, para dar visibilidade a questão social existente, que reflete no processo de ensino aprendizagem e no desenvolvimento sexual de meninas e meninos, que deveria ser saudável, porém, direito este violado, geralmente dentro de casa, que deveria ser lugar de proteção. A conversa com Crisântemo também reflete a ausência do tema no processo de formação através da seguinte afirmação:

Crisântemo: *Faltou formação específica na área. Situações que enfrentamos na escola nos fazem pensar que esse tema deveria estar na grade curricular da escola brasileira. É preciso quebrar o tabu e entender que as pessoas precisam de conhecimento. Cada vez mais a escola precisa de formação, sobre sexualidade e orientação sexual, que é confundido como ato que abre caminhos para atividade sexual da criança. Muitos livros com aparelho reprodutor apresentam de forma técnica a informação só para o aluno/a entender cada órgão e sua funcionalidade. Cada vez que a academia organiza o entendimento dos conteúdos de aprendizagem ligados ao entendimento e informação para vida social, conhecimento e aplicabilidade na vida social é um ganho. (Diário de Campo, 07/11/2022)*

Refletindo sobre a conversa com Crisântemo e sua declaração sobre a ausência do tema no processo de formação e o quanto se sentiu despreparada quando precisou lidar com o problema da violência sexual contra crianças na escola, nos inquietamos ao observarmos um público-alvo da invisibilidade. Neste sentido, Butler (2019) afirma que: “A violência é certamente uma mancha terrível, uma maneira de expor, da forma mais aterrorizante, a vulnerabilidade primária humana a outros seres humanos.” (BUTLER, 2019. p.49). Dito isso, especialmente as crianças vulneráveis e indefesas são expostas terrivelmente as perversidades de outros seres desumanos e adultos, que praticam a violência sexual contra elas, produzindo traumas quase sempre irreversíveis, por crimes hediondos cometidos por pessoas diagnósticas como pedófilos ou não.

Quanto a pedofilia, Izidro & Felipe (2018) afirmam que o sujeito pode não ser diagnosticado como pedófilo e ter contato sexual com crianças, incidindo nas figuras

típicas penais previstas no sistema jurídico brasileiro. Em síntese, a pedofilia está tipificada no campo médico como um transtorno mental, uma parafilia, em que o sujeito sente atração sexual por crianças, mas que não implica necessariamente praticar ações tidas e havidas como crime. (IZIDRO; FELIPE, 2018).

Neste sentido, os autores afirmam que é possível a pessoa ter sido diagnosticada como pedófilo, mas nunca praticar violência sexual contra crianças, como também é possível não ter sido diagnosticado como pedófilo e praticar violência sexual contra crianças. Resta-nos atenção redobrada quando se trata de crianças expostas aos adultos mesmo aqueles que “parecem” estar acima de qualquer suspeita, independente dos laços de consanguinidade e efetividade.

Crisântemo menciona a inversão dos papéis referente a vítima e o violentador/abusador. Em muitos casos tentam transferir a culpa para a vítima e ela se sente culpada de um crime que não cometeu, pois é incapaz de consentir a invasão de seu corpo infantil. É estupro.

Crisântemo: *Uma quebra de tabu. A criança violentada assume condição de culpada. A vítima é acusada pelas pessoas. O elegem como culpado/a. Os alunos frequentam a nossa sala e lá identificamos casos absurdos de fome, violências, indisciplina por conta da violência sofrida por eles. Passamos a ver os alunos e alunas de outra forma, você se humaniza e passa a enxergar o outro de forma humanizada. O relacionamento com alunos/as não nasce da noite para o dia, é uma construção coletiva em equipe, que precisa ter o mesmo olhar. (Diário de Campo, 07/11/2022)*

De acordo com Crisântemo, esse diálogo com alunos é estreitado gradativamente na perspectiva de um acolhimento humanizado e carregado de afeto, trabalhando a educação para prevenção no miudinho caso a caso. Dito isto, principalmente a partir da década de 1990, no Brasil, com a problemática da violência sexual, tem intensificado a mobilização de pesquisadores (MEYER, 2017). A obra de Meyer (2017) é amplamente divulgada e disponibilizada em PDF gratuitamente, para fins de prevenção à violência sexual nas escolas, nas famílias, nas ONGs e na sociedade em geral. Diariamente observamos nos noticiários situações que ocorrem com crianças e que tem sensibilizado também algumas famílias a se posicionarem em favor de seus membros vítimas, conforme a afirmação da Begônia na conversa presencial que foi realizada dia 18 de novembro de 2022, referente a um dos casos que acompanhou em sua trajetória de mais de 30 anos de exercício profissional.

Begônia: Segundo informações colhidas, a violência/abuso sexual acontecia com essa criança há aproximadamente seis/oito anos. Quem denunciou o crime foi a mãe da aluna que buscou auxílio no Conselho Tutelar, mediante cartas entregues pela própria vítima, posteriormente a UE foi informada do fato que foi divulgado amplamente no Jornal Extra. A questão racial, de gênero e classe estão presentes nas demandas da escola relacionadas às violências que enfrentamos no cotidiano escolar. (Diário de Campo, 18/11/2022)

Begônia traz um importante relato de uma criança que começou a ser violentada sexualmente no seio da família desde cedo quando era bem pequena, até que a própria genitora decidiu procurar o conselho tutelar e romper com o ciclo de violência que já havia se perpetrado por muitos anos. As famílias encontram muitas dificuldades de dialogar sobre o assunto e buscar suporte técnico profissional.

Pesquisadora: Em sua formação, você teve contato com esta temática e como lidar com o problema da violência/abuso sexual? De que forma? Em disciplinas, em palestras, em outros eventos? Você considera que foi suficiente para que possa lidar com este problema em seu exercício profissional? Por quê?

Begônia: No Curso Normal e na Graduação não tive quaisquer disciplinas que abordassem as temáticas de violência/abuso sexual. Sou conhecida como uma professora que gosta de estudar e, no grupo de pesquisa NuDES (Núcleo de Estudos Diferenças, Educação, Gênero e Sexualidade) que começo a ter contato com as temáticas de Gênero e Sexualidades. O NUDES me agregou muito conhecimento e aprendizado, estar no grupo de pesquisa me proporcionou buscar cada vez mais participar de diversos eventos voltados para questão dos direitos humanos, gênero e sexualidade, foi uma busca pessoal, mas a formação deve ser contínua, pois a cada ano surge algo diferente, o tema é inesgotável. (Diário de Campo, 18/11/2022)

A vivência de Begônia que está inserida no cotidiano escolar e ao mesmo tempo na academia, reconhecendo os desafios no processo de investigação e a importância do acolhimento individual em sala de aula, percebendo muitas vezes a tentativa de apagamento do fenômeno, o silenciamento das vozes infantis em movimento no espaço escolar e as invisibilidades em virtude da correlação de forças institucional, que ainda é fortemente marcada pela rejeição da palavra gênero e sexualidade no ambiente escolar.

Formação é preciso, pois o conhecimento rompe com o silêncio e avança para prevenção, informando a comunidade escolar como direito à educação para prevenção à violência/abuso/exploração sexual contra crianças. Quanto à formação a autora afirma que:

Begônia: *Com o ingresso no Mestrado o aprofundamento foi ampliado, sempre temos muito que aprender quando se trata de um tema tão desafiador, pois as resistências para trabalhar uma questão tão complexa como essa gera um desconforto pelo tabu e negação destas questões no chão da Escola e na sociedade. Recentemente, fiz um curso de curta duração sobre violência de gênero e feminicídio, que contribuiu bastante para que eu pudesse ampliar meus conhecimentos. Tendo em vista que o apagamento/invisibilização/silenciamento para dificultar que as questões de gênero e sexualidade sejam abordadas na escola dificulta o processo de trabalho. Mas as nossas crianças estão sendo violentadas sexualmente na maioria das vezes dentro de suas casas e precisamos fazer alguma coisa por elas. (Diário de Campo, 18/11/2022)*

Dito isso, o foco da Educação não está em culpabilizar os indivíduos, mas informar com o objetivo de proteger alunos e alunas na rede municipal de ensino, para enfrentar o problema, em virtude dos excessos que adultos perversos cometem contra crianças. Aproveitam da fragilidade das vítimas, abusam sexualmente de seus corpos infantis estabelecendo relação de domínio, violência, crueldade e opressão, tornando-se caso de polícia, de saúde pública que deve gerar notificação compulsória, quando gera danos à saúde da vítima, que podem necessitar de atendimento médico especializado e a polícia é acionada. Neste sentido, sobre o sexo se tornar uma questão de polícia, Foucault afirma que:

O sexo não se julga apenas, administra-se. Sobreleva-se ao poder público; exige procedimentos de gestão; deve ser assumido por discursos analíticos. No século XVIII o sexo se torna questão de "polícia". Mas no sentido pleno e forte que se atribuía então a essa palavra — não como repressão da desordem e sim como majoração ordenada das forças coletivas e individuais. (FOUCAULT, 1988. p. 26).

Foucault (1988) discursa sobre o sexo que não deve ser julgado, mas que deve ser administrado pelo poder público, quando foge ao controle da sociedade e sobreleva-se de tal forma que exige providências do Estado na Gestão e administração dos conflitos. A violência sexual contra crianças, afeta profundamente o desenvolvimento das crianças, que deveriam ser protegidas por seus genitores.

A conversa com Begônia fortalece a chama da formação profissional específica para tratar de temas sensíveis relacionados aos direitos humanos: sociais, culturais e econômicos. É notória a relevante contribuição da discussão na academia nos grupos de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, porém o diálogo para prevenção precisa ser ampliado nas conversas com alunos/as em todos os níveis de escolaridade. Na perspectiva interseccional Begônia afirma que:

Begônia: *A questão da interseccionalidade atravessa as categorias Gênero e Sexualidades. Fica evidente que a formação profissional precisa contribuir para que Professoras e Professores possam acolher as diversas demandas sociais que chegam à Escola e, que afetam o cotidiano escolar. O MNU (Movimento Negro Unificado) vem tentando desde o período da ditadura militar dar conta das questões da raça, que culminou com aprovação das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Mas ressalto que em minha formação profissional não tive nenhuma disciplina que abordassem a educação para as relações étnico-raciais, bem como não tive nenhuma formação específica para aprender a lidar com a questão da violência sexual que chega até os profissionais da educação impossibilitando que se faça uma abordagem adequada frente a essa demanda. (Diário de Campo, 18/11/2022)*

Neste sentido, o lugar de fala da Begônia é o chão da escola, por isso com força no discurso, afirma que a violência sexual é atravessada pela interseccionalidade, pois são marcadores importantes na análise dos resultados da pesquisa e das rodas de conversa desenvolvidas nas unidades escolares. Prosseguimos a pesquisa dialogando com Michel Foucault (1988), que nos instrui a reafirmamos a importância das rodas de conversa e das reuniões com a comunidade escolar, de forma clara e objetiva, despida de preconceitos, quando abordamos o tema da violência sexual.

Compreendemos que a questão da violência sexual deve ser falada abertamente, principalmente para as crianças e seus familiares. Devemos informar para prevenir antes que a violência aconteça, e proteger para romper com ciclos de violência perpetrados por longa data, se a violência já estiver instalada. Falar publicamente e quebrar o tabu do tema que não deve ser proibido. Foucault (1988) afirma que:

Deve-se falar do sexo, e falar publicamente, de uma maneira que não seja ordenada em função da demarcação entre o lícito e o ilícito; cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo (FOUCAULT, 1988, p. 26).

De acordo com a afirmação de Foucault é necessário falar de sexo, principalmente quando se encontra na posição de gestor/a e os liderados aguardam as orientações sobre a situação enfrentada no ambiente escolar e exige respostas assertivas. Dito isso, convidamos para o debate o Lírio da Paz que exerce o magistério há 42 anos, mas ainda se surpreende com tamanha perversidade humana e a crueldade praticada com crianças tão pequenas, atitude que atravessa os muros institucionais e afeta a equipe que é comprometida com a efetivação de direitos de cada aluno/a da creche.

Lírio da Paz: *Hoje é um dia impressionante, pois, estamos vivenciando o problema exatamente hoje. Essa situação na creche e a conversa online agendada agora a noite para contribuir com essa pesquisa, me fez pensar muito no problema que estamos vivenciando e o quanto ainda precisamos de respostas. A dor das crianças nos afeta. Eu gostaria de iniciar falando de outra unidade escolar, onde atuei por 13 anos e vivenciei diversas situações de abuso sexual e eu não sabia como resolver, mas tive contribuições de profissionais que me direcionaram, com orientações importantes para articulação com a rede de proteção. Tivemos alguns casos com bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas na faixa etária entre um e cinco anos e onze meses. Tive dificuldades, mas busquei parcerias. (Diário de Campo, 10/11/2022)*

Lírio da Paz tem uma vasta experiência no campo da educação, sempre lutando pelas crianças e orientando suas famílias, fortalecendo a relação com o trinômio: aluno, família e escola. Algumas meninas engravidam na adolescência e são desprovidas de informações, gerando uma demanda nas creches, para a equipe diretiva e núcleo multiprofissional, para realizar as orientações quanto ao planejamento familiar que é realizado no posto de saúde gratuitamente, motivação para continuidade aos estudos, construção do projeto de vida a curto, médio e a longo prazo, orientações sobre os principais cuidados com as crianças que foram geradas nesse contexto. E adolescentes geralmente trocam muito de parceiros/as, aumentando o risco para as crianças.

Pesquisadora: *Em sua formação, você teve contato com esta temática e como lidar com o problema da violência/abuso sexual? De que forma? Em disciplinas, em palestras, em outros eventos? Você considera que foi suficiente para que você possa lidar com este problema em seu exercício profissional? Por quê?*

Lírio da Paz: *Não tive. Incrível você passar por uma formação de graduação e duas pós-graduação e não abordar esse tema, um problema que reflete constantemente na educação. Eu busquei aprender sobre o tema, fiz trabalho em uma disciplina e apontei esse tema ao meu grupo para aprender um pouquinho sobre isso, mas não foi o suficiente para as demandas que enfrentamos. Nós ouvimos falar sobre o assunto na mídia, mas quando vivenciamos o problema na creche é diferente. A fala da criança mexe muito comigo. (Diário de Campo, 10/11/2022)*

Observamos na conversa com o Lírio da Paz, que é mais uma voz em movimento na escola, sinalizando a relevância da formação específica sobre violência sexual. Sutilmente, afirma a sua inquietação e busca pessoal frente às demandas tão complexas da creche que atende bebês (de 0 a 1 ano e 6 meses), crianças bem pequenas (de 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses), crianças pequenas (de 4 a 5 anos e 11 meses) e crianças (de 6 a 11 anos e 11 meses e 29 dias), e por vezes, atendemos com perfil de desnutrição tornando-se um público alvo ainda mais vulnerável das mazelas sociais. Ela afirma que:

Lírio da Paz: Não podemos realizar uma intervenção cega, mas devemos estar atentos a análise do contexto e dos riscos para não nos arrependermos em virtude das consequências de uma ação precipitada, focada apenas na punição do autor, pois, o nosso foco está na prevenção e na proteção das nossas crianças, sem esquecermos que existem outras pessoas expostas aos riscos que são reais. E quando nos precipitamos podemos perder a criança, pois a família que se sente pressionada desaparece com a criança, muda de endereço e o ciclo de violência é perpetrado na vida daquela criança por longa data. Precisamos ter muita cautela para que possamos agir assertivamente, ou seja, mitigando o impacto da violência sexual na vida de nossas crianças, de forma que os ciclos de violência sejam rompidos e nossas crianças da Educação Infantil tenham o direito garantido de um desenvolvimento sexual saudável. (Diário de Campo, 10/11/2022)

Analizamos quão valiosa é a socialização das experiências compartilhadas por Lírio da Paz como boas práticas, com a expertise de quem já vivenciou muitas intervenções assertivas, reverberando na proteção de seus alunos e alunas da educação infantil. Um discurso potente e cuidadoso sobre o foco da intervenção e os caminhos exitosos, assim como o caminho que não deve ser trilhado que é o da precipitação para não perdermos a batalha nessa luta cruel e desgastante no campo dos direitos humanos na infância.

Pesquisadora: Quais são as ações que a escola tem desenvolvido na prevenção e no enfrentamento à violência/abuso sexual contra crianças?

Lírio da Paz: Realizamos trabalhos internos nas turmas com as crianças desenvolvendo atividades lúdicas, contação de histórias, brincadeiras com bonecas e bonecos, orientações às famílias e grupos de estudos para os profissionais. As ADEBS e Professoras estão utilizando os joguinhos, os livros, vídeos, atividades lúdicas para alertar as crianças e identificar os casos. A orientadora pedagógica está acompanhando o desenvolvimento das atividades que têm descortinado esse problema na creche. Temos reunião semanal com os profissionais da creche e neste momento estamos utilizando o Livro *Segredo Segredíssimo* de Odívia Barros, ilustrado por Thais Linhares, literatura indicada para educação infantil. (Diário de Campo, 10/11/2022)

A equipe diretiva da creche tem sensibilizado profissionais de educação da unidade escolar para desenvolver as atividades de prevenção à violência/abuso sexual com as crianças, através da realização dos grupos de estudos e reuniões de orientações com as famílias dos/as alunos e alunas. É interessante observarmos que a equipe ampliou o repertório de literatura infantil sobre violência/abuso sexual, que é um facilitador da conversa com crianças. A equipe buscou diversificar os materiais lúdicos e ampliou as possibilidades de conversa com a comunidade escolar.

Seguindo para outro momento da conversa com profissionais de educação, convidamos o Amor Perfeito para compartilhar suas experiências no cotidiano escolar. Então pergunto:

Pesquisadora: *Gostaria de saber se você já identificou em seu trabalho caso de violência/abuso sexual? Pode falar um pouco como foi, como aconteceu e quais foram os encaminhamentos? (Importante saber como se sentiu, que impressões teve da situação, que receios, etc.)*

Amor Perfeito: *Eu lembro de um caso que ocorreu há mais de vinte anos que me impactou em um território muito vulnerável do município, eu passei o caso para a equipe diretiva que acionou a família, abordou o assunto e o quanto a criança foi afetada pelo problema. A equipe diretiva acionou o conselho tutelar, a família se sentiu pressionada e desapareceu com as crianças, sumiu com a minha aluna e os irmãos também. Observamos que muitas mães também são vítimas de violência, ficam assustadas pois também são ameaçadas. As crianças evadiram da escola. Foi lamentável o desfecho, pois perdemos as crianças e não tivemos mais nenhuma notícia delas, pois se mudaram daquela região repentinamente. Eu desconfiei algumas vezes, mas sempre esperava para ter certeza, através das evidências. Observava os sinais, os desenhos da educação artística e as respostas que as crianças davam para os questionamentos que eu fazia, as marcas no corpo, as palavras, o vocabulário deles. Eu investigava sutilmente no cotidiano da criança, sempre que eu desconfiava de algum caso, levava para a orientadora educacional e a diretora, para pesquisar, colher mais evidências, acionar a família. As vezes que se constatou a violência sexual contra crianças, as ações eram direcionadas pela equipe diretiva da escola, que acionava a família e o Conselho Tutelar. (Diário de Campo, 15/11/2022)*

Amor Perfeito vivenciou algumas experiências ao longo da sua trajetória como docente na educação básica, vivências que deixaram marcas e lembranças que nesse momento a faz refletir na ausência de formação específica para aprender a lidar melhor com o problema no momento do acolhimento aos alunos e alunas em sala de aula. Informa não ter recebido nenhuma informação sobre o tema durante o processo de formação acadêmica, afirma que:

Amor Perfeito: *Na minha formação não, esse assunto não foi abordado. O Sexo é um tabu na sociedade e falar de violência sexual é mais tabu ainda. Eu fiz Formação de Professores, Biologia, Pós-Graduação na UERJ, tivemos assuntos de educação sexual, mas sobre violência sexual contra crianças não lembro de nenhuma disciplina, nenhuma matéria sobre isso (Diário de Campo, 15/11/2022).*

Dito isto, a formação sobre temas sensíveis, relacionados aos direitos humanos, que tem afetado nossos alunos e alunas é condição sinequa non para o desafio cotidiano em unidade de ensino, pois, são muitas as vulnerabilidades das crianças que tive contato nas rodas de conversa durante a investigação, sendo

perceptível o recorte de raça, gênero, geração e classe. Observa-se uma parcela expressiva de crianças negras matriculadas nas escolas públicas. Parte desse grupo já vivenciou algum tipo de violência doméstica, entre elas a violência/abuso sexual experienciada por filha, mãe, avó, bisavó, sendo naturalizada no conformismo que todas passaram por isso.

O ambiente escolar tem se apresentado carregado de afeto para prevenir, cuidar, proteger, viabilizar o acesso a caminhos outros, que podem contribuir para mudança de trajetórias de vida e de famílias antes naturalizadas em situações de violência, em condições de apatia e desesperança. Frente aos estigmas relacionados às condições de subsistência em territórios extremamente vulneráveis, crianças que tem cor, situação econômica e endereço certo.

Buscando compreender as relações de poder e opressões que violentam majoritariamente crianças e mulheres negras, refletimos sobre o conceito de interseccionalidade na perspectiva da pesquisadora Carla Akotirene (2019). É importante analisarmos os atravessamentos entre geração, classe, gênero, raça, etnia e etc. Na mesma direção caminhamos refletindo sobre a colonização do modelo educacional no padrão europeu cristalizado nas escolas públicas, onde a representatividade da criança negra pode estar sendo invisibilizada, negada nos espaços de convivência coletiva.

A violência institucional pode ocorrer quando a criança tenta falar sobre suas angústias e inquietações, mas não consegue ser ouvida por um adulto de confiança. Dito isso, dialogamos com Akotirene (2019), sobre a herança que recebemos e tem nos afetado diretamente nos dias atuais, pois a autora afirma que:

É oportuno descolonizar perspectivas hegemônicas sobre a teoria da interseccionalidade e adotar o Atlântico como locus de opressões cruzadas, pois acredito que esse território de águas traduz, fundamentalmente, a história e migração forçada de africanas e africanos. As águas, além disto, cicatrizam feridas coloniais causadas pela Europa, manifestas nas etnias traficadas como mercadorias, nas culturas afogadas, nos binarismos identitários, contrapostos humanos e não humanos. No mar Atlântico temos o saber duma memória salgada de escravidão, energias ancestrais protestam lágrimas sob o oceano. (AKOTIRENE, 2019, p. 15).

Nesses atravessamentos e migrações de africanas e africanos escravos no mar Atlântico vislumbrado pela autora, me permito imaginar e questionar quantos ancestrais foram vítimas de violência sexual? quantas crianças nasceram frutos de

estupro? Quantas crianças negras foram violentadas na casa grande, na senzala, nos campos?

Atravessamentos estes, que me aponta para o público usuário que indicam maior fragilidade a determinados grupos sociais, como exemplo: os alunos e alunas das escolas públicas da Baixada Fluminense, Duque de Caxias e municípios vizinhos, pois temos a noção que a violência se relaciona mais diretamente com a idade, o sexo, a cor da pele e o número CEP. Neste sentido, a autora afirma que:

[...] a interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (AKOTIRENE, 2019, p. 15).

Essa citação nos leva a pensar na invisibilidade de um povo que pode estar situado às margens da sociedade, associado ao tabu de temas, que podem ser considerados proibidos no ambiente escolar, mesmo que as abordagens sejam importantes para prevenção à violência sexual e de proteção às vítimas. O processo de trabalho com foco na prevenção pode ser dificultado em virtude do silenciamento, mas é importante ressaltar que silenciar não significa que não existe violência, pelo fato de estar silenciada.

O silenciamento e a negação do fenômeno torna a questão social quase invisível, como por exemplo: foi suprimido do Plano Nacional de Educação a temática de Gênero e sexualidade, porém, a educação sexual é uma importante estratégia para prevenção à violência sexual no cotidiano escolar/não escolar, é prevenção para vida de alunos e alunos, mesmo que estejam em outros espaços de convivência familiar e comunitária. Neste sentido, o pesquisador Ivan Amaro (2017) afirma:

Há projetos e leis que procuram proibir professores e professoras de fazer qualquer menção a gênero ou sexualidade no desenvolvimento de seu trabalho, estabelecendo uma verdadeira cultura da “mordança” e de afronta ao direito Constitucional da livre manifestação do pensamento bem como ao direito de liberdade de expressão da atividade intelectual e o exercício da profissão (AMARO, 2017. p.141-142).

O autor aponta para uma reflexão sobre a cultura da mordança e violação do direito à liberdade de expressão e de exercício de cátedra de professores. Enquanto privamos discentes dessa abordagem que é urgente e necessária nas escolas, crianças e adolescentes estão sofrendo violência sexual dentro de suas casas e

trazem seus reflexos para dentro dos muros da escola. É preciso falar sobre violência sexual no chão das unidades escolares com urgência. Trabalhar a prevenção nas escolas para proteger alunos e alunas de possíveis abusadores.

Engendrar em cada criança o protagonismo infantil tornou-se uma meta para profissionais de educação. Consideramos de extrema relevância, a implementação efetiva do Plano Nacional de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes e o Estatuto da Criança e do Adolescente no cotidiano escolar, assim como sensibilizar profissionais, familiares e a sociedade em geral para prevenção através da informação, quebrando o tabu do sigilo que mantém os ciclos de violência.

A pesquisa em curso aponta para a importância da prevenção e as possibilidades de diálogo através das rodas de conversa, assim como a articulação permanente com a rede de proteção. Importante nesse contexto de efetivação de direitos, divulgar e socializar com a comunidade escolar materiais de apoio, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em tirinhas (ELÓI et al., 2015), que é de fácil compreensão para todas as crianças e adolescentes, em linguagem acessível para que todos e todas, adultos e crianças, tenham acesso, considerando o importante acervo disponível em PDF gratuitamente.

A resistência profissional tem sido fundamental no enfrentamento à questão social, através do diálogo com foco na prevenção, principalmente quando surge a demanda no cotidiano escolar, apontando que informar as crianças para proteger da violência sexual, tornou-se um caminho possível e efetivo no chão das escolas, considerando que crianças são sujeitos de direitos e não podem ser objetos de negligência, crueldade e violência conforme afirma o ECA.

O Estatuto da Criança e Adolescente, estabelecido pela Lei Federal 8.069/90. O Artigo 5º, afirma que: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade, opressão, punido na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990, n.p.). Ademais, o Art. 18 aponta para a responsabilidade do cuidado relativo às crianças e adolescentes. O referido artigo aponta que “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (BRASIL, 1990, n.p.). Dessa forma, todos os adultos são responsáveis pela prevenção e proteção. Os adultos precisam aprender a ouvir

crianças e adolescentes com escuta qualificada e sensível, conforme apregoa o parágrafo 1º do Art. 28: “Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, e terá sua opinião devidamente considerada” (BRASIL, 1990, n.p.). Crianças e adolescentes contam suas histórias, seus relatos sobre a violência sexual para quem confiam e quando o adulto oferece segurança e proteção com afeto e acolhimento, cria um vínculo de proteção.

Neste sentido, a Resistência no enfrentamento a Violência Sexual no chão das escolas, tem nos conduzido trabalhar com os sentimentos e emoções nas unidades escolares. No caminhar da investigação, desfocando do tema violência sexual, quando há rejeição e negação do fenômeno, abordamos sentimentos e emoções, pois logo no início, a violência sexual aparece na roda de conversa e possibilita a realização da intervenção necessária quando a violência já está instalada, porém é importante prevenir antes que a violência aconteça, por esse motivo os esforços estão focados na prevenção.

O desenvolvimento da pesquisa nos desafiou a buscar estratégias para sensibilização, no enfrentamento da questão social, que é gravíssima, e não podíamos perder o foco da investigação, nem a oportunidade de contribuir para prevenção às violências que têm refletido na sala de aula, no campo da educação.

Para muitos discentes, a escola é o único espaço de convivência saudável e as rodas de conversa tem evidenciado o protagonismo infantil, no fortalecimento e no empoderamento de crianças para uma vida livre de violência sexual. Prevenir, alertar, informar crianças sobre os riscos para que aprendam a não silenciar diante de violentadores/abusadores. Procurar um adulto de confiança, agir no momento do perigo, na perspectiva de mitigar os impactos da violência sexual ou qualquer outra face da violência contra crianças, não confundindo os papéis, pois a responsabilidade de prevenção não é das crianças, pelo contrário, é responsabilidade dos adultos, porém, crianças bem informadas protagonizam suas histórias com liberdade de expressão, direito a voz e conseguem dialogar naturalmente com pessoas adultas sobre suas inquietações, sentem-se mais confiantes para verbalizar, que ninguém pode mexer no seu corpinho.

As crianças inseridas nas creches desde cedo, que convivem com outras crianças, desfraldam, aprendem a se alimentar, a pedir o que desejam, interagem com as outras crianças, realizam atividades individuais e coletivas, brincam, dormem, dançam, cantam, assistem vídeos, são movimentos que possibilitam as

crianças a terem mais autonomia e segurança para falar. E no espaço de convivência coletiva é possível observar os sinais que as crianças apresentam e podem indicar violência doméstica, mas infelizmente nossa legislação atual, garante a inserção das crianças nas unidades escolares somente à partir de quatro anos. Observemos o que diz a LDB:

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação aponta, no Título III, Art. 4º – Do Direito à Educação e do Dever de Educar, é dever do Estado com educação escolar pública que será efetivado mediante a garantia de: I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade (BRASIL, 2000, n.p.)

A creche e a escola são espaços de convivência comunitária que podem mitigar o impacto das vulnerabilidades infantis no cotidiano escolar, a psicomotricidade na educação infantil é um elemento importante, pois, são explorados os movimentos, as brincadeiras no parquinho, no pátio, na quadra. Considero esses elementos importantes na construção do sujeito que em muitos casos, nossos alunos e alunas, tem a escola como o único espaço de proteção e de convivência saudável.

Coloco-me nesse lugar de pesquisadora e profissional de Serviço Social, que tem experienciado a relação próxima com o trinômio: aluno, família e escola, sendo enriquecedor para o desenvolvimento da pesquisa sobre violência/abuso sexual contra crianças, que tem refletido no cotidiano escolar, por suas mais diversas ramificações de violências múltiplas que compromete o desenvolvimento de crianças que deveriam ter um desenvolvimento saudável. A pesquisa sobre violência sexual contra crianças, tem apontado que a atuação do/a Assistente Social na política de educação precisa estar engajada/a nessa luta, frente aos desafios dos atendimentos realizados com as crianças, sujeitos de direitos, em desenvolvimento, que demandam reflexão, empenho e prontidão. Sensibilidade no acolhimento das histórias de vida que necessitam de intervenção, articulação intersetorial, empatia, competência técnica profissional, tomada de decisão assertiva e afeto.

Temos refletido sobre a importância da afetividade no desenvolvimento humano e nos inspiramos em Henri Wallon, que considera a afetividade de suma importância desde o nascimento do indivíduo, que é envolvido por um clima carregado de afeto, quando chega ao mundo. O afeto desempenha um papel fundamental nas relações sociais, no desenvolvimento humano e consequentemente

nas escolas onde os alunos e alunas estão parte do tempo aprendendo, ensinando, afetando e sendo afetados de forma positiva ou negativa.

Durante a investigação investimos tempo nas rodas de conversa, em diálogo atencioso com alunos/as e profissionais de educação sobre a prevenção a violência sexual, porém, temos a noção de que a roda de conversa se torna cada vez mais necessária no contexto escolar, no cenário da aprendizagem para prevenção. Dito isto, o pesquisador Skliar (2018) afirma que:

Uma conversa não é apenas uma tomada de posição, é, sobretudo, uma forma de exposição: me exponho à intempérie da incompreensão, da intraduzibilidade, do que não sou capaz de dizer, da impotência. E me exponho, também, ao que me virá e não se pode saber de antemão, me exponho à outra exposição. E assim, penso. (SKLIAR, 2018, p. 13).

As rodas de conversas tanto com alunos, quanto com os profissionais de educação, foram carregadas de afeto e emoção, pois geralmente quando nos dirigimos a unidade escolar, temos um sentimento de incertezas e expectativas pelo que nos aguarda no chão da escola. Cada encontro, como se abríssemos uma caixinha de surpresas, pois jamais saberíamos previamente qual seria o nível das conversas e o nível de compreensão do interlocutor. Não sabíamos qual seria a reação do público-alvo, após a exposição de um tema tão sensível e difícil de ser trabalhado.

Poderia ser gratificante com resultados potentes para o seguimento da pesquisa, ou poderia gerar frustração pela incompreensão do outro/a. Por vezes, tivemos um emissor e diversos receptores carregados de traumas, preconceitos, crenças, inflexibilidade e comportamentos agressivos, que corresponde ao território onde habitam, em extrema vulnerabilidade social, expostos a múltiplas formas de violência, engendrando na comunidade onde habitam, naturalmente, estratégias de autoproteção e sobrevivência às opressões da vida.

Por outro lado, o corpo docente em alguns momentos encontra dificuldades em lidar com o tema e enfrentar o problema no chão da escola, por questões pessoais. Alguns casos acolhidos, que foram experienciados, por professores que também sofreram violência sexual, vivenciado na infância, gerando marcas para vida, dificultando a intervenção profissional, dos casos apresentados em sala de aula. Orientamos nesses casos de profissionais de educação que também

vivenciaram situações semelhantes, que não silenciem, mas que procurem suporte da saúde mental, de um profissional de psicologia.

Quanto ao discurso proferido pelos/as sujeitos da pesquisa, buscamos o suporte teórico em Orlandi (2012) e Brandão (1996), que tecem considerações importantes e de grande contribuição no processo de investigação, quanto ao que dizem alunos, alunas e profissionais da Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias. Percebemos a relevância de abordar:

A análise do discurso, (pois) como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim, palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. (ORLANDI, 2012, p.15)

A palavra em movimento, analisada por Orlandi (2012), visa compreender a linguagem na construção de sentido que ocorre na interação entre os sujeitos; visa construir, na interação, a história do homem/mulher que pode permanecer no lugar comum ou ser deslocada pela mediação do discurso ou interdiscurso que trabalha com as memórias, com o já dito. Um discurso nem sempre é falado é simplesmente percebido. Discursos atrelados a ideologias e correlações de forças. Dito isto Observemos algumas reflexões de Brandão (1996), quando afirma que:

As ideias de Foucault são fecundas na medida em que colocam diretrizes para uma análise do discurso. Mas verificar como se concretizam essas diretrizes, no nível linguístico propriamente dito, é uma tarefa que deixa ao linguista e ele não a realiza uma vez que tinha como preocupação central o enfoque do discurso enquanto problema linguístico (BRANDÃO, 1996, p. 247).

Neste sentido farei o destaque para uma ideia de Foucault (2009), que contribui com as investigações que analisam discursos e com os estudos sobre a linguagem, quando ele afirma que: “a concepção de discurso considerado como prática que provém da formação dos saberes, e a necessidade, sobre a qual insiste obsessivamente, de sua articulação com as outras práticas não discursivas” (BRANDÃO, 1996, p. 31). Ao realizar a leitura e mergulhar no texto, compreendo melhor a importância de atrelar teoria à prática, pois aliadas apresentam resultados mais concretos. Considerando que alguns discursos de alunos e alunas, não são verbalizados, são apenas sentidos, pela comunicação da palavra não dita, mas como um movimento que denuncia, que o assunto que está sendo abordado

coletivamente na roda de conversa, tem pontos a serem considerados nos discursos não ditos de forma individualizada. A pesquisa tem apontado alguns caminhos que tem nos desafiado a decifrar o enigma inserido no contexto escolar/não escolar, com foco na violência sexual.

4 QUE EDUCAÇÃO OUTRA PODEMOS CONSTRUIR COM AS CRIANÇAS PARA AS INFÂNCIAS?

Refletindo sobre que educação outra podemos construir com as crianças para as infâncias, me observo idealizando uma educação linda e plena para todas as crianças do nosso país. Sonho com a escola pública, gratuita, laica e de qualidade bem pertinho da casa dos meninos e meninas, um direito garantido pela legislação, porém ainda não efetivado na íntegra, dificultando o acesso à educação básica.

A Lei 8.069/90 que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, no Artigo 53, Capítulo IV, Parágrafo V, Do Direito à Educação, afirma como direito: “acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica” (BRASIL, 1990, n.p.). E no mesmo artigo, no parágrafo único, aponta que: É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

A Lei Federal 11.700 de 13 de junho de 2008, acrescenta a norma ao texto da Lei 9.334/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no capítulo IV, assegura às crianças do nosso país a estudar próximo à sua residência (BRASIL, 2008).

Que essa escola seja de fato realidade na vida do sujeito de direito desde a primeira etapa da educação básica que é a educação infantil. A educação que queremos construir, efetiva o direito à creche para todas as crianças sem sorteios, sem seletividade, mas como garantia do direito à educação não só pela obrigatoriedade à partir dos 4 anos de idade na pré-escola, mas também aos bebês que sejam inseridos nas creches, como direito independentemente do critério de elegibilidade se a mãe tem trabalho formal comprovado ou se realiza atividades informais para gerar renda complementar e contribuir com o sustento de sua família.

Desejamos construir uma educação integral para todos e todas com a realização de atividades extracurriculares no contraturno das disciplinas obrigatórias do currículo, com ofertas de atividades outras de interesse coletivo e individual, possibilitando alunos e alunas permanecerem na escola o dia todo aprendendo, se desenvolvendo, planejando o futuro, desenvolvendo atividades por afinidade na área selecionada, com ofertas de vagas ampliadas que atendam as demandas reprimidas. A convivência familiar e comunitária é um direito de suma importância

para o desenvolvimento saudável de nossas crianças. Família e escola precisam dialogar constantemente.

Conforme aponta a Lei 8.069/90 que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, no Capítulo III, Seção I, Art. 19: “É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral”. (BRASIL, 1990, n.p.). Neste sentido, as relações estabelecidas no seio da família e na escola, podem interferir diretamente no desenvolvimento das crianças.

Sonho com uma escola viva, educação em pleno movimento promovendo atividades relevantes para vida, envolvendo a comunidade escolar de forma dinâmica e prazerosa, de forma que estudantes se alegrem no horário das aulas, lugar onde desejam estar. Nessa escola não existe infrequência escolar e a frequência diária é representada por zero falta no ano letivo e muita potência na realização das atividades propostas pelo corpo docente que é bem remunerado, com boas condições de trabalho e excelentes salários. Tem tempo disponível para realizar o planejamento das aulas, não precisa fazer inúmeras dobras para completar a renda familiar e trabalha feliz com uma boa saúde mental, com prazer de lecionar turmas incríveis, que realizam as tarefas com capricho, zelo e dedicação.

De acordo com a LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 9.394/96, no título II, Art. 2º, afirma que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, n.p.).

E no artigo III, o primeiro parágrafo aponta que alunos e alunas devem ter: “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”; ressaltando ainda que no Art. 5º, quanto ao acesso à educação afirma que:

[...] o acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo (BRASIL, 1996, n.p.).

E no mesmo artigo 5º, no 3º Parágrafo está a responsabilidade de toda sociedade de: “zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola”

(BRASIL, 1996, n.p.). Quando uma criança for observada no horário que deveria estar na escola brincando na praça do bairro uniformizada ou não, pessoas adultas deveriam se inquietar e tentar contribuir com essa triste realidade, que atrai alunos para fora, quando a escola é um lugar desinteressante e sem vida. Queremos construir com as crianças e para as crianças uma escola viva e interessante, com trajetórias de sucesso escolar.

Nesta escola, alunos e alunas fazem grupos de estudos na biblioteca da escola, cobrando a gestão mais livros pois, o acervo disponível já foi explorado e querem mais novidades para leitura. Discentes campeões de redação e talentosos nas múltiplas formas de expressão cultural. Na escola participam de jogos cooperativos e o principal objetivo não é ganhar, mas participar valorizando as parcerias e a cooperação na realização das atividades propostas.

Os alunos e alunas propõem ação de busca ativa escolar para as crianças e adolescentes que estão fora da escola. Fazem captação de outras crianças e adolescentes do bairro para que todos e todas tenham a mesma oportunidade de aprendizagem, com vaga garantida na unidade escolar mais próxima de casa, uma escola que não tem demanda reprimida por falta de vaga, pois a garantia do direito à educação se tornou realidade em nosso país. Crianças que são alfabetizadas na idade certa e todas têm Registro Civil de Nascimento, têm nome, sobrenome e famílias protetoras.

Na escola que estamos construindo, os/as alunos/as retornam do recesso escolar, com novidades para contar sobre as férias e a boa convivência com a família nesse período. Uma família que cuida, que efetiva direitos, garante que o lar seja o lugar mais seguro para criança, onde só acontecem coisas boas, pois, o real papel das famílias é proteger seus membros. Reverberando na contação de histórias da vida real na infância feliz no ambiente escolar/não escolar, com a garantia do desenvolvimento saudável.

Na escola do futuro que estamos tentando construir com as crianças, não há necessidade de contar a nenhum adulto de confiança sobre a violência sexual sofrida, pois, os adultos as protegem e elas crescem saudáveis independente da territorialidade. Não importa se a infância é oriunda da periferia ou do centro, se reside em comunidade na Baixada Fluminense ou em um condomínio fechado na zona Sul do Rio de Janeiro, se a criança é negra ou branca, deficiente ou tem altas habilidades, se é uma criança *queer*. Não importa mesmo, pois, a escola da

diversidade e das diferenças, é universal e efetiva direitos, não viola os direitos humanos fundamentais de nossas infâncias dos quatro cantos do nosso Brasil e do mundo.

Nessa escola, todas as crianças têm o direito ao desenvolvimento sexual saudável, sem que os seus corpos infantis sejam invadidos e suas infâncias sejam roubadas. Neste sentido, a Lei 8.069/90, o artigo terceiro, afirma os direitos fundamentais de nossas crianças, a fim de garantir o desenvolvimento saudável de proteção integral em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 3º: A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade". Parágrafo único: "Os direitos enunciados nesta lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (incluído pela Lei nº 13.257, de 2016). (BRASIL, 1990, n.p.).

Na escola dos meus sonhos, nossas crianças são felizes, vivem intensamente sua infância e os profissionais de educação se regozijam ao observar que um mundo melhor é possível construir e que vale a pena informar para proteger nossos/as alunos/as.

Motivar profissionais de educação através da formação docente continuada, orientar os responsáveis para proteger seus filhos e filhas, realizar rodas de conversa com alunos e alunas na perspectiva de gerar o protagonismo infantil alertando-os a aprender a fugir do perigo e dizer não a toda e qualquer forma de violência, especialmente a violência sexual que é uma das formas mais graves de violação de direitos humanos fundamentais na infância.

Quebrar o silêncio, dialogar sobre o assunto de forma clara e responsável com a comunidade escolar, pode ser uma importante estratégia de prevenção à violência sexual, assim como, a sensibilização dos adultos referente aquilo que é dever de todos/as nós, garantir os direitos das crianças como prioridade absoluta, conforme afirma o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelecido pela Lei 8.069/90, no artigo IV, sobre a responsabilidade da família, do poder público e da sociedade em geral, apontados abaixo:

Art. 4º: É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, n.p.).

Queremos construir uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade para todos e todas, desde a creche até o ensino superior. Educação transformadora com profissionais de educação preparados para qualquer desafio do cotidiano escolar, pois a formação acadêmica abordará os temas transversais que nos afetam no cotidiano escolar, preparando acadêmicos das diversas categorias profissionais que atravessam os muros escolares para uma atuação profissional de qualidade, sabendo de fato como agir quando o problema vier a acontecer no campo de atuação.

4.1 Algumas fragilidades na educação que temos: desafios postos para formação docente

Vamos refletir sobre a questão interseccional que tem atravessado os muros da educação, desafiando diariamente as equipes diretivas, professores, profissionais de apoio e a todos os/as sujeitos envolvidos no processo educativo.

No Município de Duque de Caxias existem sete unidades de CCAIC Creche e Centro de Atendimento à Infância Caxiense que atende crianças com perfil de desnutrição. É importante mencionar que as crianças matriculadas nessas unidades, são crianças de baixo peso, inseridas com o objetivo de recuperar o peso ideal para faixa etária, e é expressiva a demanda de crianças negras, informação que não devemos omitir, pois o recorte de raça, evidencia uma história e uma herança que não deve ser esquecida na Baixada Fluminense.

Em comparação às unidades privadas de ensino, ainda é bem menor o fluxo de alunos e alunas negras, como exemplifica a pesquisadora GládisKaercher, quando compartilha sua experiência:

Fui crescendo e vendo este “lugar” ser cada dia mais demarcado: na escola exercia o papel do “bendito fruto” - sempre única negra, sempre o espanto no olhar do outro que percebe que, afinal, “ela é negra, mas pensa”, “ela é negra, mas já foi à praia”, “ela é negra, mas é diferente-igual a mim”... (KAERCHER, 2006, p.20)

É importante observarmos o discurso da pesquisadora Prof^aDr^a GládisKaercher quando aponta o exemplo da representatividade de crianças negras nas escolas privadas e comparamos com as escolas públicas que tem uma expressiva parcela de crianças negras. Recordo-me do discurso de ChimamandaNgoziAdichie (2009), quando reflete sobre o perigo da história única, pois não devemos rotular pessoas, mas precisamos observar a potencialidade de um povo, diverso e rico pela capacidade criativa.

Neste sentido, analisamos os enfrentamentos e as resistências da nossa africanidade frente aos estigmas e opressões vivenciados na sociedade excludente e desigual, que segrega pela cor da pele, tipo de cabelo, condição socioeconômica, religião, orientação sexual e etc. Nota-se um racismo velado, negado, porém, sentido por cada criança vítima da opressão sistêmica.

O que me impressionou foi: ela já sentia pena de mim antes de me conhecer. Sua postura preestabelecida em relação a mim, como africana, era uma espécie de pena condescendente e bem-intencionada. Minha colega de quarto tinha uma história única da África: uma história única de catástrofe. Naquela história única não havia possibilidade de africanos serem parecidos com ela de nenhuma maneira; não havia possibilidade de qualquer sentimento mais complexo que pena; não havia possibilidade de uma conexão entre dois seres humanos iguais (ADICHIE, 2009, n.p.).

O perigo da história única nos remete ao caso suspeito de violência sexual referente a uma criança matriculada em uma escola do município. É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna (ADICHIE, 2009). Quando observamos os pés e as mãos da aluna de 5 anos e recebemos a informação de que a genitora havia abandonado as filhas e o filho, deixando-os com um homem que não é o pai biológico das crianças, sendo 4 meninas e um menino, notícia que despertou a equipe diretiva para um olhar diferenciado. Fato este relatado me chamou a atenção como pesquisadora, porém, como assistente social realizei as orientações à equipe diretiva para que a rede de proteção à infância fosse acionada.

Neste sentido, Adichie (2009) compartilha seus sentimentos quanto a percepção que teve ao visitar a família de Fide, um povo estigmatizado por sua história como pobres, nada além disso:

Certo sábado, fomos ao vilarejo de Fide fazer uma visita. Sua mãe nos mostrou um cesto de palha pintado com uns desenhos lindos que o irmão dele tinha feito. Fiquei espantada. Não havia me ocorrido que alguém naquela família pudesse fazer alguma coisa. Eu só tinha ouvido falar sobre como eram pobres, então ficou impossível para mim vê-los como qualquer coisa além de pobres. A pobreza era minha única história. (ADICHIE, 2009, n.p.).

De acordo com as impressões de Adichie (2009) no pequeno vilarejo onde Fide morava, desconstruímos nossas impressões quanto a família de nossas alunas e aluno. A articulação intersetorial foi feita, inicialmente com o Conselho Tutelar que esteve na unidade escolar e na casa das crianças; Em seguida articulamos com o programa de saúde escolar sendo disponibilizado uma pediatra que, articulou também uma dermatologista e ambas estiveram na unidade escolar; Em seguida articularam com outro serviço especializado: uma dermatologista pediatra no Hospital Infantil. As médicas dialogaram entre si, entraram em consenso e entraram com o tratamento medicamentoso acompanhando de perto a aluna que melhorou o quadro de saúde consideravelmente. A equipe técnica do CRAS Centro de Referência em Assistência Social do território onde a família reside realizou visita domiciliar, inseriu a família no cadastro único que traça o perfil da família brasileira na perspectiva de viabilizar o acesso aos benefícios e programas sociais existentes no município. A história da família importa, conforme afirma Adichie (2009):

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada. (ADICHIE, 2009, n. p.).

É muito importante ressaltar o discurso das crianças quando se referem ao homem que se prontificou a cuidar delas, que é o ex-companheiro da genitora e foi abandonado com cinco crianças e nem todos são seus filhos/as biológicos. O discurso das crianças não sinaliza violência/abuso sexual, apenas cuidado e esforço para levar o sustento aquelas crianças que considera seus filhos do coração.

Destaco aqui a Lei 13.257/2016, que é a Lei da Primeira Infância que implica no dever do Estado em estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância que atendam às especificidades dessa faixa etária, visando a garantir seu desenvolvimento integral; quando falamos de desenvolvimento integral torna-se necessário observarmos as infâncias que se apresentam fora do modelo estabelecido de ser menino e menina, fora da normatividade padronizada no jeito criança de ser, na infância totalmente controlada pelos adultos, sem vez, sem voz

(BRASIL, 2016). Conforme aponta PRECIADO (2002, n.p.), “a norma faz sua ronda em torno dos corpos frágeis. Se você não for heterossexual, a morte o espera. A polícia do gênero exige qualidades diferentes do garotinho e da garotinha”.

A experiência compartilhada pela autora em seus inscitos, expõe uma vulnerabilidade na infância que tem sido uma batalha travada no campo da educação pelo conservadorismo e distanciamento da ciência, no que diz respeito a questão de gênero e sexualidade no chão das unidades escolares, porém, a negação do fenômeno não minimiza o impacto das consequências das violências sofridas por alunos e alunas da educação básica das escolas públicas e privadas. A escrita de Beatriz Preciado, que é uma filósofa e ativista na teoria *queer*, vem sendo apreciada por pesquisadores no campo das ciências sociais, da educação e dos direitos humanos.

Dito isto, Preciado (2002), exemplifica a questão em pauta e que se encontra na ordem do dia para que se estabeleça diálogos com a comunidade escolar, sobre a violação do direito ao desenvolvimento sexual saudável: “‘Sapatão’, eles diziam, ‘vamos te estuprar para te ensinar a trepar como Deus quer’. Tinha um pai e uma mãe, mas eles foram incapazes de me proteger da repressão, da exclusão, da violência” (PRECIADO, 2002, n.p.). Esse fato relatado por Preciado (2002) ocorreu na escola, na frente da classe, por grupos conservadores extremistas que espalharam terror e crueldade. A autora sinaliza como é difícil para uma criança ser rejeitada em sua escola e em casa por sua própria família, por ser diferente e por não estar enquadrada no padrão da heteronormatividade. Uma criança que grita, mas não consegue ser ouvida nas suas angústias, inquietações e dores, sem o apoio da família.

É importante ressaltar que a discussão de gênero e sexualidade nas escolas foi suprimida dos planos de educação, mas a violência/ abuso/exploração sexual e a violência de gênero tem sido evidenciada como um problema grave que reflete no cotidiano escolar. De acordo com Felipe (2006):

A partir dos escritos de Freud sobre a sexualidade infantil é que se passou a reconhecer as crianças como possuidoras de uma sexualidade, embora vários estudos mostrem o quanto elas foram usadas como objetos sexuais durante muitos séculos. Cabe lembrar que a violência contra as crianças não era passível de punição, tal como construído no século XX. (FELIPE, 2006, p. 205).

Neste sentido, recordo-me de algumas formações que participei que sinalizava o toque do bem e o toque do mal, que a criança deveria reagir ao toque do mal. Acredito que essa orientação pode ter confundido o entendimento de muitas crianças, pois na maioria dos episódios o agressor inicia o processo não com agressão, mas como um jogo prazeroso entre ambas as partes. É esse o ponto que eu preciso abordar, quando uma vítima se sente culpada porque também sente prazer quando as suas partes íntimas são manipuladas.

Uma criança faz a seguinte afirmação: **“Senti uma cosquinha, depois um senti um coscão e depois fiquei cansado e descansei” (Criança de 5anos)**. Em outras palavras, essa criança tentou dizer que sentiu prazer ao ser manipulada, porém a criança não tem noção que está sendo violentada/abusada sexualmente. A criança governada por adultos torna-se vulnerável às suas determinações, conforme aponta Preciado (2013, p.97): “É impossível para uma criança rebelar-se politicamente contra o discurso dos adultos: ela é sempre um corpo a quem não se reconhece o direito de governar.” Famílias e instituições de ensino são postas ao desafio de decifrar o enigma da realidade para efetivar os direitos de alunos e alunas que podem estar sendo sufocados/as pela opressão da norma, digo da heteronormatividade, que priva a infância da liberdade de expressão por não fazer parte do padrão estabelecido na sociedade no modo de ser menina e menino.

Neste sentido, quando tardiamente os responsáveis decidem apoiar seus entes queridos, as sequelas emocionais já deixaram marcas para a vida adulta que jamais serão cicatrizadas totalmente. Nessa mesma inquietação Beatriz Paul Preciado (2002, 2013) pergunta: Quem defende a criança *Queer*? A criança também sente medo, vergonha e sofre quando algo lhe afeta. São indefesas e incapazes de consentir qualquer forma de violação de seus direitos humanos fundamentais na infância, não podem se defender sozinhas cabe aos adultos fazê-lo, mas a educação pode contribuir para o protagonismo infantil, quando defendemos os direitos das infâncias, repudiando toda e qualquer forma de violência/abuso/exploração sexual, física ou psicológica. Preciado (2013), afirma que:

Nós defendemos o direito das crianças de não serem educadas exclusivamente como força de trabalho e de reprodução. Nós defendemos o direito das crianças de não serem consideradas como futuros produtores de esperma e futuros úteros. Reafirmamos que é dever de todos(as) os/as adultos defendê-las (PRECIADO, 2013, p.99).

A criança sempre deverá ser protegida, defendida e cuidada incondicionalmente. Não existe critério de elegibilidade para o cuidado das Infâncias, sejam quais forem as suas características pessoais. Neste sentido, a pesquisadora Irene Rizzini, faz uma importante reflexão no prefácio da obra *Trinta anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: Balanços e Perspectivas*, afirma que:

É fundamental não esquecermos que a revogação do antigo código de menores, vigente desde o ano de 1927 e substituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, foi possível graças a muitos embates, numa época que reuniu condições favoráveis para uma grande mudança de paradigmas. Da concepção de “menores abandonados e delinquentes” para a de “crianças e adolescentes sujeitos de direitos”, foi preciso que inúmeros atores se mobilizassem no campo de forças políticas da época, resistindo aos retrocessos e ao conservadorismo. (RIZZINI, 2022, p.7-8)

A Lei 13.431 de 04 de abril de 2017, estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069/90 ECA Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa lei cria mecanismos para coibir a violência física, psicológica, sexual, bullying, violência institucional e etc. O Art. 9º afirma que: “A criança ou o adolescente será resguardado de qualquer contato, ainda que visual, com o suposto autor ou acusado, ou com outra pessoa que represente ameaça, coação ou constrangimento” (BRASIL, 2017, n.p.). A Lei 13.431/17 também possibilita e escuta especializada perante o órgão de proteção do sistema de garantia de direitos e depoimento especial perante a autoridade policial ou judiciária, escuta especializada para crianças ou adolescentes vítimas de violência ou testemunhas (BRASIL, 2017).

A escola real que temos hoje é movimentada por profissionais que continuam sonhando com a escola ideal. Docentes que lutam diariamente com resiliência e resistência acreditando que construir caminhos outros é possível. Temos a noção do quanto ainda precisamos avançar para de fato efetivarmos os direitos humanos fundamentais de nossas crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse momento, sigo caminhando para finalizar uma etapa da investigação à “violência/abuso sexual” contra crianças, com um forte sentimento de incompletude e ausências considerando tantas supressões e acréscimos no processo de desenvolvimento da pesquisa, um movimento que tenho aprendido a lidar, pois, não é fácil desapegar de algo que consideramos importante.

A contrapartida é que agregamos achados e conhecimentos outros necessários e de grande relevância social e acadêmica. A flexibilidade na construção e desconstrução na trilha investigativa faz-se necessária permanentemente, pois a educação em movimento não deve ser paralisada, pois, somos deslocados/as para novos desafios e construções para que o resultado seja potente e a contribuição seja efetiva.

A investigação nos conduziu por caminhos desconhecidos e desafiadores na perspectiva de contribuir com a questão social existente no Município de Duque de Caxias. O foco da pesquisa é a violência sexual contra crianças e foi possível identificar algumas ações que estão sendo desenvolvidas para prevenção e no enfrentamento cotidiano, pois a violência sexual contra crianças tem sido alvo de muitos esforços no intuito de coibir e de lutar para mitigar seus impactos no ambiente escolar/não escolar.

A Pandemia COVID-19 agudizou o caos social considerando que problemas já existentes foram intensificados assustadoramente. Observamos no retorno às aulas, nas rodas de conversa com alunas e alunos, os discursos proferidos com palavras ditas e também no silenciamento. As manifestações escritas, desenhadas, modeladas e dialogadas através da oralidade.

Analizamos os discursos potentes, de discentes que estiveram por longo período mais próximos dos seus agressores, enquanto as escolas estavam fechadas. Crianças em situação de extrema vulnerabilidade social e risco dentro de suas próprias casas têm evidenciado as mazelas sociais que já existiam, porém, com pouca visibilidade.

A violência/abuso sexual tornou-se um problema gravíssimo que tem sido silenciado pelo segredo familiar. A pesquisa apontou que em geral a maioria das vítimas silenciaram, mas também foi evidenciado que os/as profissionais de

educação assim como a sociedade em geral estão compreendendo cada vez mais a importância de denunciar, romper com o silêncio e quebrar o tabu. A violência/abuso sexual é uma das formas mais cruéis de violação dos direitos humanos fundamentais de nossas crianças e urge por respostas.

Portanto, se as famílias se tornam um lugar arriscado, qual o papel da escola na prevenção a violência/abuso sexual: o que pode ser feito? O trabalho de Educação Sexual baseado na escuta das crianças, uma a uma, escuta qualificada com intervenção profissional de qualidade.

As rodas de conversa têm possibilitado falar sobre o assunto, assim como na abordagem sobre os sentimentos e as emoções, os alunos e alunas compartilham suas experiências. A informação é uma importante ferramenta de prevenção e proteção à infância e é dever da escola trabalhar a prevenção informando as crianças sobre os riscos para protegê-las, investir esforços na educação sexual desde a educação infantil que é a primeira etapa da educação básica, sem estigma e preconceito, dialogando firmemente com o conservadorismo que dificulta a prevenção nas escolas, porém as maiorias de nossas crianças estão sendo violentadas/abusadas/exploradas sexualmente dentro de suas casas.

Ressaltamos que é de suma importância a discussão sobre gênero e sexualidade com a comunidade escolar. A educação sexual na infância precisa ser refletida como estratégia potente para prevenção à violência sexual na infância. Precisamos resistir na abordagem com educadores de como é relevante a contribuição do diálogo sobre gênero e sexualidade nas escolas, na contramão de discursos cada vez mais proferidos por grupos conservadores, que dificultam a prevenção à violência sexual por não saber como agir quando a situação é identificada no cotidiano escolar, refletindo diretamente no processo de ensino-aprendizagem.

É dever da escola trabalhar o tema e enfrentar o problema (Artigo 245, ECA). Trabalhar à prevenção à violência sexual na infância antes que a violência aconteça. Pode-se notar como o pensamento de Louro (1999) ainda é atual e como, ainda hoje, a escola tem dificuldades de tratar do tema sexualidade, sendo este ainda tabu, sobretudo com governos conservadores que tanto instrumentalizam e orientam os responsáveis a denunciar professores que toquem nesses assuntos.

A ministra dos Direitos Humanos, em novembro de 2019, anunciou que criaria um canal para denunciar professores que, nas escolas, durante as aulas,

atentassem "contra a moral, a religião e a ética da família". Talvez mais que um tabú, citado por Louro (1999); quase 20 anos depois, vivemos um clima de tensão e medo de sanções por tocar em assuntos que abordam a sexualidade humana. A questão social é gravíssima, e tem afetado crianças vítimas de violência/abuso/exploração sexual, mas somos resistentes e seguimos trabalhando na prevenção, "informando para proteger", dialogando com as crianças, suas famílias e profissionais de educação. Seguimos "esperançando" e acreditando que um mundo melhor é possível.

O silenciamento torna-se um aliado da violência sexual, que é mantida no ciclo e garantida pelo sigilo, pelo medo, pela opressão. A educação na contramão das opressões, trabalhando a formação docente para instrumentalizar professores, alunos e familiares para agir prevenindo o problema.

Neste sentido, a pesquisa pode ser um instrumento de transformação social e contribuição para implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência sexual, com a apresentação de dados quantitativos e análise qualitativa. O discurso das vítimas deve ser considerado, pois precisamos dar voz às crianças, gerando o protagonismo infantil para que tenhamos maior sensibilização dos profissionais de educação, do Estado, das famílias e da sociedade em geral. E que o engajamento seja efetivo, não apenas pontual. A responsabilidade de prevenção e proteção das crianças é dever de todos os adultos, sem exceção.

Não podemos mais ignorar o fenômeno da violência sexual contra crianças, mas devemos nos aprimorar para enfrentar cotidianamente, na perspectiva do direito ao desenvolvimento sexual saudável das infâncias. Temos a noção de que colhemos alguns frutos da pesquisa, como: a formação para Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias, as rodas de conversa nas unidades escolares, as lives e a construção do fluxo de atendimento dos casos atendidos de violência sexual, assim como, sensibilizamos profissionais de educação e disseminamos a semente da prevenção na perspectiva de construção coletiva, no miudinho do chão das escolas que cada educador contribua da melhor forma possível para prevenir antes que a violência aconteça, considerando que é mais relevante prevenir antes que a violência aconteça, do que notificar aos órgãos competentes depois do estrago na vida de uma criança vítima.

Com o objetivo de socializar com os profissionais de educação, para intervenções mais efetivas em articulação constante com a rede de proteção,

construímos um fluxo de atendimento baseado nas intervenções já realizadas anteriormente nas creches e escolas municipais, atrelando as políticas públicas de educação, saúde, assistência social, segurança pública, trabalho e renda, habitação, cultura, entre outras secretarias parceiras. E diversos setores, assim como, categorias profissionais distintas que compõem um quadro interdisciplinar, para prevenção às violências e proteção às vítimas.

Apesar de todos os desafios postos ao corpo docente, as equipes diretivas, aos profissionais de apoio e as Assistentes Sociais que atuam no Campo da Educação, seguimos resistindo, construindo, desconstruindo, reconstruindo, não desistindo, descortinando novos horizontes, “aprendendo a fazer de outro modo”. Seguimos “esperançando”! Rumo a uma sociedade mais justa e equânime, atravessando e sendo atravessadas/os, caminhando e refletindo caminhos outros e formas outras de existir e (re)existir.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 64p.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade: feminismos plurais**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019. 152p.

AMARO, I. A docência no armário: o silenciamento das relações de gênero nos planos de educação. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 24, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/6998>. Acesso em: 30 maio 2023.

AMARO, I.; COUTO JUNIOR, D.; GANEM, B. Eu rebolo até o chão mesmo!: Vidas precárias e corpos de gênero dissidentes no cotidiano escolar. **Revista Exitus**, v. 11, n. 1, p.1-24, 2021. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1559>. Acesso em: 30 maio 2023.

ARENHART, D. **Culturas infantis e desigualdades sociais: questões de geração e classe social em duas escolas cariocas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016. 208p.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981. 400p.

ASSIS, S. G. de; CONSTANTINO, P.; AVANCI, J. Q. **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E À ADOLESCÊNCIA. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes**. 3. ed. Petrópolis: Autores & Agentes & Associados, 2002. 60p.

BACKHAUS, B. B. Prática do serviço social escolar: uma abordagem interdisciplinar. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.38, p. 37-55, abr. 1992.

BARROS, L. P. de.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 52-75.

BARROS, M. M. A. C. de. **A participação da escola no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes em municípios impactados por grandes projetos minero-metalúrgicos: um estudo de caso em Juruti (PA)**. 2016. 251 f. Belém, 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Disponível em: https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/8379/1/Tese_ParticipacaoEscolaEnfrentamento.pdf. Acesso em: 30 maio 2023.

BELLO, A. T.; FELIPE, J. Delineando masculinidades desde a infância. **Revista Instrumento**, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, jul./dez. 2010. Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/18694/9815>. Acesso em: 30 maio 2023.

BORTOLINE, A.; MOSTAFA, M.; COLBERT, M.; BICALHO, P. P.; POLATO, R.; PINHEIRO, T. F. **Trabalhando diversidade sexual e de gênero na escola: currículo e prática pedagógica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. 144p.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. São Paulo: Unicamp, 1996. 120p.

BRASIL. Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 25 nov. 2003. p.11.

BRASIL. Lei nº 11.700, de 13 de junho de 2008. Acrescente inciso X ao caput do art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir dos 4 (quatro) anos de idade. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 16 jun. 2008.

BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Página 1, Brasília, DF, 9 mar. 2016.

BRASIL. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do adolescente). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 5 abr. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, v.134, n.248, p. 27834-27841, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 9.970, de 17 de maio de 2000. Institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 18 maio 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília, 2006. 262 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_etnicoraciais.pdf. Acesso em 23 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Departamento da Criança. **Plano Nacional De Enfrentamento Da Violência Sexual Infanto-Juvenil**, Brasília, v.5, 3. ed., 2002. 59p. Disponível em: <http://www.movimentodeemaus.org/data/material/plano-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-sexual-contras-criancas-e-adolescentes.pdf>. Acesso em: 23 maio 2023.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ed, Brasília: **Conselho Federal de Serviço Social**. 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 01 ago. 2021.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. 288p.

BUTLER, J. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. 192p.

CALIXTO, A. L. **Bem me quer, mal me quer**. [S.l.]: Programa de Educação Contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente, 2020. Disponível em: <https://cedecainter.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Bem-me-quer-mal-me-quer-ARQUIVO.pdf>. Acesso em 21 maio 2023.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO. **Guia COVID-19 – educação e proteção de crianças e adolescentes**. Tomadores de decisão do Poder Público, em todas as esferas federativas - volume 2. 2021. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/COVID-19_Guia2_FINAL_acess%C3%ADvel_ok.pdf. Acesso em: 30 maio 2023.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO A EDUCAÇÃO. **Guia COVID-19 Educação e Proteção de crianças e adolescentes**. Comunidade escolar, família e profissionais da educação e proteção da criança e do adolescente. Volume 1. 2021. Disponível em: https://livredetrabalho infantil.org.br/wp-content/uploads/2020/03/COVID-19_Guia1_FINAL_compressed.pdf Acesso em 30 mai 2023.

CAMPINHA, E. SIMAS, F. LIMA, R. **Trinta anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2022. 192p.

CARLI, E. F. R. de S. de. **Violência sexual contra crianças e adolescentes em tempo de pandemia**. 2022. 57 f. Irati, 2022. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Comunitário) Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Comunitário. Disponível em: <http://tede.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/jspui/1951/2/Disserta%20a7%20a30%20-%20Eliane%20De%20Souza%20De%20Carli.pdf>. Acesso em 30 maio 2023.

CARVALHO, J. M. O currículo como redes de conversações e ações potencializando o cotidiano escolar da educação básica. **Revista Linha Mestra**, [S.l.], Ano VIII, n.4, p.1598-1602. Jan/jul, 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/39856758-Revista-linha-mestra-ano-viii-no-24-jan-jul-2014-issn-leituras-sem-margens.html>. Acesso em 30 maio 2023.

CASTRO, M. A.; POMPEO, C.; BARBAZÁN, C. M. A. **Aprendendo a viver: violência na escola**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008. 53p.

CAVALLEIRO, E. dos S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000. 142p.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (CRESS). **Assistente Social: ética e direitos: coletânea de leis e resoluções, volume I**. 5. ed., jan.-maio 2008. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2020/05/etica-e-direitos-volume1.pdf>. Acesso em 30 maio 2023.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (CRESS). **Assistente Social: ética e direitos: coletânea de leis e resoluções, volume II**. 5. ed, jan.-maio 2008. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2020/05/etica-e-direitos-volume2.pdf>. Acesso em 30 maio 2023.

COUTO JUNIOR, D. AMARO, I. TEIXEIRA, M. RUANI, R. M. Do face a face às dinâmicas comunicacionais em/na rede: a conversa online como procedimento metodológico da pesquisa em educação. **Educação em foco**, [S.l.], v.25, n.1, p.82-98. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/29955/20472> . Acesso em 06 jun 2023.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v.10, n.1, p. 175, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/0>. Acesso em: 20 ago. 2021.

CUNHA, M. L. C.. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes – Abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/ptbr/assuntos/noticias/2021/maio/CartilhaMaioLaranja2021.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

DESLANDES, S. F. **Sumário de pesquisa: avaliação das estratégias governamentais municipais no enfrentamento da violência sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes em quatro capitais brasileiras**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ ENSP/ IFF/ CLAVES, 2013. 123p.

DUQUE DE CAXIAS. Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias. **Foto do evento Enfrentamento às violências no cotidiano escolar: como agir?**. 2021. 1 cartaz color. Disponível em: <http://sistemas.smeduquedecaxias.rj.gov.br:70/spf/index.php/portfolio/portfolio-2021>. Acesso em 08 jun. 2023.

ELÓI, M. A.; MELO, M. R. CÉO, R. MAGALHÃES, A. **ECA em tirinhas para crianças**. 4. ed. Brasília, DF: Centro de Documentação e informação, Edições Câmara, n.21, 2015. Disponível em: https://plenarinho.leg.br/wp-content/uploads/2018/07/ECA_2015_150dpi.pdf. Acesso em 30 maio 2023.

EU ME PROTEJO. Instituto MetaSocial, 2020. Disponível em: <https://www.eumeprotejo.com/>. Acesso em 21 maio 2023.

FALEIROS, V. de P.; FALEIROS, E. S. **Escola que protege**: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escqprote_eletronico.pdf. Acesso em 30 maio 2023.

FELIPE, J. Afinal, quem é mesmo pedófilo?. **Cadernos Pagu**, São Paulo, v.26, p. 201-223, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/zZSN3sYGnVJH6rB6Wwws5Qd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 ago. 2021.

FELIPE, J. Erotização dos corpos infantis. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

FELIPE, J. **Identificação de sinais de abusos e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Aula ministrada na disciplina de Jornada Temática Especial A: Script de gênero, maus tratos emocionais e infâncias: questões conceituais. 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/einaroda/wp-content/uploads/2018/12/sinais-de-abuso-como-identificar.pdf> . Acesso em: 01 ago. 2021.

FERNANDES, F. **O papel da escola no combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes**. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/14963o-papel-da-escola-no-combate-ao-abuso-sexual-de-crian%C3%A7as-e-adolescentes>. Acesso em: 01 ago. 2021.

FERRAÇO, C. E.; ALVES, N. Conversas em redes e pesquisas com os cotidianos: a força das multiplicidades, acasos, encontros, experiências e amizades. In: RIBEIRO, T.; SOUZA, R. de; SAMPAIO, C. S. **Conversa como metodologia da Pesquisa**: Por que não? Rio de Janeiro: Ayvu, 2018.

FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. (org.). **O fim do silêncio na violência familiar**: teoria e prática. São Paulo: Ágora, 2002

FERREIRA, E. **A violência sexual contra crianças e seus desdobramentos no ambiente escolar**. 2020. 233 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/23132>. Acesso em 30 maio 2023.

FERREIRA, H. M. **Antônio**. [S./l.]: Zit Publicações, 2012. 56p.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, v.23, n.79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/vPsyhSBW4xJT48FrdCtqfp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 06 jun. 2023.

FÉRRIZ, A. F. P.; MARTINS, E. B. C.; ALMEIDA, N. L. T. de. **A sistematização do trabalho de assistentes sociais na educação básica**. Salvador: EDUFBA, 2020. 389p.

FIGUEIREDO, P. P. V.; **Retratos da violência contra a criança**: as produções discursivas de cuidadoras que frequentam uma instituição de atendimento. 2010. 158f. Recife, 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/8634/1/arquivo809_1.pdf. Acesso em 30 maio 2023.

FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n.114, p.197-223, nov., 2001Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/SjLt63Wc6DKkZtYvZtzgg9t/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 01 ago. 2021.

FISCHER, R. M. B. Foucault revoluciona a pesquisa em educação? **Perspectiva**, Florianópolis, v.21, n.2, p. 371-389, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9717> Acesso em 30 maio 2023.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso. Aula Inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009. 40p.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. 151p.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade IV**: as confissões da carne. São Paulo: Paz e Terra, 2020. 528p.

FOUCAULT, M. **Um diálogo sobre os prazeres do sexo**: Nietzsche, Freud e Marx. Theatrumphilosoficum. São Paulo: Landy Editora, 2005. 118p.

FRIEDMANN, A. **Linguagens e culturas infantis**. São Paulo: Cortez, 2014. 184p.

FURNISS, T. **Abuso sexual da criança uma abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. 337p.

GHIORZI, B. de A. **O enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes: um estudo sobre os repertórios interpretativos das políticas de proteção à infância em Porto Alegre (RS)**. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/249372/001146805.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 30 maio 2023.

GÓES, L. A. R. de. **Intersetorialidade de políticas públicas para a garantia de direitos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no município de Dois Vizinhos-PR**. 2019. 108 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Políticas Públicas e Direitos Humanos) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2019. Disponível em:

https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/4736/2/Lucelia_G%c3%b3es_2019.pdf
Acesso em 30 maio 2023.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 1977.

GRUPO MARISTA. **Conheça e defenda o seu corpo**. São Paulo: Grupo Marista, 2023. 1 vídeo (39 s.). Disponível em: <https://defenda-se.com/videos/#pt>. Acesso em 21 de maio de 2023.

GUIZZO, B. S.; BECK, D. Q. Corpos depreciados: representações de gênero e geração na infância. **Quaestio**, Sorocaba, v. 16, n. 2, p. 297-313, nov. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2zN0qTz>. Acesso em: 7 mar. 2018.

IBIAPINA, A. C. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: a participação das escolas públicas municipais da cidade de Imperatriz do Maranhão na rede de enfrentamento**. 2013. 313 f. Belém, 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Disponível em: http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/bitstream/2011/4542/1/Dissertacao_ViolenciaSexualCrianças.pdf. Acesso em 30 maio 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da violência**: 2019. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; [s.l.]: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/11/atlas-da-violencia-2019-05jun-versao-coletiva.pdf>. Acesso em 30 maio 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da violência**: 2020. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; [s.l.]: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020. [n.p.]. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/08/atlas-da-violencia-2020.pdf>. Acesso em 30 maio 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da violência**: 2021. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; [s.l.]: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/atlas-violencia-2021-v7.pdf>. Acesso em 30 maio 2023.

IPPOLITO, R., SANTOS, B. R. dos; **Guia escolar**: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Rio de Janeiro: EDUR, 2011. 239p.

IZIDRO, L.; FELIPE, J. O que precisamos saber sobre pedofilia e pedofilização: aspectos médicos, jurídicos e culturais. In: SÁ-SILVA, J. R.; SANTOS, M. E. M.; SILVA, Y. J. A. da. (Org.). **A discussão da pedofilia no campo da educação**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p.23-40

KAERCHER, G. E. P. da S. **O mundo na caixa**: gênero e raça no Programa Nacional Biblioteca da Escola. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/11831>. Acesso em 06 jun 2023.

KASTRUP, V. BARROS, R. B. Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. Pista 4. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. 207 p.

LEAL, F. de L. A.; CAMPOS, K. P. B.. **O que as pesquisas com e sobre crianças podem nos dizer em tempos de crise?** Campina Grande: EDUEPB, 2022. 218p.

LIMA, J. de S., DESLANDES, S. F. A notificação compulsória do abuso sexual contra crianças e adolescentes: uma comparação entre os dispositivos americanos e brasileiros. **Rev. Interface – Comunic., Saude, Educ.**, São Paulo, n. 15, v.38, [n. p.], set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/yTckGyF6wR5cHD6W47jT4HB/?lang=pt>. Acesso em 30 maio 2023.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 179p.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n.46, p.201-218, dez., 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/5mdHWDNFqgDFQyh5hj5RbPD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 30 maio 2023.

LOURO, G. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 176p.

MEIRELES, G. S. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação. In: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (org.). **Revista Educação em Foco**, Juiz de Fora, v.18, n.2, p. 271-279, jul. / out. 2013. Disponível em: <https://docplayer.com.br/41210570-Metodologias-de-pesquisas-pos-criticas-em-educacao.html>. Acesso em 30 maio 2023.

MEURER, I. dos S. **Os direitos de crianças e adolescentes contra a violência sexual: um estudo dos documentos nacionais (2000-2013)**. 2017. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação. 2017. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3417/5/Indianara_Meurer2017.pdf. Acesso em 30 maio 2023

MEYER, C. A. **Gogô: de onde vêm os bebês?**. 2. ed. Água Verde: Editora Caqui, 2021. 36p.

MEYER, C. A. **O que é privacidade: uma ferramenta de prevenção da violência sexual para crianças**. 2017. 110f. São Paulo, Araraquara, 2017. Dissertação (Mestrado em educação Sexual). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras, Campus Araraquara, 2017. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/150592/meyer_ca_me_arafcl.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em 30 mai 2023.

MEYER, C. A. **Pipo e Fifi – ensinando proteção contra violência sexual**. Água Verde: Editora Caqui, 2013. 32p.

MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. Apresentação à segunda edição. In: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. p.15-16.

MILITÃO, R. M. dos S. A. **O sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente: análise da trajetória e do processo de resolubilidade dos casos de violência doméstica sexual em Recife PE (2007-2011)**. 2013. 137 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho e Proteção Social; Serviço Social, Cultura e Relações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/17926> Acesso em 30 maio 2023.

MUNIZ, J.; CECCHETTO, F. Governando com o crime no Rio de Janeiro. Fórum Brasileiro de Segurança Pública (org.) **Anuário Brasileiro de Segurança pública**, [s. l.], 2022, p.176-187. Edição especial eleições 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=15>. Acesso em 27 maio 2023

OLIVEIRA, A. C. de. **Abuso sexual de crianças e adolescentes**: desafios na qualificação profissional. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa, 2004.

OLIVEIRA, A. C. de. **Abuso sexual intrafamiliar de crianças e ruptura do segredo**: consequências para as famílias. 2011. 233 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=18558@1>. Acesso em 30 maio 2023.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes Editores, 2012. 100p.

PARAÍSO, M. A. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. p. 25-47.

PARAÍSO, M. A. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. **Cadernos de Pesquisa**, Minas Gerais, v.34, n.122, p. 283-303, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/JrF5H8r96wRTvTDLSzhYpcM/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 30 maio 2023.

PASSOS, E. BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção: pista 1. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. p.17-31.

PASSOS, E.; KASTRUP, V. ESCÓSSIA, L. da. Apresentação. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. da (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. p.17-31.

PEIXOTO, L. F. Crianças e discursos sobre os corpos nos cotidianos escolares. **Revista Instrumento**, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 211-218, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2VJnn2wm>. Acesso em: 12 abr. 2019.

PENNAC, D. **Diário de escola**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008. 239p.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**: uma introdução. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 96p.

PINHEIRO, P. S. **Relatório mundial sobre violência contra a criança**. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Genebra: Organização das Nações Unidas, 2007. p.1343-1350. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Q5KkbqXnsjNkSLdMrMjhbCk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 30 maio 2023.

PRECIADO, B. Quem defende a criança *queer*? **Revista Geni**, [S.l.], n.16, 2002. Disponível em: <https://revistageni.org/10/quem-defende-a-crianca-queer/> Acesso em 30 mai 2023.

PRECIADO, P. B. Quem defende a criança *queer*? **Jangada**, Viçosa, n. 1, p. 96-99, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2YZR4OO>. Acesso em: 12 abr. 2019.

REINACH, S.; BURGOS, F. Violência contra crianças e adolescentes no brasil: a urgência da parceria entre educação e segurança. **Anuário brasileiro de segurança pública**, São Paulo, p.219-225, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Acesso em 27 maio 2023.

RIBEIRO, A.; BRAGA, M. E. dos S.; MESQUITA, M.; NUNES, C. F. M.; SANTOS, F. dos; QUEIROZ, F. C. DE; DURAT, K.; SILVA, M. M. C. da. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 20???. (Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais, 3). Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em: 01 ago. 2021.

RIBEIRO, T.; SOUZA, R. de; SAMPAIO, C. S. (Orgs.). **Conversa como metodologia de pesquisa**: por que não? Rio de Janeiro: Ayvu, 2018. 216p.

RIPE, F. **História da infância**: a constituição do sujeito infantil moderno na cultura impressa portuguesa do século XVIII. Caxias do Sul: Editora Educs, 2022. 348p.

RIZZINI, I. Prefácio. CAMPINHA, E. SIMAS, F. LIMA, R. (org) **Trinta anos do Estatuto da Criança e do Adolescente**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2022. p.7-10.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v.6, n.19, p. 37-50, set/dez. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189116275004.pdf>. Acesso em 30 maio 2023.

ROSA, C. E. da. FELIPE, J. Representações da violência/abuso sexual contra meninos em obras de literatura: entre a denúncia e a resistência. **Revista Práxis**, Novo Hamburgo, n. 2, jul-dez, 2022. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/download/2753/3061/9066>. Acesso em 30 maio 2023.

ROSA, C. E. da. FELIPE, J.. SÁ-SILVA, J. R. Pedofilização e scripts de gênero: o que pode a produção teórica de um grupo de pesquisa?. **Revista Diversidade e Educação**, v. 10, n. 1, p.64-82, 2022. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/14319>. Acesso em 30 maio 2023

RUSSO, K. MENDES, L.; BORRI-ANADON, C. Crianças em situação de imigração na escola pública: percepções de docentes. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.50, n.175, p. 256-272, jan/mar. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/dHg75yG4kS6QrryvQ984Jbs/?lang=pt>. Acesso em 30 maio 2023.

SALGADO, R. G.; MARTINS-GARCIA, P. F. Em nome dos cuidados, da proteção e da educação: infância, corpo, gênero e sexualidade como discursos entre professoras da Educação Infantil. **Revista Zero-a-seis**, Florianópolis, v. 20, n. 37, p. 112-124, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2GlnbTc>. Acesso em: 11 fev. 2019.

SANDERSON, C. **Abuso sexual em crianças**: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais. São Paulo: M. Books do Brasil, 2005. 345p.

SANTOS, B. R. dos; IPPOLITO, R. **Guia escolar**: métodos de identificação de sinais de abuso e exploração sexual em crianças e adolescentes. 2. ed. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos : Ministério da Educação, 2004. 164p.

SÁ-SILVA, J. R.; SANTOS, M. E. M.; SILVA, Y. J. A. da. **A discussão da pedofilia no campo da educação**. São Leopoldo: Oikos, 2018. 151p.

SÃO PAULO (Estado). **A escola contra o abuso sexual infantil**: guia de orientação aos profissionais de ensino – identificar, acolher e não se omitir. 2. ed. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2018. Disponível em: <https://efape.educacao.sp.gov.br/convivas/wp-content/uploads/2021/03/Cartilha-A-Escola-contr-o-Abuso-Sexual-draft-06.pdf>. Acesso em 30 maio 2023.

SCOTT, J. W. HADDAD, T. L.; MALUF, R. T. M. A invisibilidade da experiência. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, v. 16, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11183>. Acesso em: 6 jun. 2023.

SEFFNER, F. FELIPE, J. (org.). **Educação, gênero e sexualidade**: (im)pertinências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022. 400p.

SEPULVEDA, D.; AMARO, I. **Gêneros, sexualidade e educação na ordem do dia**. Curitiba: Editora CRV, 2018. 230p.

SERAFIM, A. de P.; SAFFI, F.; RIGONATTI, S. P.; CASOY, I.; BARROS, D. M. de. Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças: revisões da literatura. **Arch. Clin. Psychiatry**, São Paulo, v. 36, n. 3, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-60832009000300004>. Acesso em 06 jun 2023.

SERPA, A. Elogio à conversa (em forma de convite à leitura). In: RIBEIRO, T.; SOUZA, R. de; SAMPAIO, C. S. **Conversa como metodologia da pesquisa**: Por que não? Rio de Janeiro: Ayvu, 2018.

SILVA, A. R. S.; SOMA, S. M. P.; WATARAI, C. F. **O segredo da Tartanina**. 2. ed. Pompeia, SP: Vila Crescente, 2021. 40p.

SILVA, C. A. B. da. **Violências invisibilizadas**: Estudo sobre o Programa Jasmim de Assistência à Violência (PAV) do Distrito Federal. 2019. 67 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional), Universidade de Brasília, 2019. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/36836/1/2019_ClementinaAra%c3%bajoBagnodaSilva.pdf. Acesso em 30 maio 2023.

SKLIAR, C. Elogio à conversa (em forma de convite à leitura). In: RIBEIRO, T.; SOUZA, R. de; SAMPAIO, C. S. **Conversa como metodologia da Pesquisa**: Por que não? Rio de Janeiro: Ayvu, 2018.

SPAZIANI, R. B. **Violência sexual infantil**: compreensão de professoras sobre conceito e prevenção. 2013. 133 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/97497>. Acesso em 06 jun. 2023.

TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL. Brasília: OIT, 2006. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_233892.pdf. Acesso em 30 maio 2023.

UNICEF. **Comunicado de Imprensa**. Brasília, 22 out 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/nos-ultimos-cinco-anos-35-mil-criancas-e-adolescentes-foram-mortos-de-forma-violenta-no-brasil>. Acesso em 23 maio 2023.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos das Crianças**. Unicef, 1959. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf. Acesso em 21 maio 2023.

VERMELHO, S. C.; AREU, G. I. P. Estado da arte da área de educação e comunicação em periódicos brasileiros. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.26, n.93, p. 1413-1434, set/dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/nX4rzmmhHD8yXTn88WjvBNK/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 30 maio 2023.

VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. Gênero na educação básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.27, n.95, p. 407-428, maio/ago. 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/nX4rzmhnHD8yXTn88WjvBNK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 30 maio 2023.

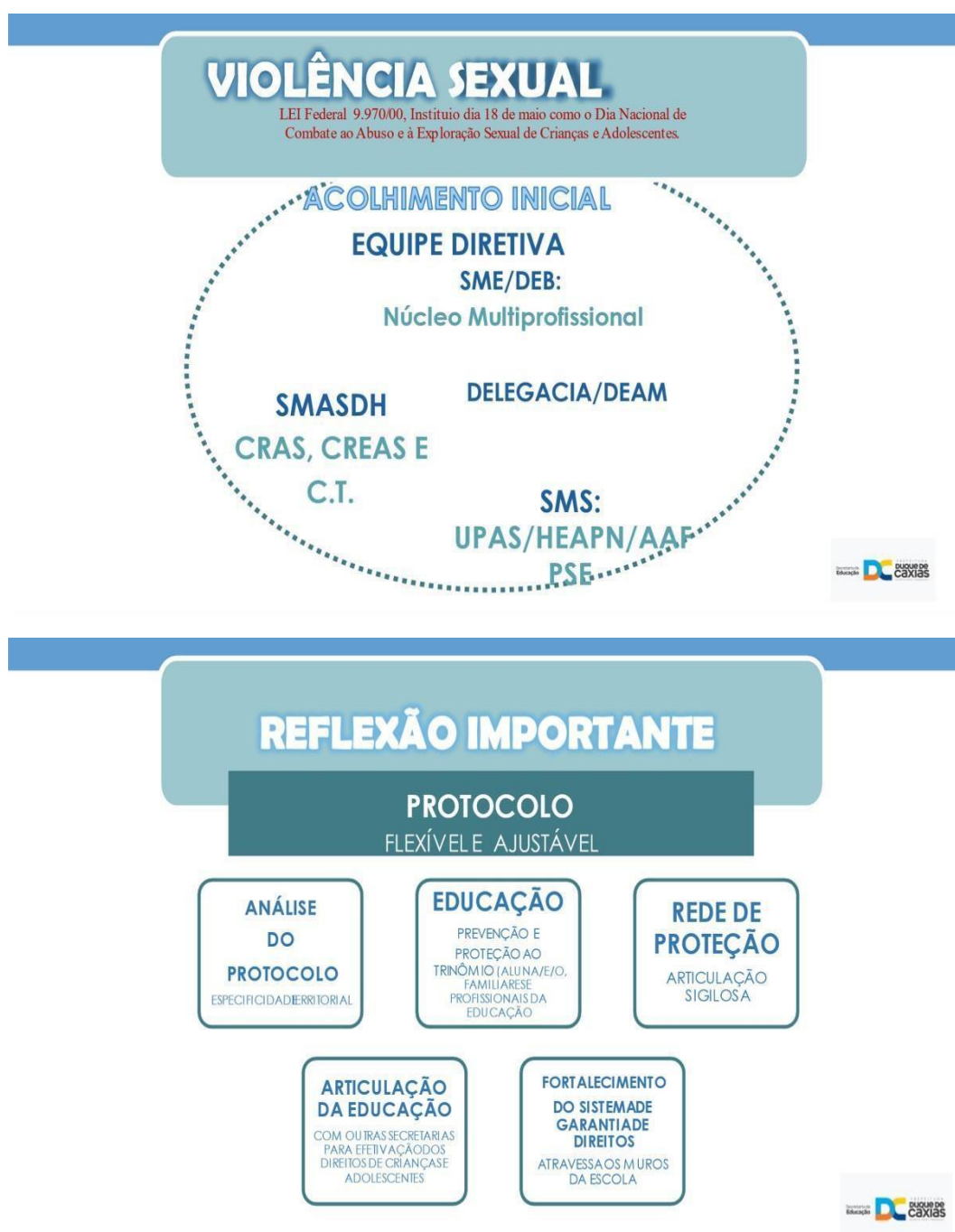
VIANNA, C.; UNBEHAUM, S.; CARVALHO, M. P. de; SCHILLING, F. I.; MOREIRA, M. de F. S. Gênero, sexualidade e educação formal no Brasil: uma análise preliminar da produção acadêmica entre 1990 e 2006. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.32, n.115, p. 525-545, abr/jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/bMMFdLCsrXTfJ9HT3CxzG4g/abstract/?lang=pt>. Acesso 30 maio 2023.

VIANNA, C.; UNBEHAUM, S.; CARVALHO, M. P. de; SCHILLING, F. I.; MOREIRA, M. de F. S. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 127-143, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://jus-vigilantibus.jusbrasil.com.br/noticias/24771/lei-estabelece-que-criancas-terao-direito-de-estudar-em-escolas-proximas-de-casa>. Acesso em 04 dez 2022.

VOLLET, M. R. **O saber e o não revelar da violência sexual doméstica infantil na dinâmica do profissional escolar**. 2012. 257 f. São Paulo, Araraquara. 2012. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/106139/vollet_mr_dr_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 30 maio 2023

ANEXO A – Fluxo de Atendimento SME/DC Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, Rio de Janeiro.

Esse fluxo de atendimento é fruto do processo de investigação dos casos atendidos na rede municipal de ensino de Duque de Caxias, desde o início da pesquisa em 2020. Está focado na articulação com a rede de proteção, apontando para a importância da intersetorialidade e das redes de apoio para as unidades escolares. Registro esse apêndice na perspectiva de possível contribuição ao campo da educação.



ANEXO B – Parecer Consubstanciado do Conselho de Ética na Pesquisa - Recurso

UERJ - UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO;

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: Violência no cotidiano escolar: construindo políticas públicas de combate e enfrentamento, na Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias-RJ.

Pesquisador: THAYSE SENA GONCALVES NEGREIROS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 39657120.6.0000.5282

Instituição Proponente: Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DA NOTIFICAÇÃO

Tipo de Notificação: Outros

Detalhe: Solicitação de Recurso

Justificativa: Duque de Caxias, 15 de abril de 2022.

Data do Envio: 15/04/2022

Situação da Notificação: Parecer Consubstanciado Emitido

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.379.024

Apresentação da Notificação:

Projeto de dissertação de mestrado da proponente a ser defendido no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Comunicação da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ). Parte de uma parceria do referido programa com a Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias, ele tem como objetivo investigar os efeitos da violência sexual sofrida por alunos (as) inseridos na Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias, acompanhados pelo Departamento de Educação Básica, NEMP - Núcleo da Equipe Multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação e os efeitos da vitimização no desempenho escolar de crianças e adolescentes.

Objetivo da Notificação:

Este anteprojeto de pesquisa tem o objetivo de investigar, quantificar, qualificar e analisar o fenômeno das violências sofridas pelas crianças e adolescentes inseridos na Educação Básica.

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. SI 3018

Bairro: Maracanã

CEP: 20.559-900

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2334-2180

Fax: (21)2334-2180

E-mail: etica@uerj.br

UERJ - UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO;



Continuação do Parecer: 5.379.024

Trata-se de verificar de que modo a violência impacta no contexto escolar e na aprendizagem. Segundo a definição da proponente, o principal objetivo é "Investigar o reflexo da violência no cotidiano das crianças e adolescentes, registrar o que elas compartilham espontaneamente com as professoras, agentes de creche, colegas da classe e profissionais de apoio. No registro etnográfico, aprofundar a observação e análise sobre as múltiplas formas de violência presentes no cotidiano escolar e a capacidade de resiliência que algumas crianças e adolescentes têm para superar o abuso sexual e outras violências. Observar as dificuldades das vítimas, quando os muros das famílias protegem os agressores. Aprofundar o diálogo sobre violência na infância e adolescência, em busca da compreensão dos nós críticos no cotidiano escolar."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Ao abordar o problema da violência perpetrada contra crianças e adolescentes, o projeto foca em uma questão muito sensível. A pesquisadora tem consciência disso e dá indícios de ter um perfil capaz de estabelecer boa relação com os envolvidos na pesquisa: familiares de vítimas que já tenham reportado casos de violência aos profissionais das instituições de ensino e os próprios profissionais de educação. A expectativa de produzir conhecimento qualificado para subsidiar abordagens que ajudem vítimas e familiares a superarem traumas e adotarem posturas proativas para a questão da violência sexual parece justificar plenamente a realização do trabalho.

Comentários e Considerações sobre a Notificação:

O projeto trata de questão muitíssimo delicada e de abordagem muito sensível. Certamente, lidará com crianças em situação de vulnerabilidade e/ou sob eventuais traumas decorrentes de vitimização da violência, sobretudo de natureza sexual. O volume de documentação parece atestar que a pesquisadora está inserida num programa que participa da rede de apoio a vítimas, através de produção de conhecimento, e sob orientação de profissional qualificado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Carta de apresentação: OK

Carta de autorização institucional: OK

TAI: OK

Folha de rosto: OK

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. SI 3018
Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** etica@uerj.br

UERJ - UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO;



Continuação do Parecer: 5.379.024

Orçamento: OK

TCLE: OK

Questionário: OK

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Ante o exposto, a COEP deliberou pela aprovação desta notificação, visto que não há implicações éticas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	solicitacaoderecurso.docx	15/04/2022 20:38:47	THAYSE SENA GONCALVES NEGREIROS	Postado

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 29 de Abril de 2022

Assinado por:
ALBA LUCIA CASTELO BRANCO
(Coordenador(a))

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. SI 3018
Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** etica@uerj.br

ANEXO C – Parecer Consubstanciado do Conselho de Ética na Pesquisa - Aprovado

UERJ - UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO;



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Violência no cotidiano escolar: construindo políticas públicas de combate e enfrentamento, na Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias-RJ.

Pesquisador: THAYSE SENA GONCALVES NEGREIROS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 39657120.6.0000.5282

Instituição Proponente: Faculdade de Educação da Baixada Fluminense

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.398.875

Apresentação do Projeto:

O projeto é o trabalho de dissertação de mestrado da proponente. Trata-se de uma investigação sobre o impacto da violência sexual sofrida por alunos/as inseridos/as na Rede Municipal de Ensino de Duque de Caxias, acompanhados pelo Departamento de Educação Básica, NEMP - Núcleo da Equipe Multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação. O intuito alegado da proposta é dar visibilidade à questão social existente no município, buscando quantificar e qualificar os casos atendidos nas creches e escolas, com a perspectiva de contribuição para implementação de políticas públicas efetivas de enfrentamento ao problema, a partir do levantamento e sistematização dos dados.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos do trabalho são elencados pela proponente da seguinte maneira:

- Investigar de que modo a violência sexual gera efeitos sobre o contexto escolar e sobre as aprendizagens de crianças e adolescentes inseridos na Educação Básica no Município de Duque de Caxias.
- Mapear, de modo quantitativo, os casos de violência sexual que refletem diretamente no cotidiano escolar de crianças e adolescentes, que estão inseridas na Educação Básica;
- Analisar e qualificar os sinais que podem indicar violência sexual contra crianças e adolescentes presentes nas interações e brincadeiras, no cotidiano escolar;

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3º and. SI 3018

Bairro: Maracanã

CEP: 20.559-900

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2334-2180

Fax: (21)2334-2180

E-mail: etica@uerj.br

UERJ - UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO;



Continuação do Parecer: 4.398.875

- Registrar histórias que as crianças/adolescentes compartilham com os profissionais da educação e colegas da classe sobre seus comportamentos e sobre suas atitudes;
- Compreender as motivações da frequência de ocorrências e a invisibilidade das violências sofridas por crianças e adolescentes inseridos na educação básica, no Município de Duque de Caxias.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O trabalho pode produzir insumos importantes para a formulação de políticas de assistência a vítimas de violência sexual. É importante ter em mente, contudo, a gravidade e delicadeza do problema abordado. Esse é o tipo de vitimização que costuma deixar sequelas profundas e de difícil abordagem mesmo para profissionais experientes. Aparentemente, a pesquisadora está a par desses riscos e evidencia estar atenta para minimizá-los.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é importante e pode gerar bons frutos analíticos. Pode, também, produzir insumos importantes para abordagens empíricas. Para isso, seria desejável melhor qualificação dos instrumentos metodológicos a serem utilizados. O fato de antecipar já nos termos de outorga as questões objetivas a serem endereçadas a cada informante, segundo seus diferentes perfis, indica antecipadamente a cada um aquilo a que terá que responder caso participe da pesquisa. A natureza dos recursos qualitativos e de observação participante não fica muito clara. Seria desejável apresentar algo mais palpável.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos estão formulados e encaminhados adequadamente, com exceção da ausência de previsão orçamentária.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Ante o exposto, a COEP deliberou pela aprovação do projeto, visto que não há implicações éticas.

Contudo, recomenda-se EXPLICITAR de forma mais clara os recursos qualitativos de levantamento de dados. E INCLUIR previsão de custos nos termos já solicitados anteriormente.

Considerações Finais a critério do CEP:

Faz-se necessário apresentar Relatório Anual - previsto para novembro de 2021. A COEP deverá ser informada de fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo, devendo o pesquisador apresentar justificativa, caso o projeto venha a ser interrompido e/ou os resultados não sejam

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3º and. SI 3018
Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** etica@uerj.br

**UERJ - UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO;**



Continuação do Parecer: 4.398.875

publicados.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1642707.pdf	17/10/2020 20:43:02		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoThayseatualizado17102020PPGECCFEBF.odt	17/10/2020 20:38:56	THAYSE SENA GONCALVES NEGREIROS	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderostoatualizada17102020PlataformaBrasil.pdf	17/10/2020 20:37:19	THAYSE SENA GONCALVES NEGREIROS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE22Responsaveldoalune.doc	10/10/2020 14:31:28	THAYSE SENA GONCALVES NEGREIROS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE2Responsaveldoalune.doc	10/10/2020 14:30:23	THAYSE SENA GONCALVES NEGREIROS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE1Profissionais.doc	10/10/2020 14:29:30	THAYSE SENA GONCALVES NEGREIROS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ASSENTIMENTOPesquisaCriancaAdolescentes.doc	10/10/2020 14:28:31	THAYSE SENA GONCALVES NEGREIROS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TAITermodeAutorizacaoInstitucional.doc	10/10/2020 14:27:41	THAYSE SENA GONCALVES NEGREIROS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	FichaAssinada.pdf	07/10/2020 21:20:47	THAYSE SENA GONCALVES NEGREIROS	Aceito
Declaração de concordância	cartadeapresentacaoThayseSena.pdf	07/10/2020 21:19:33	THAYSE SENA GONCALVES NEGREIROS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	SMEUERJ.docx	07/10/2020 21:13:47	THAYSE SENA GONCALVES NEGREIROS	Aceito

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3º and. SI 3018
Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** etica@uerj.br

UERJ - UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO;



Continuação do Parecer: 4.398.875

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 13 de Novembro de 2020

Assinado por:

ALBA LUCIA CASTELO BRANCO
(Coordenador(a))

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. SI 3018

Bairro: Maracanã

CEP: 20.559-900

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2334-2180

Fax: (21)2334-2180

E-mail: etica@uerj.br